



TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.
(Consolidação)

2018

RELATÓRIO DE GESTÃO
(PRINCIPAIS FACTOS)

E

CONTAS DO EXERCÍCIO

TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

1. Governo da Sociedade

A informação sobre os Órgãos Sociais da empresa pode ser obtida através da consulta do *website* da TAP www.flytap.com.

1.1 Órgãos Sociais

Triénio 2018-2020

Por deliberação em Assembleia Geral de 31 de janeiro de 2018

TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Diogo Patrício de Melo Perestrelo

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro

Nos termos do nº 1 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade

Conselho de Administração

Presidente Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho

Vogal Ana Maria Almeida Leite de Pinho Macedo Silva

Vogal António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes

Vogal Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves

Vogal Bernardo Luís Amador Trindade

Vogal David Gary Neeleman

Vogal David Humberto Canas Pedrosa

Vogal Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal Esmeralda da Silva Santos Dourado

Vogal Humberto Manuel dos Santos Pedrosa

Vogal Li Neng (*)

Vogal Raffael Guarita Quintas Alves

() Na sequência de renúncia apresentada pelo Vogal Li Neng, o Conselho de Administração em reunião de 21 de março de 2019, deliberou proceder à seguinte cooptação, em sua substituição, para o período remanescente do triénio 2018-2020:*

Vogal Maximilian Otto Urbahn

Comissão Executiva

Por eleição pelo Conselho de Administração em reunião de 31 de janeiro de 2018

Presidente Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves

Vogal David Humberto Canas Pedrosa

Vogal Raffael Guarita Quintas Alves

Secretário da Sociedade

Por designação do Conselho de Administração da Sociedade em 31 de janeiro de 2018

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro

Secretário da Sociedade Suplente Carlos Neves de Almeida

Fiscalização da Sociedade

Por deliberação em Assembleia Geral de 31 de janeiro

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Doc.	Mandatos exercidos Nº	Data da 1.ª designação
2018-2020	Conselho Fiscal	Sérgio Sambade Nunes Rodrigues	Assembleia Geral de 31.jan.2018	2	12.nov.2015
		Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	Assembleia Geral de 31.jan.2018	2	12.nov.2015
		Susana Nereu de Oliveira Ribeiro	Assembleia Geral de 31.jan.2018	1	31.jan.2018
	Suplente	Maria Helena Maia Ferreira de Vasconcelos	Assembleia Geral de 31.jan.2018	1	31.jan.2018

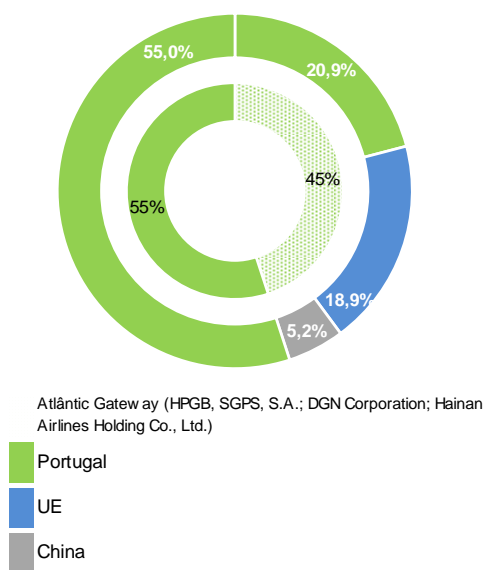
Revisor Oficial de Contas

Efetivo Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. representada por Joaquim Oliveira de Jesus
 Suplente Fernando Marques Oliveira

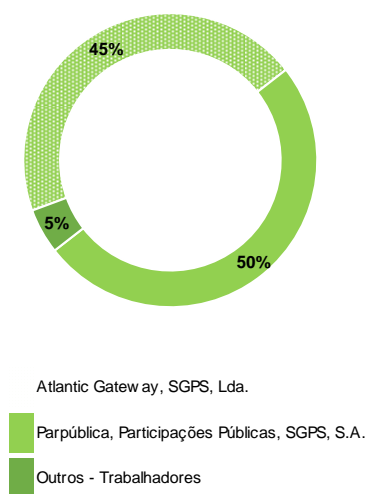
1.2 Estrutura acionista do Grupo TAP a 31 dezembro 2018¹

Apresenta-se em seguida a repartição geográfica e por tipo de investidor da estrutura acionista da TAP-Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. em 31 dezembro 2018:

Repartição geográfica da estrutura acionista



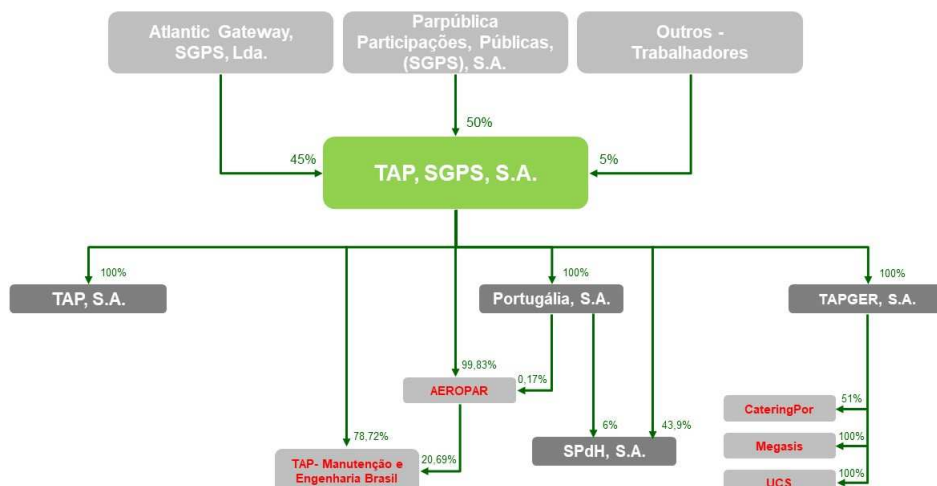
Repartição da estrutura acionista por tipo de investidor



1.3 Estrutura do Grupo TAP e Metodologia de Consolidação

No final de 2018, o Grupo das empresas que se encontravam no perímetro de consolidação da holding TAP era constituído pela TAP-Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. e subsidiárias, de acordo com a estrutura apresentada em seguida.

¹ A empresa de capital chinês Hainan Airlines Holding Co., Ltd. comunicou a alienação da sua participação na Atlantic Gateway em 15 de Março de 2019.



Foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral as seguintes empresas:

- TAP—Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP”, “Grupo TAP”, “Grupo” ou “Empresa”)
 - Transportes Aéreos Portugueses S.A. (“TAP, S.A.”)
 - TAPGER—Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. e empresas subsidiárias:
 - CATERINGPOR—Catering de Portugal, S.A.
 - U.C.S.—Cuidados Integrados de Saúde, S.A.
 - MEGASIS—Sociedade de Serviços e Engenharia Informática, S.A.
 - PORTUGÁLIA—Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugália”)
 - AEROPAR Participações, S.A. (“AEROPAR”) e empresa subsidiária:
 - TAP—Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (“TAP M&E Brasil”)

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

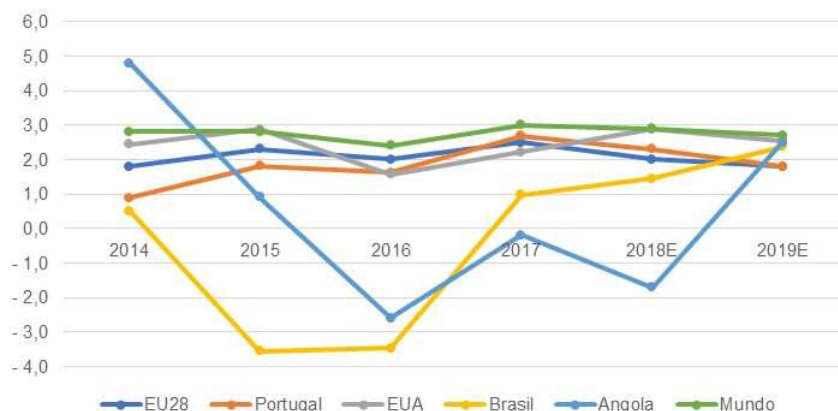
Foi qualificada como associada a entidade SPdH—Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”).

2. Evolução da Atividade em 2018

2.1 Conjuntura Internacional

A economia mundial tem apresentado um crescimento acentuado nos últimos anos, traduzindo-se numa recuperação sustentada do mundo ocidental depois de um período de recessão. Este crescimento, muito alimentado pelos EUA, tem uma característica comum nas várias economias analisadas de seguida: estar muito baseado no consumo privado, alimentado pela redução do desemprego.

Crescimento Real do Produto Interno Bruto (%)



Fonte: *Economist Intelligence Unit*, OCDE e FMI.

Europa

A economia europeia tem apresentado uma tendência de aumento do crescimento do PIB nos últimos anos, chegando a 2,7% em 2017, ultrapassando as expectativas dos analistas. No entanto, em 2018, o crescimento europeu deu já sinais de desaceleração, ficando nos 1,9%, valor abaixo das expectativas dos analistas.

Esta desaceleração da economia Europeia deve-se essencialmente a 3 fatores: em primeiro lugar, à queda da procura externa, sobretudo de bens; em segundo lugar, à subida do preço do petróleo durante a maior parte de 2018 que compensou o crescimento do poder de compra, tendo um impacto negativo estimado em 0,5% em 2018; e por último, às restrições da capacidade de produção, tanto naturais como impostas pela União Europeia, acompanhadas pela escassez de mão de obra, que tornam o ambiente económico mais adverso ao crescimento.

O principal e mais iminente risco à estabilidade económica da Europa é o *Brexit*, a saída do Reino Unido da União Europeia, que terá desenvolvimentos no final de Março de 2019. Outros riscos prendem-se com a situação económica da Grécia, que continua a apresentar grande fragilidade, e mais recentemente a crise em Itália, país que entrou em recessão no final do ano de 2018.

EUA

A economia Americana continua a apresentar um forte crescimento, não só apoiado num ciclo económico muito favorável, mas também fomentado pelas políticas do atual executivo. O crescimento do PIB continua francamente positivo (cerca de 2,9% em 2018) com uma inflação dentro dos objetivos do FED (cerca de 2%). No entanto, os sinais de abrandamento começam a surgir, com o início do enfraquecimento do investimento, a construção a diminuir e um clima internacional de alto risco e desfavorável aos EUA: uma Europa com o crescimento a desacelerar e uma China com grandes dificuldades em controlar o impacto das tarifas norte americanas no comércio externo. As previsões de crescimento para 2019 já baixaram de 2,5% para 2,3%, e o crescimento de longo prazo de 1,9% para 1,8%.

As políticas internas de impostos foram um dos motores do grande crescimento da economia americana no passado recente, o que poderá significar um grande risco de desaceleração para esta economia no caso das mesmas terem de ser revertidas no final de 2019 e 2020.

O consumo privado tem vindo a crescer de forma constante, devido à redução da taxa de desemprego, que hoje está abaixo dos 4% (pleno emprego) sendo previsto que se mantenha estável durante os próximos anos.

Brasil

Durante 2018 o crescimento no Brasil foi positivo em 1,3%, apesar de abaixo das previsões dos analistas e num ano caracterizado por uma grande instabilidade política em resultado das eleições presidenciais, o que por sua vez impactou negativamente a moeda que desvalorizou, em termos médios do ano, cerca de 16%.

Depois de um ano de 2017 com um crescimento de 1% a seguir a vários anos de recessão, o ano de 2018 foi afetado por vários episódios negativos para a economia como seja a greve dos “caminhoneiros” que abalou o país com prejuízos estimados em BRL 50 mil milhões. Em 2019 é expectável que a economia acelere para um crescimento superior a 2%. Um risco relevante que determinará o sucesso económico do país é a sustentabilidade do sistema nacional de pensões, esperando-se, contudo, que a política económica do executivo e a reforma ao sistema de pensões sejam bem sucedidas, garantindo crescimento económico, sustentabilidade da dívida e controlo da inflação.

Angola

Num ano de mudanças depois da tomada de posse de um novo governo em setembro de 2017, a economia angolana, que desde 2016 se apresenta em recessão, ficou marcada pelo fim da paridade do kwanza com o dólar logo a partir de janeiro de 2018, medida que levou a uma depreciação da moeda local de quase 40% (em média do ano).

Para 2019 e anos seguintes as expectativas são de recuperação económica (crescimento real do PIB estimado de 3,1% para 2019) apoiada em programas que pretendem melhorar os desequilíbrios macroeconómicos e os desafios estruturais do país. Neste contexto, em dezembro de 2018 o FMI aprovou um novo programa de ajuda ao país no valor de USD 3,7 mil milhões e com um prazo de 3 anos.

2.2 Conjuntura Nacional

Em 2018 Portugal beneficiou de um crescimento ainda acima da média europeia, apesar de ter ficado aquém das estimativas dos analistas. Este crescimento foi possível sobretudo devido à procura interna/consumo privado, que beneficiou de 2 fatores principais: em primeiro lugar, o crescimento do setor dos serviços (sobretudo nos transportes e turismo); em segundo lugar, a redução da taxa de desemprego para cerca de 7%, valor abaixo da média da zona euro desde 2017.

É esperado que em 2019, à semelhança da Europa que abranda o seu crescimento, as condições menos favoráveis ao crescimento se comecem a sentir, acompanhadas por um aumento dos riscos da atividade económica. Em Portugal, a situação europeia é agravada por uma economia baseada no setor dos serviços, muito suscetível ao aumento das taxas de juro e pelo risco de instabilidade política associada ao período eleitoral que se aproxima.

Assim, apesar da economia apresentar alguma estabilidade e de se manter um ciclo económico favorável, 2019 prevê-se que seja um período de crescimento mais lento, abaixo dos 2%, à semelhança dos anos de 2016 e anteriores, alinhado com o resto da Europa.

2.3 Setor do Transporte Aéreo

Em 2018 o setor do transporte aéreo continuou a apresentar crescimento, ainda que tenha havido algum abrandamento dos níveis de crescimento face a 2017. Alguma moderação no crescimento do tráfego veio em linha com os sinais de abrandamento do crescimento económico sobretudo no segundo semestre de 2018.

O setor manteve a trajetória de aumento de capacidade expressa em passageiros-quilómetro (ASK) que foi de +6% vs 2017, com um abrandamento ligeiro face aos últimos anos. Este crescimento foi sobretudo impulsionado pelo crescimento na região Ásia-Pacífico e da América Latina.

Capacidade (ASK) % YoY	2016	2017	2018E	2018E vs 2017, pp
Global	7,4%	6,6%	6,0%	-0,6pp
América do Norte	4,7%	3,8%	4,8%	+1,0pp
Europa	5,3%	6,6%	5,7%	-0,9pp
Asia-Pacífico	10,1%	9,1%	7,6%	-1,5pp
Médio Oriente	13,2%	6,7%	4,7%	-2,0pp
América Latina	3,3%	5,5%	6,5%	+1,0pp
África	6,9%	4,0%	1,4%	-2,6pp

Fonte: IATA

O tráfego de passageiros tem crescido apesar de ser patente um abrandamento do seu ritmo de crescimento. Em 2018 os passageiros ponderados pelos quilómetros viajados (*RPKs*) cresceram 6,5% (-1,5 pp vs taxa de crescimento em 2017).

Tráfego de passageiros (RPK) % YoY	2016	2017	2018E	2018E vs 2017, pp
Global	7,5%	8,0%	6,5%	-1,5pp
América do Norte	4,0%	3,9%	5,0%	+1,1pp
Europa	5,3%	8,9%	6,4%	-2,5pp
Asia-Pacífico	11,1%	10,9%	8,5%	-2,4pp
Médio Oriente	11,4%	6,8%	4,6%	-2,2pp
América Latina	4,5%	7,3%	6,0%	-1,3pp
África	7,3%	7,3%	3,6%	-3,7pp

Fonte: IATA

Na Europa as transportadoras aéreas continuaram a apresentar um crescimento robusto sendo que o tráfego internacional apresentou uma expansão na ordem dos 6,6% (vs 8,2% em 2017), tendo a capacidade aumentado 5,9%.

O crescimento de passageiros tem registado um ritmo superior ao aumento de capacidade de indústria, apesar de se notar uma tendência de convergência. Ainda que decrescente, este *Gap* positivo abre espaço para otimização do *trade-off load factor / yield*.

Gap (RPK-ASK) pp	2016	2017	2018E
Global	+0,1pp	+1,4pp	+0,5pp
América do Norte	-0,7pp	+0,1pp	+0,2pp
Europa	0,0pp	+2,3pp	+0,7pp
Asia-Pacífico	+1,0pp	+1,8pp	+0,9pp
Médio Oriente	-1,8pp	+0,1pp	-0,1pp
América Latina	1,2pp	+1,8pp	-0,5pp
África	+0,4pp	+3,3pp	+2,2pp

Fonte: IATA

Na globalidade, e apesar do abrandamento no crescimento de capacidade, a receita global do setor acelerou a trajetória de crescimento para USD 821 mil milhões (+8,7% vs 2017), máximo dos últimos 6 anos.

Receita global USD mil milhões	2016	2017	2018E	2018E vs 2017, pp
Receita Total	709	755	821	
% YoY	-1,6%	6,5%	8,7%	+2,3pp
Receita de passageiros	498	534	564	
% YoY	-2,2%	7,2%	5,6%	-1,6pp
Receita de carga	81	96	110	
% YoY	-3,6%	18,7%	14,5%	-4,2pp
Outras Receitas	130	125	147	
% YoY	1,6%	-3,9%	17,7%	+21,6pp

Fonte: IATA

Este crescimento foi principalmente impulsionado pelo aumento de receita de carga (+14,5%) e de outras linhas de negócio, p.e. manutenção (+17,7%).

A receita com passageiros cresceu +5,6%, abaixo do aumento de capacidade de +6%, traduzindo-se numa variação de *RASK* de passageiros de -0,4%. Desta forma, o aumento do *Load Factor* foi de +0,4 pp - passando de 81,5% em 2017 para um novo máximo histórico de 81,9% em 2018 - não sendo suficiente para compensar queda de *yield*.

Load Factor %	2016	2017	2018E	2018E vs 2017, pp
Load Factor, %	80,5%	81,5%	81,9%	+0,4pp
Yield, % YoY	-8,8%	-0,8%	-0,9%	-0,1pp

Fonte: IATA

Na Europa, o coeficiente de ocupação no tráfego internacional permaneceu, tal como no ano anterior, como o mais elevado de entre as regiões apresentando um valor de 85%, refletindo mais 0,6 p.p. que no ano anterior.

Relativamente à carga aérea, a capacidade apresentou um crescimento de cerca de 3,5%, crescendo mais do que a procura e resultando num menor *load factor* em cerca de 0,9 pp situando-se nos 49,1%.

Em 2018, os custos globais cresceram 9,8% (acima do aumento da capacidade de 6% e acima do crescimento das receitas de 8,7%), principalmente impulsionados pelo aumento de custos com combustíveis (+20,8% vs 2017), provocado por um aumento do preço do Jet Fuel na ordem dos 31% (parcialmente compensado pelas políticas de *hedging* das companhias aéreas).

Custos globais, USD mil milhões	2016	2017	2018E	2018E vs 2017, pp
Custos globais	649	697	765	
YoY, %	-1,6%	7,4%	9,8%	+2,4pp
Custos fuel	135	149	180	
% YoY	-73,5%	10,4%	20,8%	+10,4pp
Custos ex-fuel	514	548	586	
% YoY	513,4%	6,6%	6,9%	+0,3pp

Fonte: IATA

Na globalidade, o setor do transporte aéreo, após ter registado o maior resultado de sempre em 2017 (USD 37,7 mil milhões), sofreu um ajuste de -14% para USD 32,2 mil milhões em 2018 (valor inferior ao previsto no início do ano de USD 38,4 mil milhões). Este ajuste resulta de uma maior pressão nas margens (margem EBIT de 7,7% em 2017 para 6,8% em 2018), em particular por um aumento de custos como detalhado anteriormente.

Esta deterioração de margens em 2018 foi transversal a todas as regiões do globo.

Margem EBIT, %	2016	2017	2018E	2017 vs 2018E, pp
Global	8,5%	7,7%	6,8%	-0,9pp
América do Norte	13,7%	11,0%	9,8%	-1,2pp
Europa	6,1%	6,9%	6,0%	-0,9pp
Asia-Pacífico	7,4%	6,7%	6,1%	-0,6pp
Médio Oriente	2,2%	1,5%	1,2%	-0,3pp
América Latina	5,6%	6,9%	5,6%	-1,3pp
África	1,1%	0,8%	0,6%	-0,2pp

Fonte: IATA

2.4 Estratégia Empresarial

A estratégia 2015-2020 da TAP, desenhada no final de 2014, tem vindo a ser reforçada pelos novos acionistas, evoluindo de forma a refletir as alterações conjunturais e de mercado.

No final de 2014, resultante dos desafios significativos enfrentados pela TAP, derivados da intensificação da concorrência, designadamente pelo crescimento no mercado de companhias operadoras *low-cost*, pela limitação dos seus recursos financeiros e pela estrutura do seu passivo, foi dado início a um processo de reflexão estratégica para o período de 2015-2020, tendo sido, então, definidos seis eixos estratégicos como linhas de orientação para a Empresa.

Plano Estratégico 2015-2020 - Eixos Estratégicos

1. Renovação e expansão de frotas
2. Evolução do modelo comercial
3. Automatização e melhoria da experiência do Cliente
4. Consolidação do crescimento da Companhia e aumento do foco no *hub*
5. Melhoria das eficiências operacionais
6. Reposicionamento dos negócios das unidades de manutenção e engenharia em Portugal e no Brasil

Em 2015 teve início o processo de reprivatização do Grupo TAP, tendo sido aprovada em 30 de junho de 2017, em Assembleia Geral da TAP, SGPS, S.A., a reconfiguração da estrutura acionista do Grupo, os novos Estatutos e a reformulação do Acordo Parassocial, passando o Estado português, através da Parública, a deter 50% do capital social e dos direitos de voto e 5% dos direitos económicos da TAP, não obstante a mesma se manter privada. No seguimento da reconfiguração acionista verificada, foi nomeado o Conselho de Administração da TAP, composto por seis elementos designados pelo Estado e por seis elementos indicados pelo consórcio Atlantic Gateway (que detém 45% do capital social e 90% dos direitos económicos), tendo sido, igualmente, nomeada a Comissão Executiva, responsável pela Gestão da TAP, composta por três elementos nomeados pela Atlantic Gateway. Em 2018, o novo Conselho de Administração reiterou as linhas orientadoras do plano estratégico com o cumprimento de várias metas em cada um dos seus eixos.

Um dos princípios essenciais do Memorando de Entendimento assinado em fevereiro de 2016, tal como concretizado pelo Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos, e posteriormente reconfirmado ao longo das várias etapas do processo de reprivatização, assentou na aceitação expressa da convergência e partilha do Projeto Estratégico do Grupo TAP e do conseqüente compromisso assumido pelo Estado Português e pela Atlantic Gateway, no sentido do seu cumprimento e implementação. Este Projeto Estratégico foi construído com base na reflexão estratégica 2015-2020, mencionada acima e resultante nas seguintes ações previstas:

1. Capitalização e renegociação da dívida
2. Investimentos estratégicos
3. (Nova) estratégia operacional
4. Foco nos trabalhadores e melhoria da gestão
5. Melhoria da rentabilidade

2.5 Principais desenvolvimentos em 2018 no âmbito do Projeto Estratégico

Capitalização e renegociação da dívida

Com o objetivo de diversificar as fontes de financiamento, alargar o prazo médio e reduzir o seu custo, o ano de 2018 ficou marcado por um maior contacto com a banca internacional, tendo sido angariado um financiamento com uma sucursal em Portugal de uma instituição estrangeira no valor de EUR 70 milhões. Adicionalmente, no 4º trimestre de 2018, foi negociado um financiamento de cerca de EUR 137 milhões em condições muito favoráveis de preço e prazo, fechado em Janeiro 2019 junto de investidores internacionais.

Investimentos estratégicos

Em 2018 a TAP começou a receber as primeiras aeronaves de nova geração tendo finalizado o ano com 1 A320neo, 4 A321neo e 3 A330neo, registando-se a entrada de 10 aeronaves, entre dezembro de 2017 e dezembro de 2018, número que conta também com duas aeronaves (um A319ceo e um A320ceo) em regime de aluguer operacional de curta duração.

As aeronaves A330neo da TAP são as primeiras a operar *worldwide* com o novo conceito de cabina *Airspace*, lançado pela Airbus. As novas cabinas têm cadeiras *state-of-the-art*, de classe executiva e de classe económica, incrementando de forma assinalável o conforto dos passageiros. De referir, ainda, a disponibilidade de sistemas de entretenimento com monitores de maior dimensão e com melhor definição, bem como a existência de internet a bordo, a distribuição de conteúdos digitais para os equipamentos portáteis dos passageiros, que passarão a dispor de tomadas elétricas em todos os lugares. As aeronaves A330neo vêm substituir progressivamente, os aviões A330 e A340 mais antigos, um processo que irá decorrer até final de 2019. Trata-se de uma decisão relevante no sentido da renovação da frota, a qual permitirá melhorar, com significado, a oferta ao passageiro, bem como disponibilizar um produto consistente em todo o equipamento de longo curso. Estas aeronaves apresentam uma significativa poupança de combustível (em cerca de 15%) e de emissões de CO₂, o que vem ao encontro do objetivo da TAP se tornar uma empresa menos poluente.

Durante 2018 foi concluído o esforço de *retrofit* de cabina da frota existente, completando-se assim o projeto de remodelação previsto em 48 aeronaves da frota existente – 38 *narrow-body* e 10 *wide-body* – permitindo à TAP redefinir a oferta ao passageiro, melhorando o conforto e aumentando o número de lugares, bem como reduzir o peso dos aviões e, conseqüentemente, o consumo de combustível.

Quer no programa de *retrofit*, quer na aquisição de novas aeronaves, a TAP reforçou o investimento na economia nacional, através da seleção de parceiros empresariais para a conceção do produto, *design* da cadeira e produção das respetivas capas e fornecimento de materiais.

A 31 de Dezembro de 2018 a TAP apresentava 96 aeronaves (resultado das referidas entradas e da saída de 4 aeronaves), composta por:

- 24 *wide-body*: 3 A330neo, 13 A330-200, 4 A330-300 e 4 A340
- 51 *narrow-body*: 1 A320neo, 4 A321neo, 4 A321ceo, 21 A320ceo e 21 A319ceo
- 21 *regional*: 8 ATR e 13 Embraer (frota da White e Portugalia)

(Nova) Estratégia operacional

Durante 2018 deu-se continuidade a uma estratégia de crescimento explorando a posição geográfica estratégica da TAP por forma a capturar o tráfico entre África, América do Norte e do Sul para a Europa, mantendo-se a política de voos de longa distância. Continuou também o esforço centrado no crescimento e na melhoria do *hub* Lisboa, permanecendo a promoção e a consolidação das ligações entre a Europa e os destinos intercontinentais como ponto fulcral do referido *hub*.

Neste contexto, houve uma consolidação do mercado América do Norte, região em que a TAP tem vindo a melhorar a sua performance através de uma maior frequência de voos (com destaque para os aeroportos de

Nova Iorque JFK e Newark) bem como pelo lançamento de novas rotas - Washington DC, Chicago e São Francisco - destinos a iniciarem-se em 2019 mas anunciados ainda em 2018.

O Brasil continuou a ser um dos principais mercados da TAP mas o segundo semestre de 2018 foi caracterizado por uma queda das receitas explicada por um abrandamento económico devido à instabilidade política e processo eleitoral que afetou o tráfego de e para o país, bem como pela desvalorização cambial ocorrida.

Durante 2018 foram lançados novos destinos por forma a expandir o portfolio do Grupo, ajustando a sua oferta à procura e a diversificar oportunidades, reduzindo a dependência dos principais mercados. Assim, no final do ano de 2018 a TAP voava para 88 aeroportos, destacando-se as seguintes alterações introduzidas:

- No contexto do investimento no *hub* do Porto, os serviços Porto-Barcelona e Porto-Milão foram reiniciados e foram lançadas as novas rotas Porto-Ponta Delgada e Porto-London City.
- Ainda na Europa, foi introduzida uma nova rota de Lisboa para Florença e aumentada a frequência para Dusseldorf e Estocolmo. Num esforço constante para aumentar os resultados da frota, tomou-se a decisão de suspender a operação Lisboa-La Coruña, Lisboa-Vigo e Lisboa-Oviedo.
- Em África, o destaque do ano vai para o crescimento da frequência dos voos para Marraquexe, Praia e São Vicente.

Todos estes desenvolvimentos de rede e rotas não só criaram mais conexões ao *hub* de Lisboa, como também criaram um produto mais atrativo para os segmentos *lazer* e *corporate*. No *hub* do Porto, a TAP recuperou a liderança de movimentos, com um crescimento acima dos 20%, e ultrapassando a sua principal concorrente *low cost*. Em resumo, com o reforço dos *hubs* de Lisboa e do Porto, a TAP contribuiu de forma decisiva para mais um ano de crescimento do turismo em Portugal.

Para além da transformação na rede, a TAP tem-se focado nos seus clientes com várias medidas que visam o aumento da sua satisfação nomeadamente:

- Melhorias operacionais para resolução dos atrasos dos voos;
- Medição do *Net Promoter Score* (“NPS”);
- Reforço do *call center* para atendimento de chamadas e resolução de problemas dos passageiros;
- Relançamento do programa de passageiro frequente com a mudança do programa TAP Victoria para o Miles&Go, um programa mais adaptado às necessidades destes clientes e que traz várias vantagens face ao programa anterior.

O problema da menor pontualidade de alguns voos tem sido muito prejudicial ao NPS da TAP, podendo-se identificar causas internas e externas à TAP, de entre as quais estão os vários constrangimentos do aeroporto de Lisboa, sem capacidade de resposta para o nível de atividade que atualmente apresenta. Na identificação e resolução das causas internas, foram tomadas importantes medidas em 2018, nomeadamente a disponibilização de aviões de reserva (medida inédita até 2018), o aumento do número de pilotos e tripulantes e a organização da informação operacional e das equipas de trabalho de forma mais eficiente incluindo a implementação de um novo sistema informático de gestão operacional mais adaptado ao crescente volume de operações da TAP e um centro integrado de operações. De referir ainda que, dada a importância do tema da pontualidade, foi ainda contratada uma consultora especializada para ajudar as equipas operacionais.

Foco nos trabalhadores e melhoria da gestão

O exercício de 2018 ficou marcado pelo elevado esforço nos processos de recrutamento, seleção e contratação de trabalhadores para as diversas funções na TAP, S.A.. Assim, num total de 1.113 novas admissões, foram contratados 137 pilotos, 566 comissários/assistentes de bordo, 77 técnicos de manutenção de aeronaves, 117

profissionais para reforço das operações terra no *hub* de Lisboa, 68 elementos para o *contact center*, 95 trabalhadores para as diversas áreas da manutenção e engenharia e 63 quadros superiores.

Note-se que o crescimento do Grupo implicou não só a contratação de pessoal navegante, mas também o reforço de áreas estratégicas com implementação de novas políticas a vários níveis, tendo sempre em vista um alinhamento com as melhores práticas do sector e das empresas europeias comparáveis.

Estes processos de recrutamento tiveram forte impacto nos processos de *onboarding* (tendo sido desenhado e implementado um novo modelo de acolhimento e integração dos novos trabalhadores) e nos processos de formação inicial e de desenvolvimento.

Este ano foi ainda marcado pelo reforço das ações de reconhecimento dos trabalhadores, tendo sido, entre outros, implementado o novo Programa "TAP Stars" que visa o incremento de uma cultura de reconhecimento interno, permitindo aos colegas reconhecerem atitudes de excelência entre si. Foi efetuado um Estudo de Clima Organizacional onde foi possível auscultar os colaboradores e desenhar ações à medida das necessidades levantadas. Foi, igualmente, desenhado e implementado um Programa de Gestão de Performance que inclui a definição e monitorização de *Key Performance Indicators* ("KPIs") de negócio, de área e individuais, bem como um modelo de avaliação 360 graus.

Com o intuito de obtenção de paz social, foram efetuados ao longo do exercício vários processos de negociação coletiva, tendo sido celebrados protocolos com a totalidade das organizações sindicais (à exceção do SNPVAC), em matérias de atualização salarial, carreiras profissionais e outras, tendo sido possível negociar soluções para um período de 5 anos.

Melhoria da rentabilidade

Não obstante o crescimento das receitas e as melhorias operacionais atingidas, o ano de 2018 teve enormes desafios que impactaram os resultados e a rentabilidade do Grupo nomeadamente a desvalorização cambial no Brasil, o aumento do preço do combustível e custos extraordinários/não recorrentes respeitantes a:

- contingências laborais (na sua maioria pré 2018) decorrentes das negociações coletivas;
- custos de reestruturação relacionados com pré-reformas e saída de colaboradores;
- custos com a reestruturação total da operação de manutenção no Brasil; e
- custos com irregularidades (indenizações e fretamento de aviões) relacionados com cancelamentos e atrasos.

Em consequência destes eventos, a rentabilidade do ano de 2018 foi muito afetada mas entende-se que, pela natureza não recorrente dos mesmos, a TAP poderá, daqui em diante, beneficiar das mudanças implementadas, resgatando a trajetória de recuperação da rentabilidade registada desde a privatização. Com efeito, fechando-se este ciclo de instabilidade laboral e reestruturação, a TAP encontra-se mais preparada para responder aos desafios que o sector impõe ao nível de tarifas, experiência oferecida ao cliente e capacidade de resposta nos destinos de maior procura. Por um lado, os investimentos recentes e futuros na frota permitirão oferecer um melhor serviço e permitirão poupanças significativas de custos com combustível, e por outro lado, o programa de redução de custos e as novas políticas operacionais e financeiras (o caso de uma nova política de *hedging*) continuarão a ter impacto positivo nos resultados.

2.6 Performance Operacional e Económico-Financeira

2.6.1 Empresas Incluídas na Consolidação

Foi neste contexto macro económico, sectorial e laboral que o Grupo TAP desenvolveu em 2018 as suas atividades, apresentando uma performance operacional acima do mercado na maior parte dos indicadores. Efetivamente, a TAP S.A. registou ao nível de oferta da operação, expressa em *ASK*, um crescimento de 12,3%, tendo a procura, expressa em *RPK*, verificado uma evolução da ordem dos 9,6%. Em número de passageiros

transportados a taxa de crescimento foi de 10,4%, apresentando um novo recorde de 15,8 milhões de passageiros transportados.

O crescimento do transporte aéreo de passageiros da TAP reflete a trajetória consistente de crescimento em mercados estratégicos, dos voos de conexão bem como a abertura/cancelamento de rotas em ajustamento à procura. Estes aspetos, aliados à melhoria da frota que tem vindo a ser implementada, têm sido fundamentais para angariar novos clientes.

Os indicadores operacionais apresentaram-se num crescimento das receitas operacionais em cerca de 9,1%, crescimento que embora consideravelmente acima do sector, não compensou o aumento dos custos operacionais totais de 2018, incluindo custos recorrentes e não recorrentes, conforme segue em resumo:

- Os Rendimentos e Ganhos Operacionais totalizaram EUR 3.250,8 milhões, um valor superior em EUR 272,4 milhões, ou seja, mais 9,1% que o montante apurado em 2017. Para este valor contribuiu essencialmente um crescimento de 8,3% no segmento das receitas de passagens e 26,1% de crescimento no segmento de Manutenção e Engenharia, com principal foco na área de motores.
- O total de Gastos e Perdas Operacionais ascendeu a EUR 3.294,8 milhões, mais EUR 423,2 milhões (equivalente a +14,7%) que o valor do ano anterior, com forte impacto das rubricas (i) de gastos com combustíveis consumidos que cresceu 37,6%, dos quais cerca de EUR 169 milhões foram relativos ao aumento do preço, (ii) de custos operacionais de tráfego que aumentaram em cerca de 12,2%, incluindo os efeitos de aumento de atividade e das irregularidades que afetaram a atividade da TAP no primeiro semestre de 2018 e (iii) custos com pessoal que aumentaram 16,5%.
- De referir ainda que os Gastos e Perdas Operacionais foram negativamente impactados por eventos não recorrentes no montante de EUR 74,8 milhões referentes ao programa de pré-reforma e saídas voluntárias (EUR 26,9 milhões), aos efeitos das negociações com os trabalhadores e sindicatos relacionados, na sua maior parte, com anos anteriores (EUR 20,3 milhões), e à reestruturação da TAP M&E Brasil (EUR 27,6 milhões), pelo incremento extraordinário das irregularidades e fretamentos decorrentes maioritariamente dos cancelamentos ocorridos no primeiro semestre no montante de EUR 41 milhões, e pelo ganho extraordinário com ativos (valor positivo de EUR 2,6 milhões), acrescido do efeito fiscal daí resultante.
- Em resultado deste avultado aumento dos custos operacionais, em parte extraordinário, o Resultado Operacional foi negativo em EUR -44,0 milhões e o Resultado Líquido situou-se em EUR -118,0 milhões. Expurgando os itens extraordinários e não recorrentes, o Resultado Operacional teria sido de EUR 69,1 milhões e o Resultado Líquido de EUR -22,9 milhões.

Nas receitas o maior contributo continuou a ser do transporte aéreo de passageiros que apresentou um crescimento de 8% enquanto a carga/correio apresentou um crescimento de 6%. Este crescimento de passageiros esteve muito suportado nos seguintes mercados:

- A Europa (excluindo Portugal) apresentou uma excelente performance tendo a Empresa transportado mais 932 mil passageiros que no anterior (+10,7% face a 2017). Salienta-se o significativo crescimento de receitas de bilhetes nos países de leste (Hungria e República Checa) e da Europa central (Alemanha e Áustria).
- Os voos domésticos (entre Lisboa, Porto e Faro) apresentaram um crescimento de 9,4% de passageiros transportados face a 2017 (transporte de 1,1 milhões de passageiros) e os voos entre o continente e ilhas registaram uma subida de 13,5% atingindo 1,3 milhões de passageiros.
- Nos mercados estratégicos, destaca-se positivamente os EUA, no qual a TAP se tem vindo a afirmar nos voos de conexão, representando já cerca de 10% das receitas. Neste mercado transportou-se cerca de 800 mil passageiros, o que representa um crescimento de +9,6% face ao ano anterior.
- Na América Latina, um dos principais mercados da TAP, o número de passageiros cresceu 7%, atingindo 1,8 milhões, embora em valor tenha havido um ligeiro decréscimo em resultado da desvalorização do BRL.

A atividade de manutenção para terceiros em Portugal continuou a sua trajetória de crescimento (+55% face a 2017), suportada nas receitas provenientes da manutenção de motores de clientes internacionais nos quais se encontram algumas das maiores empresas aéreas europeias, atingindo EUR 228,2 milhões.

Em oposição a Portugal, a atividade de manutenção no Brasil (empresa TAP M&E Brasil) ficou marcada por uma profunda reestruturação que envolveu (i) a rescisão contratual de colaboradores (942 funcionários em Porto Alegre e 313 funcionários no Rio de Janeiro) (ii) o fecho da operação de POA - Porto Alegre (mantendo-se apenas a do Rio de Janeiro) e (iii) a eliminação de BRL 51 milhões em contingências laborais e de BRL 95 milhões em passivo fiscal. Caso fossem expurgados os custos de reestruturação, a operação da empresa teria apresentado um resultado operacional próximo a zero.

No ano de 2018 manteve-se o esforço permanente de aumento da produtividade e de eficiência, a adoção das melhores práticas, a simplificação de processos e a intensificação de políticas comerciais agressivas. Neste contexto, um dos marcos de 2018 foi o programa de redução de custos implementado transversalmente na Empresa através de mais de 200 iniciativas e com resultados já no próprio ano de 2018. Foram estabelecidas metas orçamentais rigorosas de poupanças que implicaram o esforço da generalidade das equipas em várias frentes, como a renegociação de muitos contratos, que continuará a gerar poupanças em 2019 e seguintes anos.

O ano de 2018 foi caracterizado pela enorme subida da rubrica de custos com combustíveis que aumentou 37,6% e cerca de EUR 218,4 milhões face a 2017 (dos quais aproximadamente EUR 169 milhões respeitam apenas ao efeito do aumento de preço do *jet fuel*). Este aumento reflete o comportamento verificado no preço do barril de Brent e do jet fuel, ao longo do ano 2018 de +31,5% e +30,5%, respetivamente, este último no valor de referência CIF NWE transacionada pela TAP. O aumento nos custos de aquisição de licenças de emissão CO2 fica a dever-se essencialmente ao aumento do valor unitário das mesmas que passou de EUR 8,1 para EUR 22,2 a 31 de dezembro de 2017 e 2018, respetivamente.

Os custos operacionais de tráfego apresentaram um grande agravamento devido aos custos extraordinários das irregularidades ocorridas no primeiro semestre de 2018, valor que totalizou aproximadamente EUR 41 milhões. Adicionalmente, esta rubrica sofreu também o aumento das taxas aeroportuárias, em particular do *hub* de Lisboa, onde a TAP é o operador com maior quota de mercado.

Os custos com pessoal de 2018 refletem o aumento do número de colaboradores mas também as negociações havidas com a maior parte dos sindicatos e que resultaram não só em aumentos salariais fixos para os próximos anos, mas também em aumentos já devidos em 2018.

No que respeita aos custos não recorrentes das empresas do Grupo em Portugal, elencam-se os relativos ao programa de pré-reformas (EUR 19,1 milhões) e de rescisões por mútuo acordo (EUR 7,8 milhões) e as negociações com os sindicatos que implicaram o pagamento de verbas extraordinárias relativas, na sua maior parte, a anos anteriores a 2018 (EUR 20,3 milhões).

Os resultados financeiros apresentaram um agravamento significativo, devido essencialmente a diferenças de câmbio desfavoráveis que apresentaram um valor de EUR -49 milhões, embora parte tenha apenas impacto contabilístico.

Por ultimo, realça-se a melhoria da posição de caixa da TAP que apresentava o valor de EUR 233,2 milhões a 31 de Dezembro de 2018, valor 39% acima do registado em 2017. A contribuir para uma maior liquidez do Grupo esteve o repatriamento de grande parte do valor retido em Angola que estava investido em obrigações do tesouro (denominadas em USD).

O ano de 2018 foi muito desafiante para o Grupo TAP mas não podem deixar de ser destacados os seguintes pontos:

- Receitas atingiram um valor recorde, com um crescimento acima do sector e da média europeia em resultado das novas políticas comerciais e operacionais;
- Passageiros transportados atingiram um novo valor recorde, com uma taxa de ocupação superior a 80%;
- Reestruturação da TAP M&E Brasil, transformando uma empresa deficitária e consumidora de capital e outros recursos numa operação dimensionada e rentável;
- Repatriamento do caixa de Angola;
- Forte posição de caixa no final do ano (+39% que em 2017).

Apresentam-se de seguida os principais indicadores do Grupo TAP:

TAP, S.G.P.S., S.A. - Principais Indicadores Financeiros	2018	2017	Var
EUR Milhões		Reexpresso	
Demonstração de Resultados			
Rendimentos e Ganhos Operacionais	3 250,8	2 978,5	9,1%
Gastos e Perdas Operacionais	-3 294,8	-2 871,6	14,7%
Resultado Operacional (EBIT)	-44,0	106,8	-
Resultado Líquido	-118,0	21,2	-
Resultado Líquido TAP, S.A.	-58,1	100,4	-
Resultado Líquido SPdH	6,0	8,7	-31,0%
Resultado Líquido Aeropar	-25,3	-24,6	-
Resultado Líquido TAP M&E Brasil ¹	-51,6	-50,1	-
Itens Não Recorrentes (1)	74,7		
Custos de Reestruturação (Portugal)	26,9		
Custos de Reestruturação TAP M&E Brasil	27,6		
Custos resultantes dos Acordos Sindicais	20,3		
Itens da Operação Extraordinários (2)	38,4		
Custos resultantes das Irregularidades	41,0		
Ganhos em Activos	-2,6		
(1) + (2)	113,1		
Efeito Fiscal (3)	18,0		
(1) + (2) - (3)	95,1		
Resultados Ajustados			
Resultado Operacional (EBIT) + (1) + (2)	69,1		
Resultado Líquido + (1) + (2) - (3)	-22,9		
Balanço			
Ativo	1 628	1 654	-2%
Capital Próprio	-618	-476	n.a.

¹ Valor das Demonstrações Financeiras Estatutárias.

TAP, S.G.P.S., S.A. - Principais Indicadores Operacionais	2018	2017	Var
Quadro do Pessoal Ativo (31 dezembro)¹	12 964	12 908	56
TAP, S.A.	8 145	7 470	675
SPdH	2 626	2 396	230
TAP M&E Brasil	742	1 686	-944
Outras Empresas	1 451	1 356	95
Pax ('000)	15 763	14 274	10%
RPK (milhões)	38 048	34 711	10%
ASK (milhões)	47 000	41 864	12%
Composição da frota da TAP (média)	69	66	4%
Horas de Voo (Oper. reg. em equip. próprio)	305 103	279 093	9%
Composição da frota da PGA (média)	13	11	18%
Horas de Voo (Oper. reg. em equip. PGA)	48 338	39 525	22%
Composição da frota em <i>wet lease</i> (média)	9	9	0%
Horas de Voo (Oper. reg. em equip. <i>wet lease</i>) ²	35 715	31 721	13%
Pontualidade na partida até 15'	58,4%	67,3%	-8,9 p.p.
Regularidade	98,2%	99,3%	-1,1 p.p.

¹ Não inclui pessoal sem colocação e não ativo.

² Inclui ATRs operados pela White.

2.6.2 Contribuição das Empresas Associadas

A SPDH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (Groundforce Portugal) na qual a TAP, SGPS, S.A. é detentora de uma participação minoritária com um conjunto de ações representativas de 49,9% do respetivo capital social, valor que inclui uma participação de 6% detida pela Portugália, atingiu um resultado líquido positivo no valor de EUR 6,0 milhões, inferior ao resultado de EUR 8,7 milhões atingido em 2017.

2.7 Principais Eventos de 2018

Janeiro 2018

- Realiza-se a Assembleia Geral da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A, a segunda realizada após a Oferta Pública de Venda, marcando o início de mais um ciclo para a TAP, com a nomeação do novo Conselho de Administração e Comissão Executiva.

Fevereiro 2018

- O Conselho de Administração e a Comissão Executiva da TAP assumem funções.

Março 2018

- TAP lança novo *Safety* vídeo, produzido em parceria com o Turismo de Portugal, que mostra Portugal ao mundo pela voz dos estrangeiros que escolheram o nosso país para viver. Lançado na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), é mais uma aposta na promoção de Portugal.
- TAP celebra 73 anos com lançamento de programa de reconhecimento interno TAP Stars, cerimónia de homenagem Simpatia e um concerto de Miguel Araújo.
- A TAP celebrou o vigésimo aniversário da rota Lisboa – Fortaleza.

Abril 2018

- O primeiro avião NEO da TAP – um Airbus A320neo – chega a Lisboa. A chegada a Lisboa deste primeiro A320neo é um marco importante no plano de investimentos definido aquando da privatização da Empresa.
- Greve de zelo dos pilotos.

Maiο 2018

- TAP promove ação do Dia da Mãe, dando seguimento às histórias do ano anterior. No Dia da Mãe de 2017, a TAP surpreendeu as primeiras mães do dia, em cada distrito do País e nas ilhas com um *kit* bebé incluindo um *voucher* para uma viagem de batismo de voo. Um ano depois, a TAP leva estas famílias a uma viagem com o batismo de voo dos seus bebés.
- A TAP lançou um Estudo de Clima Organizacional junto de todos os Colaboradores do Grupo. De carácter confidencial, e levado a cabo por uma consultora externa, o Estudo teve como objetivo dar a conhecer a opinião dos milhares de Colaboradores da Empresa sobre a mesma, escutando as suas opiniões, de forma a aumentar a satisfação e o bem-estar de todos os que fazem parte da organização.
- A administração da TAP chega a acordo com os principais sindicatos garantindo paz social para os próximos 5 anos.

Junho 2018

- Em estreia mundial, Airbus A330-900neo voa com as cores da TAP, depois do primeiro voo não comercial com passageiros e de um evento de boas-vindas no Hangar 6 da TAP, em Lisboa.
- A Empresa realiza o primeiro voo com experiência *retro* em território nacional, entre Lisboa e o Funchal.
- Realiza-se o voo inaugural do primeiro A320neo da TAP, entre Lisboa e Londres.
- TAP anuncia novo destino na Europa: Florença.

- Comemoram-se os 50 anos da rota Lisboa–Nova Iorque e a TAP aposta na promoção de Portugal nos Estados Unidos, ao inaugurar um mural em Brooklyn dedicado ao Portugal *Stopover*. Esta campanha acontece no mesmo momento em que a TAP divulga Portugal em 800 painéis publicitários e em 400 táxis na cidade de Nova Iorque.
- No âmbito dos 600 anos do Descobrimento da Madeira e do Porto Santo, a TAP assina um protocolo estratégico com o Governo Regional da Madeira, com o objetivo de reforçar a participação no crescimento do arquipélago da Madeira enquanto destino turístico.
- A TAP assina protocolos de cooperação com cinco associações empresariais do Porto, reafirmando a aposta da Empresa na Região Norte e uma maior aproximação da TAP às empresas da região.
- Por ocasião do Dia Mundial do Ambiente, a TAP lançou o seu programa de redução da utilização de plástico descartável, com ações internas de consciencialização e medidas de substituição do plástico descartável por materiais recicláveis ou reutilizáveis.

Julho 2018

- A TAP lançou o *Flight Pass*, um novo produto que tem como alvo os clientes que viajam com frequência, sejam eles passageiros em viagens de lazer ou negócios, e que permite ao cliente comprar um conjunto de viagens e obter um desconto de quantidade nessa mesma compra, que pode chegar aos 40%.

Setembro 2018

- A TAP recebe o primeiro A321neo da sua frota.
- A TAP anuncia novos destinos: Telavive, Dublin e Basileia.
- A TAP anuncia novidades na Ponte Aérea: mais um avião e aumento da pontualidade através da otimização de horários dos voos, criando maiores tempos de rotação em terra da aeronave entre voos.

Outubro 2018

- A TAP inicia recrutamento internacional de pilotos em Espanha, sendo a primeira sessão de recrutamento de pilotos fora de Portugal.
- A TAP lança Novos Menus de Económica, nos voos do médio curso, com mais de 30 combinações diferentes de refeições, depois de uma avaliação por parte dos clientes e tripulantes de cabina, e outros colaboradores da Empresa.

Novembro 2018

- TAP renova o programa de passageiro frequente. Entre as várias novidades, o novo programa, que passa a chamar-se TAP Miles&Go, oferece o dobro dos lugares disponíveis para bilhetes-prémio e possibilita também aos membros Miles&Go a utilização das milhas para pagar as taxas TAP desses mesmos bilhetes.
- A TAP assina um Memorando de Entendimento com a L3 Commercial Aviation, uma empresa que presta serviços de formação de pilotos com vista a promover a cooperação entre as duas empresas, proporcionando oportunidades de emprego e qualificação.
- A TAP concretiza mais uma etapa da iniciativa TAP Wine Experience, ao entregar a 58 tripulantes de cabina os diplomas e crachás de “Wine Advisor”, após estes terem frequentado de forma voluntária, uma formação sobre vinhos ministradas e certificadas pela ViniPortugal.
- A TAP anuncia que a Ponte Aérea Lisboa-Porto será operada por aviões a jato, aumentando os assentos disponíveis e a pontualidade.
- A TAP recebe o primeiro Airbus A330-900neo, tornando-se a primeira companhia aérea no mundo a beneficiar das suas características económicas, de maior alcance e da nova versão da cabina Airspace, que representa um novo conceito ajustado à ambição da Companhia de oferecer o melhor produto da indústria aos seus clientes.
- São anunciados 2 novos destinos nos EUA a começar em 2019: Chicago e Washington DC.

Dezembro 2018

- A TAP obtém licença da CFM para fazer a manutenção do motor LEAP 1A nas suas oficinas. A Companhia assinou um protocolo com a CFM, fornecedora dos motores dos aviões da família A320neo, e passa a realizar *in-house* a manutenção total destas aeronaves.
- É anunciado um novo destino nos Estados Unidos a partir de junho de 2019: São Francisco.
- O primeiro A330neo da TAP faz o seu primeiro voo comercial, entre Lisboa e São Paulo. A TAP torna-se também a primeira Companhia da Europa a disponibilizar o envio gratuito de mensagens escritas ilimitadas, via *Wi-Fi*, em voos intercontinentais.
- É lançado, na festa de Natal da Companhia, o novo hino da TAP. “TAP é Portugal” é o título da música, que juntou artistas nacionais e centenas de colaboradores.

2.8 Distinções e Prémios

Portugal

- Prémio “Melhor Empresa – Qual a empresa em que mais gostaria de trabalhar?”, atribuído pelos leitores da revista *Human Resources*.
- 3.º lugar do prémio “*Randstad Employer Brand 2018*”, que distingue as empresas mais atrativas para trabalhar de acordo com a perceção da população ativa.
- Prémio Internacionalização, distinção pelo PayPal, pelo seu sistema de pagamento e inovação.
- A Universal McCann (UM) premiou internamente a campanha criada para a TAP do programa Portugal Stopover (bronze).
- Melhor Companhia Aérea na 10.ª edição dos Prémios Marketeer.
- Prémio *A’ Design Award* (prata) na categoria *Interior Space and Exhibition Design*, para o Lounge da TAP no Aeroporto Humberto Delgado.
- Campanha *Switch to Portugal mode* vence Prémios M&P Criatividade nas categorias Autopromoções e Inovação em Media / Mercados internacionais.
- TAP Cargo vence três Prémios de Carga T&N, atribuídos pela publicação Transportes & Negócios.
- Projeto “Retrojet” da TAP ganha um prémio e duas menções honrosas nos prémios Meios&Publicidade.
- Maior e Melhor Exportadora de Portugal, distinção atribuída pela Revista Exame, no âmbito do ranking anual das 500 Maiores e Melhores Empresas.

Internacional

- *Outstanding Food Service by a Carrier – Readership Awards*.
- *Travel Plus Awards* – Ouro para *amenity kits* e *kits bebé* da TAP.
- Prémio de Excelência na Gestão pelos *The Airline Strategy Awards* da Airline Business.
- Prémios dos *World Travel Awards*: Companhia Europeia Líder para África, Companhia Europeia Líder para a América do Sul e Revista de Bordo Líder na Europa – UP Magazine.
- Distinção pela Reader's Digest entre as melhores Companhias do mundo pelo serviço de refeições a bordo.
- “*Favorite Airline in Europe*” pelos *Trazee Travel Awards 2018*.

3. Perspetivas para 2019

3.1 Setor do Transporte Aéreo

De acordo com a IATA, as companhias aéreas europeias e da região Ásia-Pacífico perfilam-se como os grandes motores de crescimento de capacidade para 2019, com um aumento significativo do crescimento das companhias aéreas Africanas vs 2018 (aumento de capacidade de +4,9% em 2019 vs crescimento de +1,4% em 2018).

Capacidade (ASK) % YoY	2018E	2019E	2018E vs 2017, pp	2019E vs 2018E, pp
Global	6,0%	5,8%	-0,6pp	-0,2pp
América do Norte	4,8%	4,3%	+1,0pp	-0,5pp
Europa	5,7%	6,1%	-0,9pp	+0,4pp
Ásia-Pacífico	7,6%	7,1%	-1,5pp	-0,5pp
Médio Oriente	4,7%	4,1%	-2,0pp	-0,6pp
América Latina	6,5%	5,9%	+1,0pp	-0,6pp
África	1,4%	4,9%	-2,6pp	+3,5pp

Fonte: IATA

Tráfego de passageiros (RPK) % YoY	2018E	2019E	2018E vs 2017, pp	2019E vs 2018E, pp
Global	6,5%	6,0%	-1,5pp	-0,5pp
América do Norte	5,0%	4,5%	+1,1pp	-0,5pp
Europa	6,4%	5,5%	-2,5pp	-0,9pp
Ásia-Pacífico	8,5%	7,5%	-2,4pp	-1,0pp
Médio Oriente	4,6%	5,5%	-2,2pp	+0,9pp
América Latina	6,0%	6,0%	-1,3pp	0,0pp
África	3,6%	5,0%	-3,7pp	+1,4pp

Fonte: IATA

Para 2019, a IATA espera um abrandamento do ritmo de crescimento de receita para os USD 885 mil milhões (+7,8% vs 2018), acima do aumento de capacidade esperado no mesmo período (+ 5,8%). Este crescimento será sustentado pela aceleração do crescimento de receita com passageiros (+7,4% vs 2018; taxa de crescimento 1,8 pp superior à verificada em 2018) e pelo crescimento de receitas adjacentes (+10,7%). Este aumento irá traduzir-se num aumento do RASK global da Indústria de +1,9%. O RASK de passageiros irá inverter a tendência decrescente de 2018 com um aumento de 1,6%.

Receita global USD mil milhões	2018E	2019E	2018E vs 2017, pp	2019E vs 2018E, pp
Receita Total	821	885		
% YoY	8,7%	7,8%	+2,3pp	-0,9pp
Receita de passageiros	564	606		
% YoY	5,6%	7,4%	-1,6pp	+1,8pp
Receita de carga	110	116		
% YoY	14,5%	5,7%	-4,2pp	-8,8pp
Outras Receitas	147	163		
% YoY	17,7%	10,7%	+21,6pp	-7pp

Fonte: IATA

3.2 Atividade e Prioridades da Empresa para 2019

Neste contexto mundial e Europeu, a TAP pretende, em 2019, continuar a afirmar-se como uma empresa de longo curso com um papel cada vez mais decisivo nas ligações entre a Europa e as regiões de África, Brasil e

América do Norte, mas que apresenta também soluções *low cost* para a Europa. No contexto nacional, a TAP pretende continuar a servir todos os Portugueses em Portugal e no resto do mundo.

Para 2019, a Companhia estabeleceu como prioridades:

- Incrementar a rentabilidade da Companhia, aumentando a receita e controlando os custos.
- Melhorar o serviço ao cliente, concentrando-se na pontualidade e na melhor experiência a bordo com maior conforto.
- Melhorar a eficiência da frota, com a operacionalização dos novos aviões e concentração nas rotas rentáveis; neste contexto, reforçar o mercado dos EUA, diminuindo a dependência do mercado brasileiro.
- Formar e treinar os recém chegados colaboradores por forma a integrarem as equipas.

Haverá continuação da revisão dos custos e processos da companhia com um alargado programa de poupanças de custos sistematizadas em KPIs rigorosos por cada área, que serão alvo de avaliação no final de 2019. Neste contexto, a área de *procurement*, muito reforçada em 2018, deverá continuar a contribuir para a geração de poupanças em 2019.

No serviço ao cliente, destaca-se o esforço na melhoria da pontualidade. Em 2018 foram tomadas importantes medidas neste sentido e para 2019 a Empresa continua fortemente comprometida com este objetivo nas vertentes que são sua responsabilidade e dentro dos constrangimentos existentes no *hub* de Lisboa. Adicionalmente, os investimentos em frota pretendem uma melhoria da experiência do passageiro, o que já começa a ser efetivo através de um NPS mais elevado nos aviões neo e alvo de *retrofit*.

Em 2019 continuará a consolidação do mercado dos EUA, mercado que contribui não só para a diversificação da moeda das receitas (USD), como também para a diminuição do peso relativo do mercado brasileiro.

A par da operacionalização da frota, outra prioridade de 2019 é a formação e preparação dos novos colaboradores que exigirá, não só um esforço dos mesmos, mas também dos seus formadores e colegas, por forma a serem respondidas as exigências de crescimento da Empresa em termos de frota e destinos.

3.2.1 Transporte Aéreo - Alterações na Frota, Rede e Produto

O ano de 2019 será marcado por uma profunda transformação na frota da TAP, estando prevista a entrada em operação de 30 novas aeronaves (16 A330neo, 4 A321LR, 5 A321neo e 5 A320neo). Esta operação, que começou a ser delineada no pós-privatização, será a maior operação de *phase-in* de aeronaves da história da TAP e é um marco histórico para o Grupo. É a concretização da aposta clara no rejuvenescimento da frota, na melhoria do produto oferecido ao passageiro, na elevação dos patamares de eficiência energética e operacional, procurando reforçar o compromisso da pontualidade e da qualidade que a TAP tem para com o cliente.

Em Dezembro de 2018 a TAP tornou-se a primeira companhia aérea a nível mundial a operar o A330neo. Até ao final de 2019 é expectável que a TAP tenha em operação 19 A330neo, sendo nesse momento a maior operadora a nível mundial deste novo modelo. Estas aeronaves substituirão 13 aeronaves de longo curso que farão o *phase-out* até ao final do ano de 2019 (4 A340-300 e 9 A330). Trata-se de uma decisão relevante no sentido da renovação da frota, a qual permitirá melhorar a oferta ao passageiro, bem como disponibilizar um produto consistente em todo o longo curso. Todos os aviões de longo curso terão cadeiras *full-flat* na classe business, sistemas de entretenimento avançados e interiores de cabina alinhados com a nova imagem da TAP. Os novos A330neo terão internet disponível a bordo e serviço gratuito de *messaging*, dando sempre prioridade à tecnologia. Estes novos aviões apresentam uma redução muito significativa do consumo de combustível por lugar e ainda de ruído da cabina, algo que terá um impacto significativo no conforto do passageiro. No final de 2019 a TAP terá uma das frotas mais jovens de longo curso a operar no mercado, oferecendo ao passageiro uma experiência inovadora.

O A321LR é uma aeronave que, sendo um *narrow-body*, tem um alcance bastante superior aos restantes A321neo devido à instalação de tanques adicionais de combustível. Esta característica permitirá a realização de

voos transatlânticos para o Nordeste do Brasil, costa este dos Estados Unidos da América e Canadá, assim como explorar outros mercados em África para além dos operados pela frota de médio curso. Estas aeronaves foram definidas por forma a disponibilizar ao cliente uma experiência equivalente à que terão nos novos A330neo (*wide-body*). Deste modo, estes aviões terão cadeiras *full-flat* na classe business, cadeiras de classe económica iguais às do A330neo, tomadas elétricas em todos os lugares na cabina e um sistema de entretenimento e internet igual aos novos A330neo.

A restante frota de médio curso será reforçada com a chegada de 10 novos A321neo e A320neo, dando continuidade à aposta de crescimento e rejuvenescimento da frota que foi iniciada em 2018. Durante o ano de 2019 serão removidos da frota 2 A320 e 3 A319 mais antigos e alguns deles com uma imagem não alinhada com a nova TAP. A chegada destes novos aviões que, comparados com os anteriores modelos, apresentam um consumo de combustível cerca de 20% inferior, irá permitir uma redução bastante significativa do consumo de combustível. Estes aviões apresentam ainda uma significativa redução do ruído da cabina, algo que se irá traduzir numa melhoria de conforto para o passageiro. Adicionalmente, e num esforço contínuo de melhoria da experiência a bordo, está em fase avançada o estudo para a instalação de sistemas de comunicação por satélite para disponibilização de internet na frota A320neo e A321neo.

No que respeita às rotas, em 2019 a Empresa irá manter o compromisso de manter uma rede de rotas rentável, de forma a garantir um crescimento sustentável.

As seguintes novas oportunidades serão exploradas por forma a aumentar a presença da TAP em vários mercados:

- Será aumentada a frequência do voo diário para São Paulo (Guarulhos) durante os meses de pico do Verão.
- No Brasil a TAP continuará com os seus acordos de *code-share* com companhias aéreas parceiras para reforçar o seu posicionamento como a companhia aérea Europeia líder a operar para o Brasil.
- Nos EUA, a TAP reforçará o seu posicionamento estratégico com o início das novas rotas para Chicago, São Francisco e Washington D.C., introduzindo o A321LR na rota Porto-Newark com um aumento das frequências semanais.
- A TAP iniciará o seu primeiro destino no Médio Oriente através de voos diários entre Lisboa e Tel Aviv, a partir de 31 de Março também com o A321LR.
- A presença estratégica da TAP em África será fortalecida com o lançamento de duas novas rotas, uma delas para Conacri (República da Guiné), em paralelo com o aumento de frequências para destinos já atualmente servidos.
- Na Europa, a TAP continuará a expandir o seu portfólio de destinos através do lançamento de voos de Lisboa para Dublin, Basileia/Mulhouse, Tenerife e Nápoles.
- No Porto, onde a TAP mantém o compromisso de ligar a região à Europa, haverá o lançamento de voos diretos para Lyon e Munique, assim como o relançamento dos voos para Bruxelas.
- 2019 será o ano do redesenho da Ponte Aérea com a introdução da operação de aeronaves a jato Embraer / Airbus nas frequências diárias o que deverá resultar numa melhoria da pontualidade.

3.2.2 Manutenção e Engenharia

Relativamente à TAP–Manutenção e Engenharia Portugal, no contexto comercial, as perspetivas para 2019 são de consolidação face ao relevante crescimento em 2018, apesar de se apontar para a continuação de um crescimento significativo no negócio de motores, cerca de 20% face a 2018, crescimento este parcialmente anulado pela redução de atividade de manutenção de aeronaves para terceiros por ausência de *slots*, devido ao crescimento da frota TAP. O foco prossegue na fidelização dos atuais clientes, bem como no alargamento da base dos mesmos, principalmente no que respeita ao negócio de motores e para o qual o foco se vira para Oriente onde a análise do mercado e as respetivas oportunidades apresentam um bom potencial. Nesta vertente, iniciou-se o processo de certificação da atividade de motores com a CAAC, a autoridade chinesa para

a aviação civil. A atividade na manutenção de componentes para terceiros resultará, principalmente, dos contratos de gestão de frota que a TAP–Manutenção e Engenharia Portugal mantém com a Força Aérea Francesa e com a SATA e em consequência, do volume de negócio de motores.

Na perspetiva operacional, prossegue o forte envolvimento de toda a Manutenção e Engenharia na preparação dos *phase-out* e *phase-in* dos aviões TAP, no decurso de 2019 e nos anos seguintes. Tendo como prioridade melhorar a experiência proporcionada aos passageiros, será reforçado o esforço na pontualidade, em linha com a atuação dos restantes departamentos da TAP e para isso estão em curso alterações na organização e processos do *Trouble Shooting* e Centro de Coordenação de Manutenção (CCM), entre outros.

As condições de trabalho continuarão a melhorar, com redução do absentismo e dos acidentes de trabalho, bem como continuarão a melhorar-se os processos, com vista à obtenção de maiores níveis de eficiência e de produtividade. A inovação e o seu impacto nas operações, designadamente, em termos tecnológicos e digitais, continuarão a ser uma prioridade, projetando-se para 2019 o início da implementação de um novo sistema informático que cobrirá a maioria das operações da Manutenção e Engenharia.

Na TAP M&E Brasil, depois de um ano de grande reestruturação e redimensionamento, a expectativa é de que a empresa seja já rentável em 2019, contribuindo positivamente para o resultado operacional da TAP. Note-se que a TAP M&E Brasil representa atualmente cerca de 30% da capacidade do negócio de manutenção do Grupo TAP.

3.3 O Compromisso do Grupo TAP com Portugal

A TAP possui o compromisso de voar para destinos com uma forte comunidade Portuguesa, reforçando a posicionamento do Grupo TAP junto dos Portugueses e de outras comunidades migrantes relevantes, praticando preços competitivos de acordo com um modelo de escolha do consumidor. Em 2019 prevê-se um reforço adicional do compromisso estratégico da TAP de promover as ligações entre a Europa e África, América do Norte e América do Sul, contribuindo para o crescimento do turismo em Portugal e, conseqüentemente, atuando como agente facilitador de relações comerciais e de desenvolvimento de novas oportunidades de negócio.

A TAP pretende também prosseguir o seu contributo para o desenvolvimento de fluxos de tráfego, quer de negócios quer de lazer, com a região Norte de Portugal, ligando o Porto a diversos destinos Europeus com, pelo menos, uma frequência diária.

4. Gestão do Risco

4.1 Principais Riscos

O risco é um evento incerto ou condição que, se ocorrer, pode causar impacto negativo significativo na atividade da empresa, caso não seja atempadamente identificado e controlado, dentro do possível. Com base nos resultados apresentados no Relatório de Riscos Globais 2018 do Fórum Económico Mundial, foram enumerados diversos riscos que se agruparam em 5 categorias, designadamente, económico, ambiente, geopolítico, social e tecnológico.

Económico

Cada economia é constituída por um grupo de indicadores que permitem aferir o grau de confiança para o estabelecimento ou não de parcerias comerciais. No caso de se verificar que um conjunto de informações relacionadas com as atividades económicas de determinado país, mercado ou empresa, não apresentam resultados considerados satisfatórios, poderá ser propício à criação de um ambiente de desconfiança por parte dos mercados, debilitando os mesmos.

Entre os riscos mais comuns para a economia, poderemos encontrar volatilidade da inflação, crises fiscais, comércio ilícito, variação nas taxas de desemprego e preços instáveis da energia.

Ambiente

Com a certeza de que as metas definidas no Tratado de Paris não irão ser atingidas, decorreu no último trimestre de 2018, na Polónia, uma Cimeira sobre o Clima em que foram acordadas novas metas para a redução na emissão do CO2. Esta Cimeira surgiu como uma tentativa de amenizar os riscos relacionados com a degradação do ambiente, como eventos climáticos extremos, alterações climáticas, perda irreparável de biodiversidade, desastres naturais e danos ambientais causados pelos humanos.

Geopolítico

A instabilidade política deixou de ser um problema dos países menos desenvolvidos, passando a fazer parte do quotidiano dos países mais desenvolvidos, resultando num crescente apoio por parte das populações aos líderes populistas, que favorecem políticas mais protecionistas e nacionalistas. Devido a esta nova mudança de paradigma, assiste-se à criação de um ambiente de desconfiança.

Como riscos geopolíticos mais relevantes podemos destacar a incapacidade de governação pelo quadro político atual, os conflitos entre Estados, ataques terroristas e armas de destruição maciça.

Social

Em relação ao sector social, um dos grandes riscos com que nos deparamos é a enorme vaga de migrantes, um risco que atingia maioritariamente a Europa, mas que no último ano também se verificou com intensidade nos EUA.

A falta de preparação para a receção dos migrantes com problemas já identificados nos países tanto de origem como de destino, como a falha do planeamento urbano, falta de bens essenciais como alimentos e água, instabilidade social profunda e a rápida propagação de doenças infecto contagiosas são certamente questões relevantes para as economias dos países mais afetados.

Tecnológico

Na análise ao sector tecnológico, os ataques cibernéticos têm apresentado uma tendência crescente no número de tentativas disruptivas, mas nem todas com sucesso. Por parte das empresas verifica-se que por mais medidas que adotem, não conseguem evitar a intrusão. Foi criado um novo paradigma que é considerar que o ataque será inevitável e dar ênfase em como proteger da melhor forma a informação e em recuperar o negócio da forma mais rápida possível.

4.2 Conceitos Fundamentais

No contexto atual as organizações encontram-se sujeitas a diversos acontecimentos que as poderão expor a eventos negativos, em termos de imagem ou de valor patrimonial, denominados de Riscos. O risco enquanto evento contingente, decorre potencialmente de processos presentes ou de acontecimentos futuros. Os riscos a que as organizações estão sujeitas poderão ser de natureza externa ou interna.

O processo metodológico utilizado para antecipar o risco pelas organizações, traduz-se na utilização de um instrumental analítico o *Corporate Risk Management* ("CRM"), metodologia através da qual os gestores, após identificarem os riscos a que estão sujeitas as áreas pelas quais são responsáveis, definem uma estratégia de gestão dos mesmos, que passa por:

- Aceitar - caso o nível de risco monitorizado se encontre no intervalo de variação em conformidade com o estabelecido pela organização;
- Partilhar/Transferir - através da constituição de contratos de seguro ou de *outsourcing* de funções;
- Mitigar - através de procedimentos que permitam minimizar o impacto, bem como controlar o processo no patamar de risco considerado como aceitável para a organização;

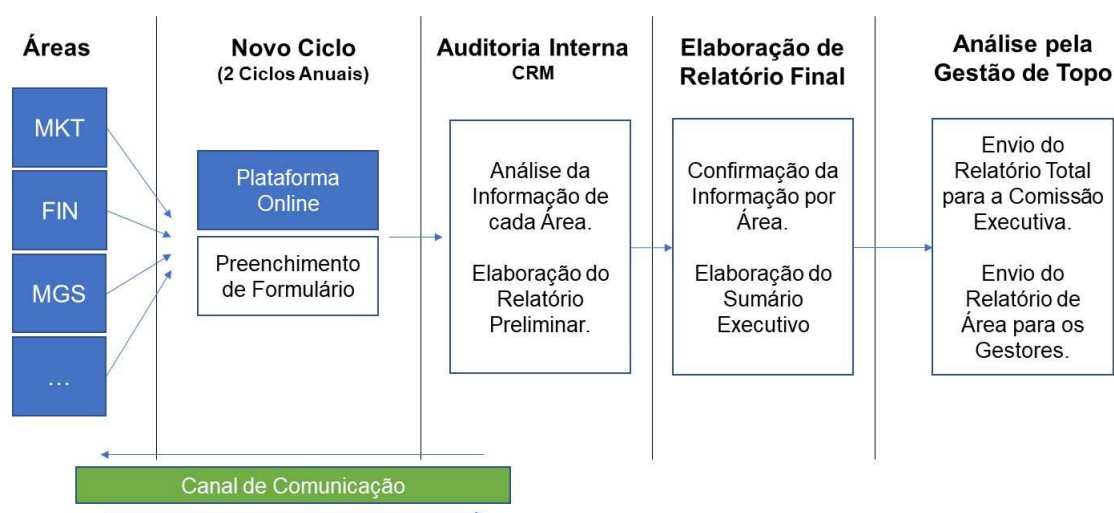
Outra estratégia possível é a de não-aceitação, "no go" do processo ou atuação, sempre que o nível de risco não é adequado à operação pretendida e ao perfil de "apetite" ao risco da organização.

A elaboração semestral do relatório CRM pretende dar execução às indicações fornecidas por normas e processos internacionalmente aceites sobre gestão de risco, de que se salientam a Norma de Gestão de Riscos (2003) da FERMA, o documento “*Enterprise Risk Management – An Integrated Framework*” (2016) do COSO e a ISO31000:2009, “*Risk Management-Principles and Guidelines*” e insere-se no âmbito das melhores práticas, que auxiliam as organizações a delegar e coordenar as tarefas essenciais de gestão e de monitorização de riscos. Este documento abrange a realidade do grupo TAP e aplica o instrumental metodológico denominado “Modelo das Três Linhas de Defesa”, decorrente da 8th EU Company Law Directive da ECIIA/FERMA.

4.3 Metodologia de Análise

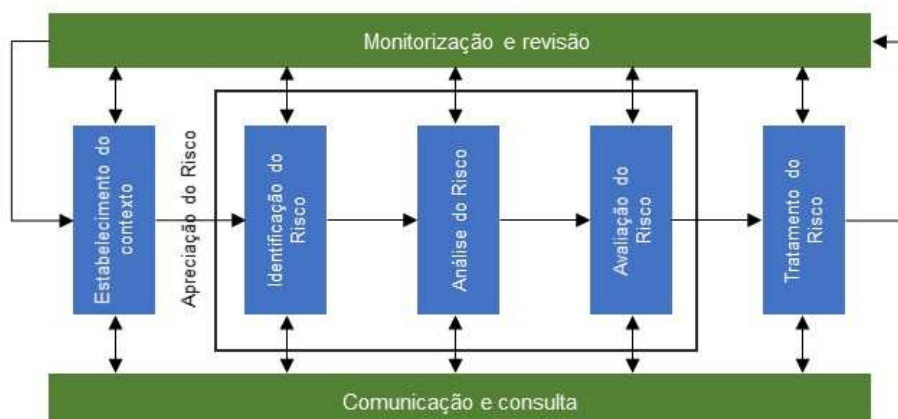
O processo de CRM foi iniciado no Grupo TAP em 2015, com o objetivo de identificar, avaliar e monitorizar os indicadores relevantes para a gestão, dos principais riscos da Organização, sendo este aplicável a todas empresas do Grupo, diretamente envolvidas na operação e na manutenção da atividade de transporte aéreo. Em termos de fluxograma do processo de CRM podemos evidenciar as seguintes fases:

Funcionamento do processo CRM



Subjacente a este ciclo descrito está a sua monitorização e revisão, uma vez que só assim se garante a efetividade do ciclo, e a comunicação e consulta de todos os envolvidos, dado só ser possível uma prevenção e mitigação efetiva em organizações onde todos se sentem comprometidos com a mitigação do risco, comunicando todas as situações que potenciam perdas.

Ciclo do processo de gestão de risco da ISO 31000



Em conjunto com as áreas envolvidas, foi criada uma matriz de tipologia do risco, permitindo uma uniformização da informação na plataforma e garantindo desta forma um processo de análise coerente da informação enviada por parte das áreas, assim como, a possibilidade de comparação entre períodos homólogos.

Tipologia de Risco

Interno							Externo	
Risco Jurídico	Risco em Instrumentos Financeiros	Risco Isolado	Risco no Negócio Base	Risco Processos Subsidiários	Riscos Contratuais	Riscos Operacionais	Risco Externo	Riscos de Mercado
Contencioso	Ativos	Compromissos Institucionais	Cientes	Segurança	Corrupção	Incêndio e prevenção	Fenómenos Naturais	Normativo Legal
Fiscal	Fusões / Aquisições	Projetos	Fornecedores	Informáticos	Fraude	Manutenção	Taxas de Câmbio	Evolução do Sector
Organização Comercial	Indeminizações	Responsabilidade Social		Infraestruturas	Garantias de Pagamento	Tecnologias Informação	Parcerias	Atratividade do Mercado
Jurídico	Liquidez	Subsidiárias		Proteção de Dados		Operacional	Impostos	Organização Comercial
Fraude / Corrupção	Preço Combustível			Fusões / Aquisições		Saúde e Segurança Trabalho	Epidemias	Novos Produtos
	Taxas de Câmbio			Indeminizações			Envolvente Social	Novas Tecnologias
	Tesouraria			Fatores Técnicos			Envolvente Económica	Distribuição
							Catástrofes	Concorrência
							Ataque Cibernético	
							Fornecedores	
							Taxa de Juro	
							Infraestruturas Aeroportuárias	
							Segurança (Security Providers)	

4.4 Resultados

Na sequência da informação rececionada das áreas envolvidas, foi elaborado o seguinte sumário das conclusões:

Posição	Riscos Internos	2018	2017
1	Operacional	16%	13%
2	Recursos Humanos	12%	15%
3	Segurança	5%	8%
4	Informáticos	5%	4%
5	Controlo Interno	5%	1%
6	Organização Comercial	5%	1%

Posição	Riscos Externos	2018	2017
1	Ataque Cibernético	15%	14%
2	Envolvente Económica	10%	11%
3	Normativo Legal	10%	11%
4	Infraestruturas Aeroportuárias	9%	5%
5	Evolução do Sector	8%	9%
6	Parcerias	6%	6%

Glossário

ASK/PKO: *Available seat kilometer/ Lugar-quilômetro*; número total de lugares disponíveis para venda multiplicado pelo número de quilômetros voados.

Block Hours: Número de horas entre partida e chegada de um voo, medido o tempo a partir do momento em que são retirados ou colocados os calços.

Code-Share: Código repartido; acordo entre duas companhias a operar em parceria, mediante a qual oferecem serviços no mesmo avião, mantendo os respectivos códigos IATA, números de voo e marcas.

Hub: Termo utilizado para designar a base operacional de uma companhia aérea, em que chegadas e partidas são coordenadas, por forma a reduzir ao máximo, o tempo de trânsito.

IATA: *International Air Transport Association*.

Load Factor: Número total de passageiro-quilômetros (*PKU/RPK*) dividido pelo número total de lugar-quilômetros (*PKO/ASK*).

Net Promoter Score: Metodologia que mede o grau de fidelização dos consumidores de qualquer tipo de empresa.

Pontualidade Standard da Indústria: Medida pela percentagem do número de voos com partidas até 15 minutos após a hora da partida publicada em horário.

Regularidade Percentagem de voos efetivamente realizados, do total de voos planeados.

RPK/PKU: *Revenue passenger kilometer / Passageiro-quilômetro*; número total de passageiros multiplicado pelo número de quilômetros voados.

Wet lease: Contrato em que uma companhia aérea disponibiliza o avião, a tripulação completa, efetua a manutenção e suporta o seguro do avião (*ACMI- Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*), recebendo, em contrapartida, o pagamento pelas horas operadas. A companhia que contrata esse serviço suporta os restantes custos como combustíveis, taxas aeroportuárias e reservas.

Yield de Passageiros Receita do tráfego de passageiros dividida pelo número total de passageiro-quilômetros (*PKU/RPK*).



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2018

TAP – TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, S.A.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018	9
1 - Atividade económica do Grupo TAP	9
2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos	13
2.1. Bases de preparação	13
2.2. Comparabilidade	14
2.3. Novas normas, alterações às normas e interpretações a normas existentes	16
2.4. Bases de consolidação	21
2.4.1. Subsidiárias	21
2.4.2. Associadas	23
2.5. Relato por segmentos	24
2.6. Conversão cambial	25
2.6.1. Moeda funcional e de apresentação	25
2.6.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira	25
2.6.3. Empresas do Grupo	25
2.7. Ativos fixos tangíveis	26
2.8. Propriedades de investimento	28
2.9. Ativos intangíveis	28
2.10. <i>Goodwill</i>	28
2.11. Imparidade de ativos não financeiros	28
2.12. Ativos financeiros	29
2.13. Instrumentos financeiros derivados	31
2.14. Justo valor de ativos e passivos	33
2.15. Imposto sobre o rendimento	33
2.16. Inventários	34
2.17. Outras contas a receber	34
2.18. Caixa e seus equivalentes	34
2.19. Capital social	34
2.20. Passivos remunerados	35
2.21. Encargos financeiros com empréstimos	35
2.22. Provisões	35
2.23. Benefícios pós-emprego aos colaboradores	36
2.24. Outras contas a pagar	37
2.25. Subsídios	37
2.26. Locações	37
2.27. Distribuição de dividendos	38
2.28. Rédito	38
2.29. Especialização dos exercícios	39
2.30. Ativos e passivos contingentes	39
2.31. Itens não recorrentes	40
2.32. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	40
2.33. Eventos subsequentes	40
2.34. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	41
3 - Políticas de gestão do risco financeiro	43
4 - Ativos fixos tangíveis	54
5 - Propriedades de investimento	57

6 - Goodwill.....	58
7 - Ativos intangíveis.....	60
8 - Participações financeiras.....	61
9 - Outros ativos financeiros.....	63
10 - Ativos e passivos por impostos diferidos.....	64
11 - Outras contas a receber.....	68
12 - Inventários.....	71
13 - Imposto sobre o rendimento a receber/pagar.....	72
14 - Outros ativos correntes.....	72
15 - Caixa e seus equivalentes.....	73
16 - Capital próprio.....	74
17 - Interesses não controlados.....	78
18 - Provisões.....	78
19 - Passivos remunerados.....	81
20 - Pensões e outros benefícios pós-emprego.....	85
21 - Outras contas a pagar.....	95
22 - Documentos pendentes de voo.....	97
23 - Outros passivos correntes.....	97
24 - Ganhos operacionais.....	98
25 - Ganhos e perdas em associadas.....	100
26 - Gastos por natureza.....	100
27 - Gastos com o pessoal.....	103
28 - Imparidades de contas a receber, inventários e provisões.....	104
29 - Outros gastos.....	104
30 - Reestruturação.....	105
31 - Outros itens não recorrentes.....	105
32 - Depreciações, amortizações e perdas por imparidade.....	106
33 - Resultados financeiros.....	107
34 - Imposto sobre o rendimento.....	107
35 - Relato por segmentos.....	108
36 - Entidades relacionadas.....	109
37 - Ativos e passivos não correntes detidos para venda e unidade operacional descontinuada.....	111
38 - Contingências.....	112
39 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros.....	117
40 - Compromissos.....	118
41 - Eventos subsequentes.....	120

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores em milhares de Euros	Nota	2018	2017 Reexpresso
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	542.551	607.212
Propriedades de investimento	5	3.228	2.126
Goodwill	6	127.542	135.184
Ativos intangíveis	7	11.323	3.056
Participações financeiras	8	3.322	5.706
Outros ativos financeiros	9	846	46.805
Ativos por impostos diferidos	10	100.325	57.067
Outras contas a receber	11	105.937	95.245
		895.074	952.401
Ativo corrente			
Inventários	12	91.152	87.056
Outras contas a receber	11	321.414	374.091
Imposto sobre o rendimento a receber	13	8.464	1.411
Outros ativos correntes	14	64.976	36.689
Outros ativos financeiros	9	13.225	34.853
Depósitos bancários restritos	15	-	83
Caixa e seus equivalentes	15	233.204	167.734
		732.435	701.917
Total do ativo		1.627.509	1.654.318
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	16	15.000	15.000
Prestações suplementares	16	224.093	224.093
Outros instrumentos de capital próprio	16	36.297	-
Reservas legais	16	3.000	3.000
Reservas de conversão cambial	16	(74.495)	(58.649)
Reservas de justo valor	16	(29.132)	-
Ajustamentos em partes de capital		(2.260)	(2.260)
Resultados transitados	16	(670.874)	(676.459)
Resultado líquido do exercício	16	(118.039)	21.224
Total do capital próprio do grupo		(616.410)	(474.051)
Interesses não controlados	17	(1.449)	(1.870)
Total do capital próprio		(617.859)	(475.921)
Passivo não corrente			
Provisões	18	22.381	20.645
Passivos remunerados	19	597.054	620.277
Empréstimo obrigacionista	19	110.161	135.845
Pensões e outros benefícios pós-emprego	20	103.523	61.422
Passivos por impostos diferidos	10	19.024	19.942
Outros passivos não correntes		-	197
Outras contas a pagar	21	49.960	112.616
		902.103	970.944
Passivo corrente			
Passivos remunerados	19	181.236	114.752
Outras contas a pagar	21	665.619	528.706
Imposto sobre o rendimento a pagar	13	19	10.479
Documentos pendentes de voo	22	393.466	411.731
Outros passivos correntes	23	102.925	93.627
		1.343.265	1.159.295
Total do passivo		2.245.368	2.130.239
Total do capital próprio e do passivo		1.627.509	1.654.318

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2018.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017**

Valores em milhares de Euros	Nota	2018	2017 Reexpresso
Rendimentos e ganhos operacionais			
Passagens	24	2.782.292	2.569.621
Manutenção	24	280.694	222.546
Carga e Correio	24	134.684	127.227
Ganhos e perdas em associadas	25	3.737	3.250
Outros rendimentos	24	49.419	55.830
Rendimentos e ganhos operacionais		3.250.826	2.978.474
Gastos e perdas operacionais			
Combustível para aeronaves	26	(798.624)	(580.218)
Custos operacionais de tráfego	26	(777.831)	(693.551)
Gastos com o pessoal	27	(702.795)	(603.166)
Rendas de aeronaves	26	(177.896)	(163.507)
Gastos com manutenção de aeronaves	26	(111.746)	(192.339)
Custo dos materiais consumidos	26	(207.354)	(151.831)
Custos comerciais, marketing e comunicação	26	(186.622)	(185.408)
Imparidades de contas a receber, inventários e provisões	28	(9.578)	737
Outros gastos	29	(170.110)	(192.904)
Reestruturação	30	(54.450)	(16.103)
Outros itens não recorrentes	31	(20.281)	(5.288)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	32	(77.513)	(66.057)
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis	32	-	(22.000)
Resultados operacionais		(43.974)	106.839
Juros e rendimentos similares obtidos	33	6.007	6.654
Juros e gastos similares suportados	33	(57.876)	(45.306)
Diferenças de câmbio líquidas	33	(49.427)	(29.748)
Resultado antes de impostos		(145.270)	38.439
Imposto sobre o rendimento	34	28.044	(26.867)
Resultado do exercício das atividades em continuação		(117.226)	11.572
Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas	37	-	11.706
Resultado líquido do exercício		(117.226)	23.278
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS		(118.039)	21.224
Resultado líquido atribuível aos interesses não controlados	17	813	2.054
Resultado básico por ação das atividades em continuação (Euros)	16	(78,7)	6,3
Resultado diluído por ação das atividades em continuação (Euros)	16	(72,4)	5,8
Resultado básico por ação (Euros)	16	(78,7)	14,1
Resultado diluído por ação (Euros)	16	(72,4)	13,0

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2018.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017

Valores em milhares de Euros	Nota	2018	2017 Reexpresso
Resultado líquido		(117.226)	23.278
Elementos que poderão vir a ser reclassificados subsequentemente por resultados:			
Ganhos e perdas com conversão cambial	16	(15.357)	(21.010)
Ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	16	(41.322)	636
Imposto diferido de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	10	12.190	(175)
Elementos que não serão reclassificados por resultados:			
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego	20	(20.739)	(2.885)
Imposto diferido de remensurações	10	5.012	2.061
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(60.216)	(21.373)
Rendimento integral		(177.442)	1.905
Atribuível a:			
Acionistas da TAP SGPS		(178.656)	(939)
Interesses não controlados		1.214	2.844
		(177.442)	1.905
Rendimento integral atribuível aos acionistas da TAP SGPS decorre de:			
Atividades em continuação		(178.656)	(10.793)
Unidades operacionais descontinuadas		-	9.854
		(178.656)	(939)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2018.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DE 1 DE JANEIRO DE 2017 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Valores em milhares de Euros	Capital	Prestações Suplementares (Nota 16)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 16)	Reservas legais	Reservas de conversão cambial (Nota 16)	Reservas de justo valor (Nota 16)	Ajustamentos em partes de capital	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal	Interesses não controlados (Nota 17)	Total
Capital Próprio em 1 de janeiro de 2017	15.000	224.093	-	3.000	(36.869)	(461)	(2.260)	(647.884)	(27.731)	(424.157)	3.475	(420.682)
Transações com proprietários de capital em 2017	-	-	-	-	-	-	-	(27.731)	27.731	-	(8.189)	(8.189)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	-	(27.731)	27.731	-	-	-
Alteração de perímetro (Notas 37)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.373)	(7.373)
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(816)	(816)
Rendimento integral em 2017	-	-	-	-	(21.780)	461	-	(844)	21.224	(939)	2.844	1.905
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	21.224	21.224	2.054	23.278
Outro rendimento integral	-	-	-	-	(21.780)	461	-	(844)	-	(22.163)	790	(21.373)
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2017	15.000	224.093	-	3.000	(58.649)	-	(2.260)	(676.459)	21.224	(474.051)	(1.870)	(475.921)
Transações com proprietários de capital em 2018	-	-	36.297	-	-	-	-	21.224	(21.224)	36.297	(793)	35.504
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	-	21.224	(21.224)	-	-	-
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	-	-	36.297	-	-	-	-	-	-	36.297	-	36.297
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(793)	(793)
Rendimento integral em 2018	-	-	-	-	(15.846)	(29.132)	-	(15.639)	(118.039)	(178.656)	1.214	(177.442)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(118.039)	(118.039)	813	(117.226)
Outro rendimento integral	-	-	-	-	(15.846)	(29.132)	-	(15.639)	-	(60.617)	401	(60.216)
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2018	15.000	224.093	36.297	3.000	(74.495)	(29.132)	(2.260)	(670.874)	(118.039)	(616.410)	(1.449)	(617.859)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2018.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017**

Valores em milhares de Euros	Nota	2018	2017
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3.439.838	3.003.057
Pagamentos a fornecedores		(2.724.053)	(2.277.484)
Pagamentos ao pessoal		(677.600)	(584.779)
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(15.704)	5.497
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(12.751)	(19.767)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		9.730	126.524
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		46.929	219.039
Outros ativos financeiros	9	66.543	15.600
Participações financeiras		3.740	-
Juros e rendimentos similares		3.517	5.491
Prestações acessórias de capital concedidas	8	-	1.000
Dividendos	8	5.398	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(127.537)	(120.374)
Ativos intangíveis		(6.251)	-
Outros ativos financeiros	9	(7.498)	(47.133)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(15.159)	73.623
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	19	70.000	-
Contratos de locação financeira	19	96.397	55.429
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	19	(7.500)	(55.567)
Contratos de locação financeira	19	(53.995)	(128.100)
Juros e gastos similares		(30.547)	(40.613)
Dividendos (interesses não controlados)		(816)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		73.539	(168.851)
Variações de caixa e seus equivalentes		68.110	31.296
Efeito das diferenças de câmbio		(13.083)	(14.205)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15	167.817	150.726
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	222.844	167.817

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

1 - Atividade económica do Grupo TAP

O Grupo TAP, constituído pela TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”) e suas subsidiárias (o “Grupo TAP” ou o “Grupo”) tem a sua sede no Aeroporto de Lisboa e dedica-se à exploração do setor de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, execução de trabalhos de manutenção e engenharia para a sua frota e para terceiros, prestação de serviços de assistência em escala ao transporte aéreo e *catering* para aviação.

A principal atividade do Grupo TAP consiste no transporte aéreo de passageiros, carga e correio, operando regularmente em Portugal Continental e Regiões Autónomas, Europa, África, Atlântico Norte, Atlântico Médio e Atlântico Sul. Tem 21 representações em países estrangeiros e 4 em Portugal.

Sede Social Aeroporto de Lisboa, Edifício 25

Capital Social 15.000.000 Euros

N.I.P.C. 506 623 602

A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 87/2003, de 26 de abril e posteriormente matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, em 25 de junho de 2003. O seu capital foi integralmente realizado em espécie pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), por entrada das ações representativas da totalidade do capital social da sociedade Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP S.A.”).

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP (“Processo de Reprivatização”), foi celebrado no dia 24 de junho de 2015, entre a Parpública (como vendedora), a DGN Corporation (“DGN”) e a HPGB, SGPS, S.A. (“HPGB”) (como proponentes) e a Atlantic Gateway, SGPS, S.A. (“Atlantic Gateway”), que atualmente adotou o tipo de sociedade por quotas) (como compradora), o “Acordo de Venda Direta” da TAP SGPS, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, com a transmissão, pela Parpública a favor da Atlantic Gateway, de 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Para além do “Acordo de Venda Direta” já referido, importa ainda destacar, de entre os vários instrumentos contratuais também assinados em 24 de junho de 2015, o “Acordo de Compromissos Estratégicos” celebrado entre o Estado Português, a Parpública, a TAP SGPS, a TAP S.A., a DGN, a HPGB e a Atlantic Gateway, nos termos do qual as partes estabelecem os termos e condições gerais para a implementação do projeto estratégico, apresentado no âmbito do Processo de Reprivatização e a Atlantic Gateway, a HPGB, a DGN e a TAP S.A. assumem, perante o Estado e a Parpública, determinados compromissos estratégicos, entre os quais a promoção do *hub* nacional e a manutenção da sede da TAP S.A. e da Portugália – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugália”) em Portugal.

Em 12 de novembro de 2015, com a aquisição pela Atlantic Gateway das ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, entre outros instrumentos contratuais celebrados, importa destacar o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, entre a Parpública, a Atlantic Gateway, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugaláia, pelo qual a Atlantic Gateway, como compradora, e a TAP S.A. e a Portugaláia, como mutuárias, assumiram determinado tipo de obrigações relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo TAP.

No âmbito do processo de notificação à Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) da transação concluída em 12 de novembro de 2015, que conduziu à aquisição, pela Atlantic Gateway, de ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, importa destacar que, por deliberação de 19 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da ANAC impôs um conjunto de medidas cautelares ao Grupo TAP. Este processo junto da ANAC ficou, no entanto, concluído de modo favorável em 23 de dezembro de 2016, tendo nessa data o Conselho de Administração da ANAC deliberado que a TAP S.A. preenchia as condições previstas no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, o Estado Português deu a conhecer à Atlantic Gateway o seu propósito de reconfigurar, por via negocial, os termos e condições da sua participação na TAP SGPS, designadamente através de um aumento da sua participação no capital social da TAP SGPS, tendo a Atlantic Gateway e as suas sócias, a HPGB e a DGN, manifestado disponibilidade para participar no processo negocial proposto pelo Estado Português.

Nesse sentido, em 6 de fevereiro de 2016, o Estado Português e a Atlantic Gateway celebraram um “Memorando de Entendimento”, posteriormente alterado em 26 de abril de 2016, tendo como objeto estabelecer os princípios, regras e condições a que deveria obedecer a reconfiguração da participação do Estado Português, através da Parpública, na TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto no Memorando de Entendimento, a Parpública, a HPGB, a DGN e a Atlantic Gateway celebraram um acordo de compra e venda de ações em 19 de maio de 2016, nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições prévias, a Atlantic Gateway se obrigou a vender ações representativas do capital social da TAP SGPS à Parpública, de modo a que a Parpública passe a ser titular de 50% do capital social da TAP SGPS (o “Acordo de Compra e Venda de Ações”). De entre as condições prévias a que ficou sujeita a conclusão deste Acordo, destacamos a conclusão da oferta de venda aos trabalhadores do Grupo TAP de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS, as necessárias autorizações de terceiros e a reestruturação financeira do Grupo TAP. Ficou anexa a este Acordo de Compra e Venda de Ações, a minuta do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS a ser celebrado entre a Parpública e a Atlantic Gateway na data da conclusão do Acordo de Compra e Venda de Ações (“Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS”).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2016, de 19 de maio, que aprovou as minutas do Acordo de Compra e Venda de Ações e do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, também

determinou, entre outros, (i) a cessação imediata dos efeitos do Acordo de Compromissos Estratégicos celebrado em 24 de junho de 2015, acima referido, na data de produção de efeitos do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, sendo aquele substituído por este último Acordo, bem como (ii) a caducidade do regime de indisponibilidade previsto no caderno de encargos do Processo de Reprivatização – no que se refere ao número de ações da TAP SGPS e da TAP S.A. que sejam necessárias para assegurar a maioria dos direitos de voto e o controlo efetivo das referidas sociedades – na data de produção de efeitos da transmissão de ações representativas do capital social da TAP SGPS a favor da Parpública.

Dando cumprimento ao plano de capitalização do Grupo TAP definido no âmbito do Processo de Reprivatização, em 8 de março de 2016, foi deliberado em Assembleia Geral da TAP SGPS, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS, de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, convertível em até 130.800 ações especiais de conteúdo patrimonial da TAP SGPS no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras, S.A. (“Azul S.A.”) em 16 de março de 2016, e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública em 14 de junho de 2016. A conversão das referidas obrigações em ações da TAP SGPS e a constituição de garantias no âmbito desta emissão ficaram condicionadas a aprovação expressa da ANAC, a qual se materializou em 23 de dezembro de 2016.

Na sequência da referida deliberação do Conselho de Administração da ANAC de 23 de dezembro de 2016, em 12 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral da TAP SGPS deliberou, entre outros, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS, que foi deliberada pela Assembleia Geral da TAP SGPS em 8 de março de 2016, bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L. De referir que o pacote de garantias acordado, nos termos da documentação da emissão, não foi ainda constituído, tendo sido acordado com os subscritores das obrigações uma extensão do prazo para a constituição dessas mesmas garantias.

No âmbito da privatização da TAP SGPS foi determinada a realização e conclusão de uma oferta pública de venda destinada a trabalhadores do Grupo TAP, consistindo na venda, pela Parpública a trabalhadores da TAP SGPS e de outras sociedades do Grupo TAP, identificados no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2015, de 20 de janeiro, alterada pelo n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS. Esta oferta pública de venda aos trabalhadores foi lançada em 10 de abril de 2017 de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, e na sequência da mesma, os trabalhadores do Grupo TAP adquiriram um total de 75.000 ações representativas de 5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2017, de 4 de julho, aprovada em 29 de junho de 2017, e com efeitos a contar dessa mesma data, a Parpública e a Atlantic Gateway

concluíram no dia 30 de junho de 2017 a transmissão de ações prevista no Acordo de Compra e Venda de Ações, a qual foi notificada à ANAC, nos termos legalmente previstos. Em 20 de setembro de 2018, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, esta Autoridade decidiu que esta operação cumpria os requisitos constantes do Regulamento (CE) n.º 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Ainda em 30 de junho de 2017, também teve lugar uma reunião da Assembleia Geral da TAP SGPS para deliberar, entre outros, sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração da TAP SGPS e sobre a alteração aos estatutos da TAP SGPS, em conformidade com o previsto no Acordo de Compra e Venda de Ações.

Na sequência desta transmissão de ações, o capital social da TAP SGPS passou a ter a seguinte composição:

- A Parpública detém 750.000 ações da categoria B, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto e 5% dos direitos económicos da TAP SGPS;
- A Atlantic Gateway detém 675.000 ações da categoria A, representativas de 45% do capital social e dos direitos de voto e 90% dos direitos económicos da TAP SGPS; e
- Um determinado número de acionistas detêm, em conjunto, um total de 75.000 ações ordinárias, representativas de 5% do capital social, dos direitos de voto e dos direitos económicos da TAP SGPS.

De acordo com o atual enquadramento societário da TAP SGPS, a TAP SGPS continua a não ser qualificada como uma empresa pública do setor público empresarial do Estado, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações subsequentes.

Ainda no dia 30 de junho de 2017, foi assinado o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP” entre diversas entidades bancárias, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugalia, como mutuárias e a Parpública e a Atlantic Gateway, como acionistas, tendo o Grupo TAP acordado com as entidades bancárias signatárias a alteração de determinadas condições dos respetivos contratos de financiamento, bem como das disposições relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo. Este acordo veio substituir o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, assinado em 12 de novembro de 2015, que foi, por sua vez, expressamente revogado.

Em 28 de dezembro de 2018, a Parpública comunicou, através de carta, à TAP SGPS a sua decisão irrevogável de converter as obrigações convertíveis de que é titular, no montante de 30 milhões de Euros e respetivos juros vencidos até aquela data, em ações especiais de conteúdo patrimonial representativas do capital social da TAP SGPS, na última data permitida para efetuar a referida conversão, conforme definido nos documentos contratuais da emissão obrigacionista, ou em data anterior se tal vier a ser requerido pela Parpública.

Estas demonstrações financeiras consolidadas, que incluem os ativos, os passivos, os gastos e rendimentos das empresas do Grupo TAP, conforme listadas na Nota 2.4.1., foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 21 de março de 2019. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2 - Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (“SIC”), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4.1.), e tomando por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros derivados e propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 2.35.

O Grupo TAP, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

2.2. Comparabilidade

Em 2018, o Conselho de Administração do Grupo TAP reviu o modelo de apresentação da demonstração consolidada dos resultados, por considerar que este novo modelo apresenta a situação económica do Grupo de uma forma mais adequada e enquadrada face à sua atividade, permitindo assim um aumento da qualidade da informação sobre os seus resultados e sua performance económica. Esta alteração, que resultou, maioritariamente, na desagregação dos gastos e rendimentos operacionais e introdução de itens não recorrentes à luz da IAS 1, mantendo a apresentação por naturezas, introduziu a necessidade de reexpressão do exercício de 2017 de forma a garantir a devida comparabilidade.

O impacto da reexpressão pela alteração da apresentação da demonstração consolidada dos resultados é como segue:

Valores em milhares de Euros	2017		
	2017	Reexpressão	Reexpresso
Rendimentos e ganhos operacionais			
Vendas e serviços prestados	2.934.894	(2.934.894)	-
Passagens	-	2.569.621	2.569.621
Manutenção	-	222.546	222.546
Carga e correio	-	127.227	127.227
Ganhos e perdas em associadas	3.250	-	3.250
Outros rendimentos	39.457	16.373	55.830
	2.977.601	873	2.978.474
Gastos e perdas operacionais			
Inventários consumidos e vendidos	(188.293)	188.293	-
Variação da produção	2.090	(2.090)	-
Materiais e serviços consumidos	(1.946.288)	1.946.288	-
Combustível para aeronaves	-	(580.218)	(580.218)
Custos operacionais de tráfego	-	(693.551)	(693.551)
Rendas de aeronaves	-	(163.507)	(163.507)
Gastos com manutenção de aeronaves	-	(192.339)	(192.339)
Custo dos materiais consumidos	-	(151.831)	(151.831)
Custos comerciais, marketing e comunicação	-	(185.408)	(185.408)
Gastos com o pessoal	(624.557)	21.391	(603.166)
Imparidades de inventários e contas a receber	(2.791)	2.791	-
Provisões (aumentos/reduções)	3.527	(3.527)	-
Imparidade de contas a receber, inventários e provisões	-	737	737
Aumentos/reduções de justo valor	(122)	122	-
Outros gastos	(26.271)	(166.633)	(192.904)
Reestruturação	-	(16.103)	(16.103)
Outros itens não recorrentes	-	(5.288)	(5.288)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	(66.057)	-	(66.057)
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis	(22.000)	-	(22.000)
Resultados operacionais	106.839	-	106.839
Juros e rendimentos similares obtidos	6.654	-	6.654
Juros e gastos similares suportados	(75.054)	29.748	(45.306)
Diferenças de câmbio líquidas	-	(29.748)	(29.748)
Resultado antes de impostos	38.439	-	38.439
Imposto sobre o rendimento	(26.867)	-	(26.867)
Resultado do exercício das atividades em continuação	11.572	-	11.572
Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas	11.706	-	11.706
Resultado líquido do exercício	23.278	-	23.278
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS	21.224	-	21.224
Resultado líquido atribuível aos interesses não controlados	2.054	-	2.054
Resultado básico por ação das atividades em continuação (Euros)	6,3	-	6,3
Resultado diluído por ação das atividades em continuação (Euros)	5,8	-	5,8
Resultado básico por ação (Euros)	14,1	-	14,1
Resultado diluído por ação (Euros)	13,0	-	13,0

Adicionalmente, com referência a 1 de janeiro de 2018, entraram em vigor as normas contabilísticas IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes, as quais foram adotadas pelo Grupo na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018.

As referidas normas estiveram na origem de um conjunto de alterações às políticas contabilísticas do Grupo, elencadas em seguida, das quais resultam igualmente alterações aos procedimentos de contabilização, e à forma de apresentação de determinadas transações e/ou saldos.

Ver adicionalmente a Nota 2.3.

2.3. Novas normas, alterações às normas e interpretações a normas existentes

→ Novas normas, alterações às normas e interpretações de aplicação mandatória em 31 de dezembro de 2018

As novas normas, interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2018, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
Normas:		
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros.	1 de janeiro de 2018
Alterações:		
Alterações à IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rédito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de janeiro de 2018
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no outro rendimento integral.	1 de janeiro de 2018
IFRS 2 - Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de janeiro de 2018
IAS 40 – Propriedades de investimentos	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento.	1 de janeiro de 2018
Melhorias às normas 2014 – 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.	1 de janeiro de 2018
Interpretações:		
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente.	1 de janeiro de 2018

* Exercícios iniciados em ou após

Com referência a 1 de janeiro de 2018, entraram em vigor as normas contabilísticas acima mencionadas, sendo de destacar a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes, que tiveram impacto na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo, nomeadamente no que diz respeito a reclassificações.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2018. Com exceção da contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória, mas sem a obrigatoriedade de reexpressão de informação comparativa. Para a contabilidade de cobertura, os requisitos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas exceções.

A IFRS 9 incorpora quatro vertentes distintas: reconhecimento e desreconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, imparidade de ativos financeiros e contabilidade de cobertura. O Grupo adotou esta norma na sua data de aplicação obrigatória e procedeu à análise da necessidade de reexpressão da informação comparativa com referência a 1 de janeiro de 2017. Importa salientar que não foram identificados impactos quantitativos materiais decorrentes da aplicação da referida norma, nos ativos e passivos financeiros da Empresa, para além das reclassificações que visam clarificar a apresentação de ativos e passivos financeiros na face da demonstração da posição financeira.

Em termos qualitativos, a principal alteração decorrente da IFRS 9 está relacionada com a imparidade de ativos financeiros, nomeadamente contas a receber, tendo sido estabelecido um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas", que substitui o anterior modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.

Assim, deixa de ser necessário que o evento de perda ocorra para que se reconheça uma imparidade. Este novo modelo resulta na aceleração do reconhecimento de perdas por imparidade em instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida de capital próprio (o que inclui empréstimos concedidos, depósitos bancários, contas a receber e títulos de dívida). Caso o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos próximos 12 meses. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, deverá ser reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo. Uma vez verificado o evento de perda nos termos da IFRS 9, ou seja, uma prova objetiva de imparidade, a imparidade acumulada é diretamente imputada ao instrumento em causa, sendo o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2018.

O Grupo TAP reconhece o rédito de acordo com o princípio nuclear introduzido pela IFRS 15, isto é, para refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo com 5 fases, nomeadamente: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii)

identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação de um preço de transação; (iv) alocação do preço de transação a obrigações de desempenho e (v) reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

O Grupo analisou as alterações decorrentes da adoção da IFRS 15 de forma a identificar e avaliar os impactos qualitativos e quantitativos da adoção da Norma. Em termos quantitativos não foram identificados ajustamentos materiais, atendendo à metodologia de apuramento e reconhecimento do rédito já seguida pelo Grupo.

O Grupo adotou a IFRS 15 aplicando o método retrospectivo completo, com os impactos decorrentes da aplicação inicial da norma reconhecidos à data de 1 de janeiro de 2017, os quais resultam em reclassificações de saldos, tendo reexpressado em conformidade os comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Os ajustamentos, na demonstração da posição financeira, resultantes da adoção das normas IFRS 15 e IFRS 9, representam apenas reclassificações, tendo as demonstrações financeiras comparativas sido reexpressas em conformidade, conforme se detalha abaixo:

Valores em milhares de Euros	31 de dezembro de 2017				1 de janeiro de 2017					
	31-dez-2017	Impacto	Impacto	Outras	31-dez-2017 reexpresso	1-jan-2017	Impacto	Impacto	Outras	1-jan-2017 reexpresso
		da adoção da IFRS 15	da adoção da IFRS 9				da adoção da IFRS 15	da adoção da IFRS 9		
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis	607.212	-	-	-	607.212	718.963	-	-	-	718.963
Propriedades de investimento	2.126	-	-	-	2.126	2.248	-	-	-	2.248
Goodwill	135.184	-	-	-	135.184	172.060	-	-	-	172.060
Ativos intangíveis	3.056	-	-	-	3.056	1.504	-	-	-	1.504
Participações financeiras	5.706	-	-	-	5.706	-	-	-	-	-
Outros ativos financeiros	46.805	-	-	-	46.805	40.560	-	-	-	40.560
Ativos por impostos diferidos	57.067	-	-	-	57.067	67.571	-	-	-	67.571
Outras contas a receber	95.245	-	-	-	95.245	80.269	-	-	-	80.269
	952.401	-	-	-	952.401	1.083.175	-	-	-	1.083.175
Ativo corrente										
Inventários	97.058	(10.002)	-	-	87.056	85.839	(7.870)	-	-	77.969
Outras contas a receber	426.977	(16.197)	(36.689)	-	374.091	290.238	(11.573)	(29.808)	-	248.857
Imposto sobre o rendimento a receber	1.411	-	-	-	1.411	10.473	-	-	-	10.473
Outros ativos correntes	-	-	36.689	-	36.689	-	-	29.808	-	29.808
Outros ativos financeiros	34.853	-	-	-	34.853	-	-	-	-	-
Depósitos bancários restritos	83	-	-	-	83	538	-	-	-	538
Caixa e seus equivalentes	167.734	-	-	-	167.734	150.468	-	-	-	150.468
	728.116	(26.199)	-	-	701.917	537.556	(19.443)	-	-	518.113
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	36.355	-	-	-	36.355
Total do ativo	1.680.517	(26.199)	-	-	1.654.318	1.657.086	(19.443)	-	-	1.637.643
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO										
Capital próprio										
Capital	15.000	-	-	-	15.000	15.000	-	-	-	15.000
Prestações suplementares	224.093	-	-	-	224.093	224.093	-	-	-	224.093
Reservas legais	3.000	-	-	-	3.000	3.000	-	-	-	3.000
Reservas de conversão cambial	(58.649)	-	-	-	(58.649)	(36.869)	-	-	-	(36.869)
Reservas de justo valor	-	-	-	-	-	(461)	-	-	-	(461)
Ajustamentos em partes de capital	(2.260)	-	-	-	(2.260)	(2.260)	-	-	-	(2.260)
Resultados transitados	(676.459)	-	-	-	(676.459)	(647.884)	-	-	-	(647.884)
Resultado líquido do exercício	21.224	-	-	-	21.224	(27.731)	-	-	-	(27.731)
Total do capital próprio do grupo	(474.051)	-	-	-	(474.051)	(473.112)	-	-	-	(473.112)
Interesses não controlados	(1.870)	-	-	-	(1.870)	3.475	-	-	-	3.475
Total do capital próprio	(475.921)	-	-	-	(475.921)	(469.637)	-	-	-	(469.637)
Passivo não corrente										
Provisões	20.645	-	-	-	20.645	26.441	-	-	-	26.441
Financiamentos obtidos	756.122	-	-	(135.845)	620.277	666.841	-	(126.003)	-	540.838
Empréstimo obrigacionista	-	-	-	135.845	135.845	-	-	126.003	-	126.003
Pensões e outros benefícios pós-emprego	61.422	-	-	-	61.422	67.688	-	-	-	67.688
Passivos por impostos diferidos	19.942	-	-	-	19.942	19.422	-	-	-	19.422
Outros passivos correntes	-	-	197	-	197	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	112.813	-	(197)	-	112.616	105.479	-	-	-	105.479
	970.944	-	-	-	970.944	885.871	-	-	-	885.871
Passivo corrente										
Financiamentos obtidos	114.752	-	-	-	114.752	328.274	-	-	-	328.274
Outras contas a pagar	648.532	(26.199)	(93.627)	-	528.706	571.448	(19.443)	(84.049)	-	467.956
Imposto sobre o rendimento a pagar	10.479	-	-	-	10.479	-	-	-	-	-
Documentos pendentes de voo	411.731	-	-	-	411.731	317.867	-	-	-	317.867
Outros passivos correntes	-	-	93.627	-	93.627	-	-	84.049	-	84.049
	1.185.494	(26.199)	-	-	1.159.295	1.217.589	(19.443)	-	-	1.198.146
Passivos não correntes de ativos detidos para venda	-	-	-	-	-	23.263	-	-	-	23.263
	1.185.494	(26.199)	-	-	1.159.295	1.240.852	(19.443)	-	-	1.221.409
Total do passivo	2.156.438	(26.199)	-	-	2.130.239	2.126.723	(19.443)	-	-	2.107.280
Total do capital próprio e do passivo	1.680.517	(26.199)	-	-	1.654.318	1.657.086	(19.443)	-	-	1.637.643

Os ajustamentos, na demonstração consolidada dos resultados, resultantes da adoção das normas IFRS 15 e 9 resumem-se à reclassificação do saldo presente na rubrica de variação da produção, conforme se pode observar na Nota 2.2.

→ **Novas normas e interpretações de aplicação não mandatária em 31 de dezembro de 2018**

Existem novas normas, alterações e interpretações efetuadas a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para exercícios anuais, que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, como segue:

Normas (novas e alterações) e interpretações que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2019, já endossadas pela EU:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IFRS 16 - Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de janeiro de 2019
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa.	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23 - Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento.	1 de janeiro de 2019

* Exercícios iniciados em ou após

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2019, ainda não endossadas pela EU:

Descrição	Alteração	Data efetiva*
IAS 19 - Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do "asset ceiling".	1 de janeiro de 2019
IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial.	1 de janeiro de 2019
Melhorias às normas 2015 - 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.	1 de janeiro de 2019
IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio.	1 de janeiro de 2020
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de material.	1 de janeiro de 2020
Estrutura conceitual - Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos.	1 de janeiro de 2020
IFRS 17 - Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

* Exercícios iniciados em ou após

Relativamente às novas normas que se tornam efetivas no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, o Grupo efetuou uma análise do potencial impacto das mesmas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo a mais significativa a IFRS 16 - Locações.

A IFRS 16 define o novo enquadramento contabilístico para o reconhecimento das locações, quer na ótica do locador, quer na ótica do locatário. No caso do locatário, a IFRS 16 determina que as locações passem a ser apresentadas no balanço, através do registo de um direito de uso sobre os ativos em locação e um passivo de locação relativo às obrigações contratuais assumidas.

Na data da transição para a IFRS 16, o Grupo decidiu pela aplicação retrospectiva modificada, com aplicação a 1 de janeiro de 2019, considerando a mensuração do ativo de direito de uso igual à do respetivo passivo financeiro. Deste modo, o Grupo procedeu à análise dos contratos de locação existentes à data da adoção

de forma a identificar as condições subjacentes ao período do contrato, à natureza das responsabilidades contratuais a pagar e às taxas de juro implícitas nos contratos.

No caso dos contratos de locação de aeronaves vigentes à data de 31 de dezembro de 2018, que representam a quase da totalidade dos contratos abrangidos no âmbito da IFRS16, o Grupo assume, essencialmente, responsabilidades contratuais pelo pagamento de rendas e custos de manutenção, os quais visam assegurar o correto funcionamento do equipamento durante o período de utilização pela Grupo e o cumprimento das condições contratuais técnicas de devolução.

Da análise efetuada aos contratos e com base numa primeira estimativa dos potenciais impactos da adoção da IFRS 16, concluiu-se que o impacto da adoção da IFRS 16 nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, à data de 1 de janeiro de 2019, corresponderá ao registo de ativos por direitos de uso e de passivos por obrigações contratuais com rendas de, aproximadamente, 990 milhões de Euros. No que respeita às obrigações contratuais com manutenções estruturais, os respetivos gastos serão capitalizados no direito de uso sujeito a depreciação, em vez de reconhecidos como gastos de manutenção na demonstração dos resultados consolidados.

2.4. Bases de consolidação

2.4.1. Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o Grupo considera existir controlo.

A Administração considera existir controlo sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e ou tem direito, em resultado do seu envolvimento, ao retorno variável das atividades da entidade e tem capacidade de afetar esse retorno através do poder exercido sobre aquela, nomeadamente, quando detém direta ou indiretamente mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais, que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada, separadamente, na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica de “Interesses não controlados” (Nota 17).

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas abaixo:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2018	2017
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão e administração de participações sociais	Parpública Atlantic Gateway Outros acionistas	50,00% 45,00% 5,00%	50,00% 45,00% 5,00%
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. ("TAPGER")	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Portugália - Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. ("Portugália")	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Cateringpor - Catering de Portugal, S.A. ("Cateringpor")	Lisboa	Catering	TAPGER	51,00%	51,00%
Megasis - Soc. de Serviços de Engenharia e Informática, S.A. ("Megasis")	Lisboa	Engenharia e prestação de serviços informáticos	TAPGER	100,00%	100,00%
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A. ("UCS")	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER	100,00%	100,00%
Aeropar, Participações, S.A. ("Aeropar")	Brasil	Gestão e administração de participações sociais	TAP SGPS Portugália	99,83% 0,17%	99,83% 0,17%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM) ("TAP M&E Brasil")	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	TAP SGPS Aeropar	78,72% 20,69%	51,00% 47,64%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 ocorreram alterações ao perímetro de consolidação do Grupo, com a venda de 51% do capital da subsidiária L.F.P. – Lojas Francas de Portugal, S.A. ("LFP"), que havia sido classificada como ativo e passivo não corrente detido para venda em 2016.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição.

Os custos diretamente associados com aquisições (serviços de consultoria, aconselhamento legal, gastos administrativos, entre outros) são contabilizados, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, como gastos do exercício em que a aquisição teve lugar, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo, dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, é registado como *goodwill* que se encontra detalhado na Nota 6.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Quando, à data da aquisição do controle, o Grupo TAP já detém uma participação previamente adquirida, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Quando a aquisição do controle é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controle, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contábilístico da participação transacionada reconhecida no capital próprio.

O capital próprio e o resultado líquido, correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente, na rubrica de interesses não controlados. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

Preços contingentes de eventos futuros são considerados ao justo valor à data da aquisição, independentemente da probabilidade de ocorrência. As eventuais remensurações subsequentes não afetam os saldos de *goodwill*, exceto se efetuadas até 12 meses após a data de aquisição.

As políticas contábilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.4.2. Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controle ou controle conjunto, geralmente representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas

na respetiva rubrica. Se essas diferenças forem negativas são registadas como ganho do exercício na rubrica “Ganhos e perdas em associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir, também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir são objeto de reversão.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados até ao grau da quota-parte do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido.

Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das associadas são alteradas, para garantir a consistência com as práticas adotadas pelo Grupo.

A entidade que se qualifica como associada é a seguinte:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2018	2017
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	Lisboa	Handling	TAP SGPS Portugália	43,90% 6,00%	43,90% 6,00%

Os investimentos em associadas encontram-se detalhados na Nota 8.

2.5. Relato por segmentos

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. De facto, os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão, providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, o qual é responsável pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas. O Grupo não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Foram identificados três segmentos operacionais: transporte aéreo, manutenção e engenharia e *catering*. As atividades agregadas em “Outros” não qualificam para relatar separadamente.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são utilizadas de forma consistente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são valorizados a preços de mercado e eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 35.

2.6. Conversão cambial

2.6.1. Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em **milhares de Euros**, sendo o Euro a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

2.6.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão, pela taxa de câmbio, à data de relato, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica de diferenças de câmbio líquidas.

2.6.3. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, são convertidos para a moeda de relato como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada posição financeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras consolidadas. As diferenças de câmbio, resultantes desta conversão, são reconhecidas como componente separada no capital próprio, na rubrica “Reservas de conversão cambial”.
- (ii) Os rendimentos e os gastos são convertidos pela taxa de câmbio média do exercício de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações. Neste caso, os rendimentos e os gastos são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Os ajustamentos ao *goodwill* e ao justo valor de uma aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos de uma entidade estrangeira, e são transpostos à taxa de câmbio de fecho à data de relato.

As diferenças de câmbio resultantes de um item monetário, que faça parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, são reconhecidas numa componente separada do capital próprio e, aquando da alienação do investimento líquido ou liquidação desses montantes, são reconhecidas nos resultados, como parte do ganho ou perda apurado na alienação.

As cotações de moeda estrangeira, utilizadas para conversão das demonstrações financeiras, expressas em moeda diferente do Euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

Moeda	2018	2017
USD	1,1450	1,1993
CHF	1,1269	1,1702
GBP	0,8945	0,8872
BRL	4,4440	3,9729
VEF	-	4.011,70
VES	730,10	-
AOA	353,02	185,40

Relativamente às subsidiárias brasileiras, os resultados mensais foram convertidos à taxa do último dia de cada mês, conforme segue:

Mês	2018	2017
Janeiro	3,9170	3,3535
Fevereiro	4,0109	3,2810
Março	4,0426	3,3800
Abril	4,1815	3,4718
Maio	4,2912	3,6485
Junho	4,4049	3,7600
Julho	4,4765	3,6764
Agosto	4,5357	3,7410
Setembro	4,8013	3,7635
Outubro	4,3246	3,8059
Novembro	4,2973	3,8668
Dezembro	4,4214	3,9729

2.7. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, nomeadamente edifícios e terrenos, adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, à data da transição, a subsidiária TAP S.A. aplicou a exceção prevista na IFRS 1 - Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pela qual se poderá considerar como custo considerado (*deemed cost*) o justo valor de algumas categorias de bens, reportado à data de transição (1 de janeiro de 2004).

Assim, com efeitos a 1 de janeiro de 2004, os bens pertencentes à categoria de edifícios da referida subsidiária, foram revalorizados para o correspondente justo valor a essa data. O justo valor desses *itens*, do ativo fixo tangível, foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por uma entidade especializada independente, a qual procedeu, igualmente, à determinação do período de vida útil remanescente desses bens, à data de transição.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos posteriormente à data de transição, são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes, nomeadamente com renovações de frota e manutenção estrutural, são incluídos no custo de aquisição do bem sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Grupo. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos de vida útil	Valor residual
Edifícios e outras construções	20-50	-
Equipamento básico:		
Equipamento de voo:		
Airbus		
Frota aérea	20	0-5%
Frota aérea em regime de locação financeira	20	0-5%
Reatores de reserva e sobressalentes	20	5%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	20	5%
Restante equipamento de voo		
Frota aérea	16	10%
Frota aérea em regime de locação financeira	16	10%
Reatores de reserva e sobressalentes	16	10%
Reatores de reserva em regime de locação financeira	16	10%
Outro equipamento básico	7-20	0-10%
Equipamento de transporte	4-10	-
Ferramentas e utensílios	8-20	0-10%
Equipamento administrativo	5-16	-
Outros ativos fixos tangíveis	10	-

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados prospetivamente, se necessário, na data de relato (Nota 4). Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 2.11.).

Os ganhos ou perdas, provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzidos dos custos de transação e a quantia escriturada dos ativos, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros ganhos ou outras perdas operacionais.

2.8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data da transição para as IFRS, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do justo valor, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em consideração as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

2.9. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 10 anos.

2.10. *Goodwill*

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis nas subsidiárias na data de aquisição.

O *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda do controlo de uma entidade incluem o valor do *goodwill* correspondente.

Para efeitos de realização de testes de imparidade, o *goodwill* é associado às unidades geradoras de caixa mais baixas a que pertencem. As unidades geradoras de caixa representam o investimento do Grupo em cada uma das áreas de negócio em que o Grupo TAP opera.

2.11. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação ou amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização/depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo regista a respetiva perda por imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzido dos gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo, individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas por imparidade do *goodwill* – ver Nota 2.10.).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas “Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis” e “Depreciação, amortização e perdas por imparidade”, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada, até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.12. Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus ativos financeiros de acordo com as suas características e o modelo de negócio que tem definido para gerir o recebimento dos *cash flows* contratuais. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores reportados pelo líquido na demonstração da posição financeira consolidada, apenas quando: i) existe um direito legalmente exercível e não oponível para compensar os referidos valores e ii) quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

A IFRS 9 introduziu um modelo de classificação de ativos financeiros com base no modelo de negócio utilizado na sua gestão (“business model test”) e nas características dos fluxos de caixa contratuais (“SPPI test”), tendo sido substituídos os requisitos anteriormente existentes, que determinavam o enquadramento nas categorias

de ativos financeiros da IAS 39. O Grupo classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, de acordo com os requisitos introduzidos pela IFRS 9, conforme abaixo.

→ Instrumentos de dívida

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se (i) é detido para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor por outro rendimento integral se (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda dos ativos financeiros; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicial e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações de justo valor registadas em outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros e ganhos ou perdas cambiais, valores que são registados diretamente na demonstração dos resultados. Quando o ativo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultado do período.

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento nas situações referidas anteriormente são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, categoria residual nos termos da IFRS 9.

→ Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são sempre mensurados ao justo valor. Os instrumentos de capital próprio detidos para negociação são mensurados ao justo valor por resultados. Para todos os restantes instrumentos de capital próprio, o Grupo pode optar, instrumento a instrumento, por, no reconhecimento inicial, apresentar as variações do seu justo valor em outro rendimento integral.

Quando o Grupo exerce opção, todas as variações de justo valor, com exceção de dividendos que configuram retorno do investimento efetuado, são reconhecidos em outro rendimento integral. Neste caso, na data do desreconhecimento do ativo, o ganho ou perda acumulado não é reconhecido em resultado do período sendo, nessa altura, transferido para resultados transitados.

Imparidade de ativos financeiros

A IFRS 9 substitui o anterior modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39 e estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas", de acordo com o qual a estimativa de imparidade é avaliada desde o reconhecimento inicial, tendo em conta a avaliação do risco de crédito.

→ **Outras contas a receber**

O Grupo TAP utiliza a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 no apuramento e reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber e ativos de contratos com clientes. As perdas esperadas até à maturidade são registadas, tendo por base a experiência de perdas reais ocorridas ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativo das características específicas do risco de crédito subjacente.

O ajustamento para perdas de imparidade é registado por contrapartida de resultados do período, na rubrica “Imparidade de contas a receber, inventários e provisões”.

→ **Outros ativos financeiros**

O Grupo considera que todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral, têm um risco de crédito nulo.

Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o Grupo reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes.

Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, o Grupo reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Qualquer perda por imparidade nestes ativos financeiros é reconhecida em resultado do período, na rubrica “Imparidade de contas a receber, inventários e provisões”.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.13. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros e operacionais a que se encontra sujeita. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e do preço do *jet fuel* o justifiquem, o Grupo TAP procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (“IRS”) e *swaps de jet fuel*.

Na seleção de instrumentos financeiros derivados são, essencialmente, valorizados os aspetos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor das coberturas de fluxos de caixa são, inicialmente, registadas, em outros rendimentos integrais do período a que respeitam e posteriormente em resultados do exercício operacionais (“Combustível para aeronaves”), para os instrumentos de *jet fuel*, e resultados financeiros líquidos (“Juros e rendimentos/gastos similares”) para os instrumentos de taxa de juro, na sua data de liquidação. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

Desta forma, e em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas, decorrentes da rescisão antecipada deste tipo de instrumento, são reconhecidos em resultados, quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de outras contas a receber correntes e de outras contas a pagar correntes e não correntes.

→ **Contabilidade de cobertura**

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivados, utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe um alinhamento da relação de cobertura com a estratégia de gestão de risco e objetivos de gestão;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura; e
- O risco de variação de valor não é função, maioritariamente, do risco de crédito.

Importa salientar que não se verificam alterações nas estratégias de cobertura seguidas, assim como do tratamento contabilístico adotado relativamente aos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo.

2.14. Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado líquido ativo, a cotação de mercado é aplicada à data de referência de relato. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido pela IFRS 13.

No caso de não existir um mercado ativo, são utilizados modelos de avaliação, cujos principais *inputs* são observáveis no mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis no mercado. Nestes casos, o Grupo utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

2.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são, geralmente, reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. Na data de relato, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Para determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas. O montante de imposto a incluir, quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos diretamente no capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

2.16. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os inventários detidos referem-se, essencialmente, a peças de manutenção de motores e de componentes de aeronaves.

O material recuperado internamente encontra-se valorizado ao custo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica “Imparidades de contas a receber, inventários e provisões”.

2.17. Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber correntes são, inicialmente, contabilizados pelo valor da contraprestação acordada, a não ser que tenham uma componente de financiamento significativa, caso em que são contabilizados ao justo valor. O Grupo detém os saldos de clientes e outras contas a receber correntes com o objetivo de os cobrar, sendo assim, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade (Nota 11).

As perdas por imparidade são registadas tendo por base a experiência de perdas reais ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.

2.18. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica de passivos remunerados.

O Grupo TAP regista na rubrica “Depósitos bancários restritos” em ativos correntes, as disponibilidades cujo repatriamento de fundos se encontra restrito.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 16).

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

2.20. Passivos remunerados

Os passivos remunerados são, inicialmente, reconhecidos ao justo valor, líquidos dos custos de transação incorridos sendo, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da posição financeira (Nota 19).

2.21. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos são, geralmente, reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos genéricos e específicos, diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontra suspensa ou substancialmente concluída.

2.22. Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal, contratual ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 18).

2.23. Benefícios pós-emprego aos colaboradores

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar, aos seus empregados, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, prestações de pré-reforma, cuidados de saúde e prémios de jubilação. O Grupo constituiu fundos de pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima, o Grupo obtém, periodicamente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”.

O Grupo regista as remensurações diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral, nomeadamente, as resultantes de alterações nos pressupostos demográficos e de diferenças entre dados reais e esses mesmos pressupostos.

As responsabilidades, reconhecidas na demonstração da posição financeira consolidada, representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos, na rubrica “Pensões e outros benefícios pós-emprego”.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo, quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

Os ganhos e perdas, gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos, são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos dos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente nos resultados do Grupo.

As contribuições efetuadas, no âmbito dos planos de contribuição definida, são registadas como gastos na demonstração consolidada dos resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

O Grupo reconhece uma provisão para custos de reestruturação quando os critérios de reconhecimento gerais de provisões estejam cumpridos, nomeadamente quando existe um plano formal detalhado para a reestruturação e tenha criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele. Os

gastos subjacentes são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Reestruturação” (Nota 30).

2.24. Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros valores a pagar correntes são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subseqüentemente, mensurados ao custo amortizado (Nota 21).

2.25. Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por gastos incorridos, são registados na demonstração consolidada dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos tangíveis/intangíveis, são incluídos na rubrica “Outras contas a pagar” e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das depreciações/amortizações.

2.26. Locações

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro.

De acordo com este método o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de passivos remunerados, os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.7., são registados como gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

As locações, em que uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é assumida pelo locador, sendo o Grupo, o locatário, são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registados na demonstração consolidada dos resultados durante o período da locação.

Nas operações de cedência de posição contratual com subseqüente locação de aeronaves, a classificação da locação é determinada na *inception date* (data de assinatura do compromisso da locação), e o reconhecimento ocorre na *commencement date* (data de início efetivo da locação).

2.27. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício em que os dividendos são aprovados pelo acionista e até ao momento da sua liquidação.

2.28. Rédito

A Grupo TAP reconhece o rédito de acordo com o princípio nuclear introduzido pela IFRS 15, isto é, para refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo com 5 fases, nomeadamente: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação de um preço de transação; (iv) alocação do preço de transação a obrigações de desempenho e (v) reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

O valor da venda do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica “Documentos pendentes de voo”. Quando o transporte é efetuado ou a venda é cancelada, o valor da venda é transferido desta rubrica para rendimentos do exercício ou para uma conta a pagar consoante o transporte tenha sido: i) efetuado pelo Grupo ou a venda cancelada sem direito a reembolso, ii) efetuado por outra transportadora aérea ou a venda cancelada com direito a reembolso, respetivamente, por um montante geralmente diferente do registado no momento da venda. São efetuadas análises periódicas do saldo da rubrica de documentos pendentes de voo, de forma a corrigir os saldos dos bilhetes vendidos a fim de verificar os que já foram voados ou cujos cupões perderam a validade, não podendo, portanto, ser voados ou reembolsados.

As comissões, atribuídas a entidades terceiras pela Grupo na venda de bilhetes, são diferidas e registadas como gastos do exercício, de acordo com a periodização entre exercícios das respetivas receitas de transporte.

No programa passageiro frequente “TAP Miles&Go” (antigo “TAP Victoria”), o Grupo segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efetuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao referido programa de fidelização, as quais podem, posteriormente, ser utilizadas na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente tarifas reduzidas.

No momento da venda de um bilhete, o Grupo considera que tem uma obrigação de desempenho separada correspondente aos pontos do programa Miles&Go atribuídos. Com base no histórico do número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização, e na valorização unitária atribuída, o Grupo procede ao reconhecimento do diferimento do rédito estimado como correspondente à atribuição das milhas. A valorização das milhas é determinada usando o “stand-alone price”, que se baseia no valor médio equivalente do bilhete considerando a redenção

de milhas nos últimos 12 meses. O rédito é assim reconhecido quando as milhas são utilizadas ou expiram, geralmente três anos após a data de emissão.

No reconhecimento do rédito dos contratos de manutenção, uma vez que a obrigação de desempenho apenas é satisfeita quando a manutenção fica completa, o rédito apenas é registado nessa data. De referir que os contratos de manutenção, genericamente, apresentam períodos temporais inferiores a 3 meses.

Os custos do contrato são reconhecidos como um gasto no exercício em que ocorrem. Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida como um gasto.

A faturação provisória de trabalhos de manutenção para terceiros, que ainda se encontram em curso à data de 31 de dezembro de 2018, encontra-se contabilizada na rubrica de outros passivos correntes (Nota 23).

É reconhecido um acréscimo de ganho quando o Grupo tenha prestado um serviço para o qual ainda não emitiu a respetiva fatura ou tenha direito a registar o rédito ao longo da execução do contrato. Estes saldos encontram-se contabilizados na rubrica de outras contas a receber, como acréscimos de ganhos (Nota 11).

O rédito é reconhecido líquido de impostos indiretos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.

2.29. Especialização dos exercícios

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos, à medida que são gerados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras contas a receber, outros ativos correntes, outras contas a pagar ou outros passivos correntes.

2.30. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.22.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.31. Itens não recorrentes

De acordo com as disposições dos parágrafos 85 e 86 na IAS 1, os itens não recorrentes refletem rendimentos e gastos não usuais que devem ser reportados separadamente das habituais linhas da demonstração dos resultados, dada a sua magnitude e relevância para a compreensão das operações do Grupo. O Grupo procura apresentar uma medida de desempenho subjacente que não seja impactada por itens não recorrentes relevantes. Os itens classificados como não recorrentes incluem eventos significativos ou incomuns, não relacionados diretamente com a atividade operacional, nomeadamente no que diz respeito a eventos intrínsecos ao seu negócio, a atividade de aviação, conforme descrito nas Notas 30 e 31.

2.32. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira consolidada, na rubrica “Passivos remunerados correntes”, assim como os “Depósitos bancários restritos”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais, (2) atividades de investimento e (3) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam, essencialmente, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e ao pessoal. Englobam, ainda, os pagamentos de impostos indiretos líquidos, do imposto sobre o rendimento e os pagamentos relacionados com benefícios de reforma.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamento de dividendos.

2.33. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.34. Estimativas e julgamentos contábilísticos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

As estimativas e as premissas, que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contábilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

→ **Imparidade do *goodwill* (Nota 6)**

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade, o *goodwill* que regista na demonstração da posição financeira consolidada, de acordo com a política contábilística indicada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

A estimativa do valor de uso implica um elevado grau de julgamento, por parte do Conselho de Administração, no que respeita à determinação dos fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis e taxas de crescimento na perpetuidade.

→ **Impostos diferidos (Nota 10)**

O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações, apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, o Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contábilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. O Grupo analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais.

→ **Benefícios pós-emprego (Nota 20)**

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contábilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos e financeiros

utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 20. O Grupo tem como política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos e financeiros, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades (Notas 11, 12 e 18)**

O Grupo tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber são calculadas, com base no risco de crédito estimado para cada perfil de cliente e na situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes (Nota 23)**

O Grupo reconhece uma obrigação contratual, no âmbito do programa de fidelização de clientes "TAP Miles&Go", com base no valor unitário da milha, atendendo ao "stand-alone price". Alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

→ **Documentos pendentes de voo (Nota 22)**

O Grupo procede a uma análise periódica do saldo da rubrica "Documentos pendentes de voo" por forma a corrigir os valores de bilhetes vendidos cujos cupões já não são válidos. A estimativa do montante desses cupões, que não poderão ser trocados ou reembolsados, requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Vida útil e valor residual dos ativos fixos tangíveis (Nota 4)**

A determinação das vidas úteis dos ativos e o seu valor residual, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

→ **Manutenção estrutural de aeronaves em locação operacional (Nota 21)**

O Grupo TAP incorre em responsabilidades por custos de manutenção em relação a aeronaves operadas em regime de locação operacional. Estas derivam de obrigações contratuais legais e construtivas relativas à condição da aeronave quando esta é devolvida ao locador. Para cumprir estas obrigações, o Grupo terá normalmente de realizar intervenções de manutenção estruturais durante o período de locação. O Grupo TAP especializa esta responsabilidade com base na utilização efetiva da aeronave, nomeadamente horas ou ciclos voados. Na mensuração desta responsabilidade são considerados vários pressupostos, sendo os mais relevantes: i) a utilização e condição da aeronave, ii) os custos esperados das intervenções estruturais de manutenção no momento em que se espera que ocorram e iii) a taxa de desconto utilizada.

Os principais pressupostos são revistos periodicamente, tendo em consideração a informação disponível, podendo existir circunstâncias que alterem de forma significativa a referida estimativa, como por exemplo a renegociação das condições de *redelivery* da aeronave, alteração significativa da utilização da aeronave e suas condições de navegabilidade, renegociação de contratos de locação, assim como alterações no custo das referidas manutenções estruturais. A estimativa do custo futuro da manutenção estrutural das aeronaves requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

3 - Políticas de gestão do risco financeiro

A gestão de risco é conduzida a nível estratégico pelo Grupo e objeto de acompanhamento permanente por parte dos órgãos de gestão. As linhas de orientação definidas e decisões adotadas no domínio da gestão de risco são elementos fundamentais para o posicionamento do Grupo face às ameaças externas que os mercados e a envolvente económico-financeira colocam. Dada a multiplicidade de cenários e desenvolvimentos possíveis, a estratégia de gestão de risco do Grupo incorpora elementos de flexibilidade e discricionariedade que permitam adaptação em tempo útil às alterações do contexto geral.

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, nomeadamente risco do preço do combustível, risco de preços das licenças a adquirir para *compliance* das diretivas de emissão de CO₂, risco cambial, risco de taxa de juro, assim como risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco do Grupo é dirigida e acompanhada pelo Conselho de Administração sendo executada pelas áreas de gestão competentes do Grupo e, em particular, no respeitante a instrumentos financeiros de gestão de risco, incluindo operações de derivados de combustível, taxa de juro e cambiais, por parte do departamento de finanças corporativas, seguindo as linhas de orientação e políticas definidas e divulgadas bem assim como instruções específicas emitidas.

→ Risco de mercado

A concorrência na aviação comercial tem-se intensificado nos últimos anos em resultado de várias dinâmicas como o aumento dos *players low cost* no setor e da concorrência de grandes grupos que concentram atividades ganhando escala.

Na Europa, o grau de competição tem sido particularmente elevado na generalidade dos mercados, com os operadores de baixo custo a terem conquistado sucessivamente maior quota de mercado, situação a que Portugal não ficou isento. Contudo, o crescimento da TAP S.A. no último ano permitiu a recuperação de quota de mercado nos *hubs* de Lisboa e Porto, após alguma perda de terreno nos últimos anos.

Igualmente, no longo curso verifica-se uma concorrência crescente entre os operadores tendo em conta os diversos trajetos alternativos disponíveis para um mesmo destino, por exemplo, Madrid pode facilmente concorrer com Lisboa na atração de tráfego originário do Brasil e com destino a múltiplas cidades europeias. Essa disputa tem vindo, efetivamente, a ocorrer em algumas rotas do Brasil. Do mesmo modo, no Atlântico Norte, a TAP S.A. tenta desviar tráfego de outras rotas e atrair passageiros dos EUA, ou que se dirijam aos EUA, de forma a que passem pelo *hub* de Lisboa, onde a TAP S.A. atende a grande maioria dos mercados relevantes da Europa. De facto, Lisboa, em comparação com outros *hubs* europeus, tem uma localização única para servir como *gateway* do Atlântico, conectando Américas-África-Europa.

Neste mercado a concorrência, no setor da aviação, é muito baseada no fator preço, mas dependendo do trajeto e do tipo de cliente (*lazer* ou *corporate*), a concorrência e o risco de mercado dependem também dos modelos de negócio e de redes de rotas que as companhias apresentam que lhes permitem satisfazer o cliente nas várias vertentes que este valoriza. Este produto diferenciado incorpora elementos como a fiabilidade, regularidade, pontualidade, diversidade de horários, frequência de voos, conforto do equipamento, em suma, qualidade do produto e qualidade da experiência de voo. Muitos destes aspetos estão inevitavelmente ligados às características das aeronaves, incluindo o grau de conforto, modernidade, avanço tecnológico, economia de utilização, baixo consumo, baixo ruído, baixas emissões e flexibilidade em termos de autonomia de voo. Assim, uma frota moderna é um trunfo fundamental para competir neste mercado.

No que se refere especificamente à atividade de transporte aéreo, diversos mercados contribuíram significativamente para o crescimento global das vendas e proveitos, destacando-se, os mercados brasileiro, português e norte-americano.

Outros mercados houve, que também apresentaram evoluções muito positivas face ao período homólogo do ano anterior, destacando-se, algumas rotas da Europa Central (Alemanha e Áustria) e da Europa de Leste. O aumento de capacidade em algumas das linhas operadas, a melhoria de conforto proporcionada pelas novas frotas, o aumento significativo da procura turística pelo destino Portugal e as ligações intercontinentais contribuíram para este aumento.

Nos anos recentes o Grupo tem vindo a aumentar o volume de negócios na área de manutenção a outras companhias aéreas, com especial foco na manutenção e reparação de motores. Este tipo de serviços é altamente especializado e cada vez mais exigente em função das novas tecnologias aplicadas na construção de aeronaves e motores.

A atividade de transporte de carga verificou um abrandamento do crescimento no segundo semestre de 2018. A reforçar esse abrandamento, verifica-se atualmente uma quebra do mercado no geral, com particular foco no mercado brasileiro. Em sentido contrário, o destino norte-americano tem crescido acentuadamente, muito em resultado da aposta do Grupo neste destino.

Imediatamente após a reprivatização do Grupo TAP, em novembro de 2015, o Grupo deu início a um plano estratégico ambicioso de renovação global da sua frota, a ser implementado por etapas e ao longo de vários anos. Esse ciclo de vultuosos investimentos e profunda renovação da companhia durará vários anos, englobando a renovação da maior parte da atual frota mediante a sua substituição por 53 aviões novos encomendados à Airbus em 2015, a serem entregues até 2025. No âmbito desta encomenda foram entregues em 2018 pela Airbus 4 aeronaves: duas aeronaves A330 NEO e duas aeronaves A321 NEO, todas em regime de locação operacional.

Em simultâneo com a chegada de novas aeronaves a TAP S.A. preparou um programa intercalar de renovação da frota existente, que inclui a melhoria do interior de cabine das aeronaves (*retrofit*), de forma a proporcionar aos passageiros maior conforto e à Empresa maior flexibilidade na gestão comercial do espaço a comercializar. Este programa de modificação de cabine planeado para 48 aviões iniciou-se em 2016 e terminou em 2018, englobando uma parte substancial das aeronaves, quer da frota de médio-curso (41 *narrowbodies*) quer da de longo curso (7 *widebodies*).

Caso as iniciativas já implementadas pelo Grupo não tenham os efeitos pretendidos na melhoria da frota, melhoria do serviço ou atratividade de preços e, de igual modo, caso o Grupo não consiga concluir com sucesso o seu plano de reestruturação da frota, a receita e os resultados do Grupo TAP podem ser negativamente impactados no futuro.

→ **Risco do preço do combustível**

Além da relação de forças nos mercados da aviação comercial, as companhias aéreas estão particularmente sujeitas ao impacto de alterações nos mercados internacionais de energia que determinam os seus custos com combustíveis. Este custo é a componente com mais peso na estrutura de custos de exploração do Grupo. Por outro lado, trata-se de uma componente de custo com uma extrema volatilidade e que é não só determinante para o resultado de exploração, como também para a definição das condições tarifárias e políticas de mercado, em cada ano.

O ano de 2018 assistiu a uma forte subida do preço do combustível: o barril de brent subiu cerca de 31,5% em 2018 com uma média do ano de 71,2 USD face a 54,1 USD de 2017. O preço médio da tonelada de *jet fuel* situou-se em 687,5 USD em 2018, contra 527 USD de 2017, registando um aumento de 30,5%.

Durante o ano de 2018, o Grupo realizou operações de fixação de preço de combustível que contribuíram para mitigar o impacto da subida do custo do combustível.

Em 31 de dezembro de 2018 uma variação (positiva ou negativa) de 10%, no preço do *jet fuel*, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 77 milhões de Euros.

→ **Risco cambial**

A exposição do Grupo a variações cambiais resulta da presença em diversos mercados geográficos afetando diversas rubricas de custos relevantes e diversos ativos e passivos. No conjunto dos mercados onde a TAP está presente, a exposição cambial é significativa em função da operação em mais de 100 rotas, em três continentes, e ainda dada a posição de relevo nas rotas entre a Europa e o continente americano, em termos de atividade de transporte aéreo, para além do seu envolvimento no Brasil na atividade de manutenção e engenharia de aeronaves.

Aos riscos inerentes às flutuações cambiais de mercado e às decisões de política cambial das autoridades monetárias, de países com regimes de câmbios controlados, somam-se os riscos soberanos como aquele que se materializou, nos últimos anos, na Venezuela decorrente da situação de colapso económico-financeiro daquele país. Neste contexto, apesar da forte diversificação geográfica da atividade comercial e da atividade operacional do Grupo, grande parte das vendas são efetuadas em mercados cuja divisa oficial é o euro, ou cuja divisa está em regime de câmbio fixo com a zona euro. Assim, a preocupação do Grupo centra-se na possibilidade de oscilações nos proveitos obtidos nos restantes mercados, dos quais se destacam, o brasileiro, o americano e o angolano.

Em 2018, o *share* da receita do Brasil manteve-se num nível similar relativamente ao ano anterior (i.e. cerca de 25%). Ainda no que refere ao mercado brasileiro, merecem destaque as seguintes situações, com potencial impacto em tesouraria por via cambial, favorável ou desfavorável: a prática de vendas parceladas e os acordos, pontualmente estabelecidos com as entidades *acquirers*/bancos, para antecipação, de receitas angariadas. A volatilidade que caracteriza a moeda brasileira tem consequências a nível da política tarifária, obrigando a grande flexibilidade na gestão da capacidade e a rápida reação na gestão de rede e *pricing* no sentido de mitigar os efeitos da concorrência e manter taxas de ocupação satisfatórias. Tendo em vista reduzir o impacto da volatilidade cambial, realizaram-se durante este ano várias operações de proteção de câmbio de BRL/EUR.

O mercado americano representava, no final do ano de 2018, no conjunto de vendas de passagens, cerca de 10% do total, à semelhança do verificado no ano anterior. A exposição ao dólar que daí advém é importante para contrabalançar a exposição líquida adversa à divisa que o Grupo tem em parte substancial dos seus

custos. As perspetivas continuam a ser de crescimento e expansão no mercado norte-americano, dado que a expansão no Atlântico Norte constitui um elemento da estratégia comercial e uma fonte de diversificação relevante em termos económicos e também em termos cambiais.

O mercado angolano com um peso de 2,7% no total de proveitos de passagens, embora uma parcela desse mercado seja denominado em kwanzas, também contribui para a exposição, na receita, ao dólar.

Para além da atividade de transporte aéreo também, a atividade de manutenção gera proveitos sujeitos a impactos cambiais, na maior parte dos casos com exposição ao dólar. Uma parte da atividade de manutenção do Grupo, contudo, comporta alguma exposição ao real brasileiro decorrente da operação da TAP M&E Brasil. Dado que esta empresa integra a demonstração da posição financeira consolidada do Grupo, uma variação do real em final de cada exercício gera perdas ou ganhos no capital próprio do Grupo.

Os diversos custos em divisas do Grupo são responsáveis pelo desequilíbrio significativo na sua balança cambial, sendo esta deficitária em relação ao dólar. Em termos genéricos, as rubricas de custos do Grupo são, na sua grande maioria, dependentes do euro e do dólar tendo as restantes divisas, à exceção do real brasileiro, uma expressão reduzida. O dólar, contudo, é a moeda de referência a nível da aviação e abrange *inputs* tão importantes e diversos como combustível, locação de aeronaves, materiais e serviços de manutenção, seguros de aviação, taxas de navegação e aeroportuárias em muitas das áreas geográficas. No caso concreto de combustíveis, mesmo em contratos objeto de faturação e liquidação em euros, designadamente no mercado português, o cálculo de valores a cobrar é indexado, e estabelecido por referência, à cotação do dólar face ao euro, constituindo o gasto com combustível uma exposição quase integral ao dólar, na qual se excetuam apenas determinadas taxas e comissões comerciais, com peso marginal na fatura global com combustíveis.

Também no caso de locações operacionais e *wet leases* o mercado funciona denominado em dólares desde as rendas mensais às reservas de manutenção ou aos depósitos de garantia. A manutenção de aeronaves é outra fonte de exposição ao dólar que nem sempre é repercutida no cliente final em termos de faturação nessa divisa. Os diversos materiais incorporados na frota TAP são também, normalmente, adquiridos em dólares. A nível estritamente financeiro, ainda, dado que alguns empréstimos do Grupo são, igualmente, denominados em dólares, também os respetivos juros e reembolsos de capital são responsabilidades e exposição adicional à divisa americana. Em final de 2018, 7% da dívida remunerada do Grupo estava denominada em dólares, contra 14% em final de 2017.

A exposição ao dólar tem também uma dimensão de longo prazo resultante das responsabilidades assumidas com a compra de aeronaves no quadro atual de investimentos contratualizados com a Airbus. A encomenda firmada com este fabricante, relativamente a 53 aeronaves, a serem entregues nos próximos anos, traduz-se numa exposição ao dólar, a médio e longo prazo, de um valor muito material, mas significa, ainda, no curto prazo, um esforço de investimento anual de montantes elevados, em dólares, a título de adiantamentos pagos ao fabricante.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base nos valores da posição financeira, dos ativos e passivos financeiros do Grupo, em divisas, convertidos para Euros aos câmbios em vigor à data de relato, apresenta-se como segue:

	2018				
	USD	BRL	AOA	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	87.532	7.312	5.188	14.490	114.522
Outros ativos financeiros (Nota 9)	13.873	-	-	172	14.045
Contas a receber - clientes	47.112	62.013	1.034	14.975	125.134
Contas a receber - outros	139.317	57.759	549	6.025	203.650
	287.834	127.084	6.771	35.662	457.351
PASSIVOS					
Passivos remunerados (Nota 19)	62.447	-	-	-	62.447
Contas a pagar - fornecedores	52.710	20.353	1.419	8.876	83.358
Contas a pagar - outros	135.556	12.398	938	5.590	154.482
	250.713	32.751	2.357	14.466	300.287

	2017					
	USD	BRL	AOA	VEF	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	92.273	2.270	33.670	-	15.678	143.891
Outros ativos financeiros (Nota 9)	81.277	-	-	-	-	81.277
Depósitos bancários restritos (Nota 15)	-	-	-	83	-	83
Contas a receber - clientes	23.199	167.158	1.464	7	19.235	211.063
Contas a receber - outros	92.563	51.293	3.742	-	4.157	151.755
	289.312	220.721	38.876	90	39.070	588.069
PASSIVOS						
Passivos remunerados (Nota 19)	121.266	-	-	-	-	121.266
Contas a pagar - fornecedores	31.895	11.503	392	521	7.482	51.793
Contas a pagar - outros	159.042	15.393	3.020	82	6.468	184.005
	312.203	26.896	3.412	603	13.950	357.064

De referir que, em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de outros ativos financeiros inclui o montante de 13.225 milhares de Euros (2017: 80.812 milhares de Euros), referentes às “Obrigações do Tesouro de Angola”, subscritas em 2018 e em 2017, indexadas ao dólar. Adicionalmente, na rubrica de caixa e seus equivalentes, também indexado ao dólar, encontra-se incluído o montante de 10.771 milhares de Euros, igualmente depositado em Angola (2017: 7.928 milhares de Euros), sendo que 10.360 milhares de Euros se referem a “Obrigações do Tesouro de Angola” com maturidade inferior a 3 meses (Notas 9 e 15).

Em 31 de dezembro de 2018, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 16 milhões de Euros (2017: 23 milhões de Euros).

→ Risco de taxa de juro

Em final de 2015, coincidente com a reprivatização do Grupo TAP, registaram-se várias alterações nas operações financeiras em vigor, incluindo uma profunda reestruturação da dívida de curto prazo com entidades nacionais. Em 30 de junho de 2017 foram formalizados acordos relativos aos financiamentos do

Grupo TAP com 8 bancos credores, que haviam participado anteriormente na renegociação de 2015, que permitiram ao Grupo diferir prazos de reembolso bem como uniformizar e baixar genericamente as margens aplicadas ao conjunto de empréstimos concedidos pelas referidas instituições bancárias.

Em final de junho de 2018, foi celebrado um financiamento com a sucursal portuguesa de uma instituição financeira estrangeira, no montante de 70 milhões de Euros. Também durante este semestre ocorreu o refinanciamento de 6 aeronaves usadas.

Adicionalmente, já no início de 2019 foi fechado um financiamento com um grupo de investidores institucionais no valor de 137 milhões de Euros, com uma taxa fixa.

O montante de financiamento a taxa fixa no conjunto da dívida do Grupo manteve-se nos mesmos níveis, cerca de 22% do total, quer em 2018, quer em 2017. A generalidade dos financiamentos a taxa variável, correspondentes a cerca de 78% do total, vencem juros à Euribor, acrescida da margem contratual e, tendo estado este indexante em valores negativos, para todos os prazos, ao longo de 2018, o valor aplicado nas respetivas operações foi de zero, de acordo com o *floor* imposto pelas entidades financiadoras. Na prática todos os créditos em euros a taxa variável têm como custo apenas a margem contratual.

O risco de taxa de juro não se materializou, de forma significativa, nos anos recentes dado o prolongado período de taxas de juro, próximas de zero, que se tem verificado na Europa. Contudo, ao longo de 2018, à semelhança de 2017, assistiu-se a uma gradual subida das taxas de juro em dólares. Os impactos futuros de uma subida do nível geral das taxas de juro, quer no dólar, quer no euro, serão relevantes para o Grupo, não apenas no referente à dívida existente, mas também no que se refere a valores de dívida a contratar no futuro em resultado dos investimentos programados na frota.

As taxas de juro são, ainda, um fator de agravamento de custo nas locações operacionais, transações em que, normalmente, o nível de taxas de juro de longo prazo é repercutido na renda da aeronave.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os passivos financeiros sujeitos ao risco de variação de taxa de juro, por tipo de taxa de juro, resumem-se do seguinte modo:

	2018				Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	
Taxa variável					
Empréstimos	142.667	155.076	270.408	37.218	605.369
Locações financeiras	24.662	18.607	33.665	9.342	86.276
	167.329	173.683	304.073	46.560	691.645
Taxa fixa					
Empréstimos	8.095	13.660	18.682	110.161	150.598
Locações financeiras	5.812	6.087	6.703	27.606	46.208
	13.907	19.747	25.385	137.767	196.806
Total	181.236	193.430	329.458	184.327	888.451
% taxa fixa	8%	10%	8%	75%	22%

	2017					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	9	121.434	368.489	37.092	7.500	534.524
Locações financeiras	102.907	30.339	8.075	11	-	141.332
	102.916	151.773	376.564	37.103	7.500	675.856
Taxa fixa						
Empréstimos	8.217	7.310	30.259	137.926	-	183.712
Locações financeiras	3.619	3.762	3.925	-	-	11.306
	11.836	11.072	34.184	137.926	-	195.018
Total	114.752	162.845	410.748	175.029	7.500	870.874
% taxa fixa	10%	7%	8%	79%	0%	22%

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática, as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estas premissas e considerando igualmente: (i) pressupostos teóricos de taxa de juro e de taxa de câmbio eurodólar e (ii) que o ritmo de amortização intra-anual é linear para efeito de cálculo dos juros futuros (pressuposto simplificador), um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos com taxa variável, a 31 de dezembro de 2018 resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vencidos de, aproximadamente, 8 milhões de Euros (2017: 10 milhões de Euros).

Na Nota 19 encontra-se apresentado o detalhe da dívida remunerada.

→ Risco de liquidez

O risco de liquidez do Grupo é, uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, de perdas ou ganhos cambiais e de atividades de investimento, quando significativas. O Grupo tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível de gastos ou rendimentos correntes,

condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez, o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo.

Outra situação que afeta o risco de liquidez do Grupo é a impossibilidade de expatriar caixa de mercados internacionais onde o Grupo opera, por escassez de moeda. Como foi o caso de Angola sendo que, no ano de 2018, o Grupo TAP conseguiu expatriar grande parte do valor em caixa neste país.

A liquidez do Grupo revela um acréscimo muito significativo face ao final de 2017, passando de 167,7 milhões de Euros para 233,2 milhões de Euros no final do ano. Durante este ano foi possível também concretizar operações de locação futura de algumas aeronaves incluindo *predelivery payments*, o que permitiu minimizar o consumo de liquidez decorrente do pagamento de adiantamentos elevados à Airbus. Como já referido, foi ainda realizada uma operação de antecipação de recebíveis do mercado brasileiro.

No quadro abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se pressupostos teóricos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar. Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	2018					Total
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	
Empréstimos	83.761	88.978	186.988	306.425	182.316	848.468
Locações financeiras	20.797	14.713	29.112	49.326	43.183	157.131
Total	104.558	103.691	216.100	355.751	225.499	1.005.599

	2017						Total
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Empréstimos	19.418	11.730	158.392	426.988	240.306	7.649	864.483
Locações financeiras	82.864	27.797	35.500	12.305	12	-	158.478
Total	102.282	39.527	193.892	439.293	240.318	7.649	1.022.961

Risco de crédito

O quadro seguinte apresenta elementos relativos aos ativos do Grupo a 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	2018	2017
Ativos não correntes		
Depósitos judiciais - Brasil (Nota 11)	39.927	37.936
Outros ativos financeiros e contas a receber (Notas 9 e 11)	66.856	104.114
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	233.204	167.734
Depósitos bancários restritos	-	83
Contas a receber - clientes (Nota 11)	165.231	279.745
Outros ativos financeiros e contas a receber (Notas 9 e 11)	169.408	129.199
	674.626	718.811

O Grupo aplica a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza uma expectativa de perdas esperadas para todas as contas a receber. Para medir as perdas de crédito esperadas, as contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns e no vencimento. As taxas de perdas esperadas baseiam-se nos perfis de pagamento das vendas e serviços prestados ao longo de um período de 36 meses antes de 31 de dezembro de 2018 ou 1 de janeiro de 2018, respetivamente, e das perdas de crédito históricas correspondentes verificadas durante este período. Decorrente da análise realizada, e atendendo ao facto de parte substancial das receitas do Grupo ser recebida antecipadamente, a taxa de perda de crédito esperada é muito reduzida e, conseqüentemente, os impactos decorrentes imateriais.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, conforme identificado na Nota 11, são regularizados, principalmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* (“BSP”) e *IATA Clearing House* (“ICH”), o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo TAP.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada, e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade.

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo realizou *predelivery payments* à Airbus com vista à aquisição de novas aeronaves e celebrou contratos de *leasing* operacional para a aquisição de aeronaves, nos quais paga aos *lessors* reservas de manutenção e cauções. Na análise das perdas de crédito destes montantes, o Grupo considera a situação financeira das contrapartes, bem como todas as transações que tem em curso com as mesmas.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

→ **Gestão de capital**

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, é manter uma estrutura de capital equilibrada. A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de tesouraria.

Relativamente ao passivo remunerado, corrente e não corrente, verificou-se, uma subida de cerca de 2% face a 2017. A dívida do Grupo tem uma medida contabilística rigorosa, que pode ser analisada e medida de forma mais abrangente e substancial, englobando agregados cujo comportamento é, nalguns aspetos, similar a financiamentos. Trata-se do caso das locações operacionais, especialmente de aeronaves, à qual estão ligados também diversos fatores de risco similares aos dos financiamentos. O incremento do conjunto de encargos com aeronaves em locação operacional corresponde a um aumento de responsabilidades futuras significativas, na medida em que se trata de contratos de médio e longo prazo, que se assemelham ao pagamento faseado de dívida, embora sem risco de valor residual do bem no termo da respetiva locação. Para além da renovação e expansão de frota, em regime de locação, será relevante para a gestão de risco, e em termos de retorno do capital investido, o aumento futuro de dívida que venha a ocorrer, nos próximos anos, sob a forma de financiamento, ou sob a forma de locação operacional, associado ao ciclo de investimento na nova frota do Grupo.

4 - Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foi o seguinte:

	2018									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.716	349.140	1.518.969	6.173	36.464	65.532	12.643	49.462	180.850	2.260.949
Adições	-	601	88.872	314	1.739	1.438	429	37.145	42.367	172.905
Alienações	(25)	(128)	(63.448)	(168)	(6)	(429)	-	(27.238)	-	(91.442)
Outras transferências/abates	(17)	(1.014)	6.152	(92)	13	(527)	(140)	(17.825)	(126.302)	(139.752)
Diferenças de câmbio	(58)	(382)	(1.323)	(8)	(1.086)	(378)	-	(255)	-	(3.490)
Saldo final	41.616	348.217	1.549.222	6.219	37.124	65.636	12.932	41.289	96.915	2.199.170
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	264.170	1.286.326	5.330	23.778	63.101	11.032	-	-	1.653.737
Dotações (Nota 32)	-	5.818	58.264	328	1.446	1.154	367	-	-	67.377
Perdas de imparidade reconhecidas (Nota 32)	-	-	7.543	-	-	-	-	-	-	7.543
Alienações	-	(52)	(60.312)	(118)	(4)	(429)	-	-	-	(60.915)
Outras transferências/abates	-	(921)	(7.116)	(111)	(22)	(510)	(140)	-	-	(8.820)
Diferenças de câmbio	-	(184)	(1.093)	(8)	(686)	(332)	-	-	-	(2.303)
Saldo final	-	268.831	1.283.612	5.421	24.512	62.984	11.259	-	-	1.656.619
Valor líquido	41.616	79.386	265.610	798	12.612	2.652	1.673	41.289	96.915	542.551

	2017									Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	
Ativo Bruto										
Saldo inicial	41.804	348.148	1.798.618	6.255	35.729	64.177	11.848	23.139	166.792	2.496.510
Adições	-	1.501	69.373	144	2.431	2.378	845	32.849	126.558	236.079
Alienações	-	-	(349.817)	(155)	(40)	(370)	-	-	-	(350.382)
Outras transferências	-	35	2.659	(60)	(91)	(136)	(50)	(6.196)	(112.500)	(116.339)
Diferenças de câmbio	(88)	(544)	(1.864)	(11)	(1.565)	(517)	-	(330)	-	(4.919)
Saldo final	41.716	349.140	1.518.969	6.173	36.464	65.532	12.643	49.462	180.850	2.260.949
Depreciações Acumuladas										
Saldo inicial	-	258.685	1.416.980	5.238	23.306	62.681	10.657	-	-	1.777.547
Dotações (Nota 32)	-	5.744	46.302	320	1.530	1.400	425	-	-	55.721
Perdas de imparidade reconhecidas (Nota 32)	-	-	9.910	-	-	-	-	-	-	9.910
Alienações	-	-	(183.528)	(155)	-	(361)	-	-	-	(184.044)
Outras transferências	-	-	(1.717)	(60)	(111)	(134)	(50)	-	-	(2.072)
Diferenças de câmbio	-	(259)	(1.621)	(13)	(947)	(485)	-	-	-	(3.325)
Saldo final	-	264.170	1.286.326	5.330	23.778	63.101	11.032	-	-	1.653.737
Valor líquido	41.716	84.970	232.643	843	12.686	2.431	1.611	49.462	180.850	607.212

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede da TAP S.A., foram transferidos para a propriedade desta subsidiária ao abrigo do Decreto-Lei nº 351/89 de 13 de outubro.

Para garantia do pagamento dos montantes devidos ao abrigo de um contrato de mútuo, com instituição nacional, no montante de 75 milhões de Euros, foi constituída uma hipoteca sobre um prédio urbano do Grupo, composto por vinte e nove edifícios para escritório, oficinas de material de construção e outros, sito no Aeroporto de Lisboa (Nota 19).

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 88.872 milhares de Euros respeitam, maioritariamente, a: (i) capitalização de gastos com grandes manutenções das aeronaves próprias ou em regime de locação financeira no montante de cerca de 37.876 milhares de Euros e (ii) aquisição de dois reatores em regime de locação financeira no montante de cerca de 33.908 milhares de Euros.
- As transferências e abates de equipamento básico respeitam, essencialmente, a abates de sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.
- As adições de outros ativos em curso no montante de 37.145 milhares de Euros respeitam, essencialmente, a equipamento para a futura frota NEO, no montante de 31.465 milhares de Euros.
- As alienações de outros ativos em curso no montante de 27.238 milhares de Euros respeitam, essencialmente, a equipamentos adquiridos inicialmente pelo Grupo para efeitos de incorporação nas novas aeronaves incluídas no *Purchase Agreement* com a Airbus, os quais foram alienados ao fabricante pelo custo de aquisição.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” no montante de 42.367 milhares de Euros refere-se a: (i) adiantamentos efetuados (*predelivery payments*) para a aquisição futura de aeronaves, no montante de 25.691 milhares de Euros; (ii) adiantamentos efetuados por conta de projetos de investimento em equipamento de frota de médio e longo curso, no valor de 13.170 milhares de Euros e (iii) adiantamentos efetuados para a aquisição de um novo reator, no montante de 3.506 milhares de Euros.
- O montante de 126.302 milhares de Euros registado em outras transferências/abates de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, é referente, maioritariamente, à transferência da posição contratual do Grupo relativamente a *predelivery payments* de 12 aeronaves para as entidades locadoras, no montante de 122.675 milhares de Euros.

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 69.373 milhares de Euros respeitam, essencialmente, a: (i) projetos de investimento em equipamento de frota, nomeadamente a alteração das cabines (*Cabin Retrofit*), no montante de 28.942 milhares de Euros e o montante de 2.444 milhares de Euros relacionado com a extensão de vida das frotas A319/A320/A321 (*Extended Service Goal – ESG*) e (ii) capitalização de gastos com grandes manutenções das aeronaves próprias ou em regime de locação financeira no montante de 28.619 milhares de Euros.
- As alienações de equipamento básico, no montante líquido de 166.289 milhares Euros, respeitam, na sua maioria: (i) à alienação de cinco aeronaves A330 da TAP S.A., decorrente de uma operação de *sale and leaseback*, tendo originado uma mais-valia líquida de 17.856 milhares Euros (Nota 24); (ii) à alienação de

duas aeronaves Fokker 100 da Portugalia, que originou um registo de perda por imparidade, no montante de 786 milhares de Euros e (iii) à realização de uma operação de locação financeira de uma aeronave Embraer 145, com uma menos-valia líquida de 69 milhares de Euros.

- As transferências e abates de equipamento básico respeitam, essencialmente, a abates de sobressalentes por sucata e outros equipamentos diversos de manutenção.
- As adições de outros ativos em curso no montante de 32.849 milhares de Euros respeitam, essencialmente: (i) a equipamento para a futura frota NEO A330/A320F, no montante de 19.765 milhares de Euros; (ii) ao projeto de alteração das cabines (*Cabin Retrofit*), no montante de 5.336 milhares de Euros e (iii) à capitalização de gastos com grandes manutenções das aeronaves próprias ou em regime de locação financeira no montante de 4.797 milhares de Euros.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” no montante de 126.558 milhares de Euros refere-se a adiantamentos efetuados (*predelivery payments*) para a aquisição futura de aeronaves.
- O montante de 112.500 milhares de Euros registado em outras transferências/abates de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis”, inclui o valor de 107.541 milhares de Euros relacionado com: (i) transferência da responsabilidade de *predelivery payments* de 8 aeronaves para entidades locadoras (97.491 milhares de Euros) e (ii) a alteração do tipo de equipamento de 2 aeronaves (10.050 milhares de Euros), no âmbito do processo de aquisição da nova frota, por conta de um crédito atribuído pela Airbus. A 31 de dezembro de 2017, encontra-se por utilizar o montante de 5.063 milhares de Euros, o qual está registado na rubrica “Outras contas a receber correntes” (Nota 11), que será utilizado em futuros *predelivery payments*.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Depreciações, amortizações e perdas por imparidade” da demonstração consolidada dos resultados pela sua totalidade (Nota 32).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Equipamento básico” tem a seguinte composição:

	2018			2017		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	719.791	(636.647)	83.144	467.678	(399.309)	68.369
Reatores de reserva	11.967	(7.812)	4.155	18.547	(14.082)	4.465
Sobressalentes	125.420	(92.317)	33.103	119.686	(89.907)	29.779
	857.178	(736.776)	120.402	605.911	(503.298)	102.613
Equipamento de voo em regime de locação financeira						
Frota aérea	538.556	(446.428)	92.128	796.171	(684.221)	111.950
Reatores de reserva	33.908	(524)	33.384	-	-	-
	572.464	(446.952)	125.512	796.171	(684.221)	111.950
Máquinas e aparelhagem diversa	119.580	(99.884)	19.696	116.887	(98.807)	18.080
	1.549.222	(1.283.612)	265.610	1.518.969	(1.286.326)	232.643

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a frota aérea do Grupo decompõe-se da seguinte forma:

	2018					2017				
	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	ACMI	Total	Propriedade Grupo TAP	Locação financeira	Locação operacional	ACMI	Total
Airbus A340	4	-	-	-	4	4	-	-	-	4
Airbus A330	3	-	14	-	17	-	3	15	-	18
Airbus A330 NEO	-	-	3	-	3	-	-	-	-	-
Airbus A319	-	9	12	-	21	-	9	12	-	21
Airbus A320	-	5	16	-	21	1	4	15	-	20
Airbus A320 NEO	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-
Airbus A321	-	2	2	-	4	-	2	2	-	4
Airbus A321 NEO	-	-	4	-	4	-	-	-	-	-
Fokker 100	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
Embraer 145	7	-	-	-	7	-	7	-	-	7
Embraer 190	-	-	9	-	9	-	-	9	-	9
Embraer 195	-	-	4	-	4	-	-	4	-	4
ATR 72	-	-	-	8	8	-	-	-	8	8
	14	16	65	8	103	9	25	57	8	99

No decorrer do ano de 2018 ocorreram as seguintes alterações na frota aérea:

- entrada em operação/*phase in* das quatro primeiras aeronaves da frota NEO contratadas previamente com a Airbus, dois A321 NEO e dois A330 NEO. De referir que um dos A330 NEO só começou a operação comercial em 2019;
- entrada em operação/*phase in* de quatro aeronaves *placement* (um A320 NEO, dois A321 NEO e um A330 NEO). De salientar que a aeronave A330 NEO só começou a operação comercial em 2019;
- entrada em operação de 2 aeronaves da Aigle Azur: uma aeronave A319 e uma aeronave A320;
- *phase-out* de uma aeronave A319 em novembro de 2018;
- *phase-out* de uma aeronave A330 em junho de 2018;
- término dos contratos de locação dos 3 A330 e das 7 aeronaves Embraer 145, passando a ser propriedade do Grupo TAP; e
- alienação das últimas 4 aeronaves Fokker 100.

5 - Propriedades de investimento

À data de 31 de dezembro de 2017 a rubrica de propriedades de investimento reporta-se ao valor atribuído a: i) um imóvel em Maputo (Moçambique), ii) dois apartamentos em Sacavém e iii) um apartamento no Porto. Durante o ano de 2018 foram transferidos para esta rubrica um imóvel em Faro e outro em Roma (Itália), sendo que este último foi alienado no segundo semestre de 2018.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os movimentos registados nas propriedades de investimento foram como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	2.126	2.248
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos (Notas 24 e 29)	1.353	(122)
Alienações	(361)	-
Transferências	110	-
Saldo final	3.228	2.126

O justo valor das propriedades de investimento foi determinado por avaliador independente, com qualificação profissional reconhecida, tendo os métodos e pressupostos significativos, aplicados na determinação do justo valor das propriedades, sido suportado por evidências do mercado.

As quantias reconhecidas nos lucros ou prejuízos do exercício, associadas a rendimentos de rendas e gastos operacionais diretos, são imateriais no conjunto das demonstrações financeiras do Grupo.

6 - Goodwill

No decurso dos exercícios de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na rubrica “Goodwill” foi conforme segue:

	2018			
	Saldo inicial	Perdas de imparidade do exercício	Variação cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	72.085	-	(7.642)	64.443
	135.184	-	(7.642)	127.542

	2017			
	Saldo inicial	Perdas de imparidade do exercício	Variação cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	108.961	(22.000)	(14.876)	72.085
	172.060	(22.000)	(14.876)	135.184

O montante negativo de 7.642 milhares de Euros refere-se à variação cambial, do *goodwill* da Manutenção e Engenharia Brasil, que se encontra denominado em reais no montante de 286.387 milhares de reais líquido de imparidade (montante antes de imparidade ascendia a 373.791.337 reais).

Conforme preconizado pela IAS 36, o *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade efetuados numa base anual, conforme política contabilística descrita na Nota 2.10.

O *goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos de caixa (“CGU’s”) do Grupo, identificadas de acordo com o segmento de negócio e com o país da operação, conforme segue:

	2018		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	64.443	64.443
	63.099	64.443	127.542

	2017		
	Transporte Aéreo	Manutenção	Total
Portugal	63.099	-	63.099
Brasil	-	72.085	72.085
	63.099	72.085	135.184

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU’s, é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo, por norma, utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

No caso da unidade de negócio da Manutenção e Engenharia Brasil foi utilizado um orçamento para o ano seguinte e uma estimativa para o período subsequente de 7 anos, que incorporou, nomeadamente, a recuperação dos prejuízos fiscais existentes na estimativa de fluxos de caixa.

Tendo em consideração a evolução da atividade de manutenção e engenharia do Brasil e o teste de imparidade efetuado à respetiva unidade geradora de caixa, à data de 31 de dezembro de 2017, foi reconhecida uma perda por imparidade no montante de 87.404 milhares de reais (22.000 milhares de Euros) nos resultados consolidados desse exercício.

Em resultado dos testes de imparidade efetuados às diferentes CGU’s, em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas perdas por imparidade no *goodwill*.

Os principais pressupostos utilizados, para efeitos de testes de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2018	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	12,0%
CAGR da receita**	0,5%	8,7%
CAGR de custos**	--	7,5%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	29,5%	34,0%

31 de dezembro de 2017	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	13,0%
CAGR da receita**	4,1%	6,4%
CAGR de custos**	--	3,2%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	29,5%	34,0%

* Taxa de desconto líquida de impostos

** *Compound Annual Growth Rate* - taxa de crescimento, ano após ano, de um investimento durante um determinado período de tempo

Os testes de imparidade, realizados em 2018, sustentam a recuperabilidade da quantia escriturada das referidas unidades geradoras de caixa, após o reconhecimento de uma perda por imparidade na unidade de manutenção e engenharia no Brasil em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2018 o valor contabilístico da unidade do transporte aéreo ascende a 178.093 milhares de Euros (2017: 304.077 milhares de Euros), sendo que o valor contabilístico da unidade de manutenção no Brasil é negativo em 265.448 milhares de Euros (2017: negativo em 267.932 milhares de Euros).

7 - Ativos intangíveis

No decurso dos exercícios de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na rubrica “Ativos intangíveis” foi conforme segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 1 de janeiro de 2017	11.952	3.377	-	-	15.329
Aquisições	-	425	1.557	-	1.982
Diferenças de câmbio	-	(15)	-	-	(15)
Saldo a 31 de dezembro de 2017	11.952	3.787	1.557	-	17.296
Aquisições	-	6.090	3.555	1.216	10.861
Regularizações, transferências e abates	-	452	(452)	-	-
Diferenças de câmbio	-	(10)	-	-	(10)
Saldo a 31 de dezembro de 2018	11.952	10.319	4.660	1.216	28.147
Amort. acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo a 1 de janeiro de 2017	(11.952)	(1.873)	-	-	(13.825)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 32)	-	(426)	-	-	(426)
Diferenças de câmbio	-	11	-	-	11
Saldo a 31 de dezembro de 2017	(11.952)	(2.288)	-	-	(14.240)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 32)	-	(2.593)	-	-	(2.593)
Diferenças de câmbio	-	9	-	-	9
Saldo a 31 de dezembro de 2018	(11.952)	(4.872)	-	-	(16.824)
Valor líquido a 31 de dezembro de 2017	-	1.499	1.557	-	3.056
Valor líquido a 31 de dezembro de 2018	-	5.447	4.660	1.216	11.323

As adições ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 10.861 milhares de Euros, respeitam, maioritariamente, ao sistema de gestão de tripulações “Apolo”, no montante de 7.504 milhares de Euros.

8 - Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 a participação financeira na SPdH encontrava-se reduzida a zero e as responsabilidades imputáveis ao Grupo TAP encontravam-se registadas em provisões (Nota 18).

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 esta participação apresenta-se como segue:

2018								
	% detida	Saldo inicial	Reclassificação	Variações com efeitos em resultados (Nota 25)	Variações com efeitos em capital	Outros Movimentos	Dividendos	Saldo final
Partes de capital								
SPdH	49,9%	5.706	-	3.737	18	(741)	(5.398)	3.322
		5.706	-	3.737	18	(741)	(5.398)	3.322

2017								
	% detida	Saldo inicial	Reclassificação	Variações com efeitos em resultados (Nota 25)	Variações com efeitos em capital	Outros Movimentos (Nota 18)	Prestações acessórias de capital	Saldo final
Partes de capital								
SPdH	49,9%	-	4.700	3.250	33	(1.277)	(1.000)	5.706
		-	4.700	3.250	33	(1.277)	(1.000)	5.706

Em 17 de março de 2009, um consórcio de três bancos (BIG, Banif e Banco Invest) transferiu para a TAP S.A. a participação detida na SPdH (50,1%) por 31,6 milhões de Euros. Na mesma data, e durante o período de pendência do processo de concentração na Autoridade da Concorrência (“AdC”), a TAP S.A. transferiu o exercício dos seus direitos de voto e supervisão, enquanto acionista maioritária da SPdH, para uma entidade independente face ao Grupo TAP.

A AdC deliberou, em 19 de novembro de 2009, após uma investigação aprofundada, adotar uma decisão de proibição, relativamente à operação de concentração, que consistia na aquisição, pela TAP S.A., do controlo exclusivo da SPdH, mediante a aquisição de uma participação de 50,1% do capital social da SPdH.

A AdC, impôs, assim, a obrigação de separação da SPdH mediante a alienação, por parte do Grupo TAP, das ações referentes a, pelo menos, 50,1% do capital social da SPdH. Até à venda, o regulador impôs que a gestão da SPdH fosse efetuada por um mandatário de gestão, que agia em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugália e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação

da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasagal, SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial.

As licenças de atividade da SPdH para prestação de serviços de *handling* a terceiros, em Lisboa e no Porto, nas categorias 3 (assistência a bagagem), 4 (assistência a carga e correio) e 5 (assistência de operações em pista), de acesso reservado, tinham data de termo de vigência inicial reportada a 31 de dezembro de 2011. Porém, os Decretos-Lei n.º19/2012 de 27 de janeiro e o n.º57/2014 de 11 de abril vieram possibilitar ao então Instituto Nacional de Aviação Civil (“INAC”) a prorrogação a título excepcional das licenças de acesso à atividade de assistência em escala nas referidas categorias, nos aeroportos do Porto e Lisboa, até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, a selecionar no âmbito dos concursos públicos lançados em setembro em 2014, iniciassem a sua atividade.

Em setembro de 2014 a Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”), nova designação do INAC, lançou 9 concursos públicos para atribuição de licenças de acesso à atividade de assistência em escala nas categorias de bagagem, operações em pista e carga nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro. A SPdH concorreu a todos os concursos, sendo que a 31 de dezembro de 2018 o *status* é conforme segue:

→ **Licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala no Aeroporto do Porto**

Foram atribuídas as licenças para as três categorias em concurso: categoria 3 (assistência a bagagem), em 10 de novembro de 2016, categoria 4 (assistência a carga e correio) e categoria 5 (assistência a operações em pista), em 15 de novembro de 2017 com validade até 15 de novembro de 2024.

→ **Licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala no Aeroporto de Faro**

Foram atribuídas as licenças para as três categorias em concurso (3, 4 e 5), em 23 de outubro de 2017 com validade até 23 de outubro de 2024.

→ **Licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala no Aeroporto de Lisboa**

Em 20 de abril de 2018 foram atribuídas à SPdH as licenças para as três categorias em concurso (3, 4 e 5) na escala de Lisboa, tendo validade até 20 de abril de 2025.

Para as licenças de exercício de atividade e de ocupação aplicáveis aos aeroportos da Madeira e do Porto Santo, as mesmas foram atribuídas pela ANAC a 1 de janeiro de 2017 com validade até 1 de janeiro de 2023.

De salientar que em 30 de novembro de 2017 a SPdH reembolsou à TAP SGPS prestações acessórias no valor total de 1.000 milhares de Euros.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a SPdH procedeu à distribuição de dividendos, conforme deliberado em Assembleia Geral a 26 de abril de 2018, no montante de 5.398 milhares de Euros.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a informação financeira relativa à empresa associada SPdH é conforme segue:

	2018				
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	37.751	6.657	31.094	143.072	6.005

	2017				
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	38.444	11.435	27.009	124.270	8.708

9 - Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os outros ativos financeiros apresentavam-se do seguinte modo:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações do Tesouro de Angola	13.225	-	34.853	45.960
Depósitos bancários na Guiné Bissau	-	1.728	-	1.683
SITA Group Foundation	-	648	-	648
Outros	-	212	-	212
	13.225	2.588	34.853	48.503
Perdas de imparidade	-	(1.742)	-	(1.698)
	13.225	846	34.853	46.805

No decorrer do exercício de 2016 foram subscritas “Obrigações do Tesouro de Angola” no montante total de 6.899.934 milhares de kwanzas (34.853 milhares de Euros), correspondentes à taxa de câmbio original de 165,074 kwanzas por dólares. As referidas obrigações foram parcialmente alienadas no decorrer do ano de 2018 (3.347.292 milhares de kwanzas), e o remanescente foi reembolsado na data de maturidade (6 de dezembro de 2018).

No decorrer do exercício de 2017 foram subscritas “Obrigações do Tesouro de Angola” no montante total de 9.099.958 milhares de kwanzas (45.960 milhares de Euros), correspondentes à taxa de câmbio original de 165,095 kwanzas por dólares (subscrição de 6.599.993 milhares de kwanzas) e 165,098 kwanzas por dólares (subscrição de 2.499.965 milhares de kwanzas), com data de maturidade de 19 de fevereiro de 2019 e 5 de dezembro de 2019, respetivamente, e encontram-se igualmente indexadas ao valor do dólar. Destas obrigações, em 2018, foi alienado o montante correspondente a 4.641.672 milhares de kwanzas (24.555 milhares de Euros) que maturavam em 19 de fevereiro de 2019.

No decorrer do exercício de 2018 foram, igualmente, subscritas “Obrigações do Tesouro de Angola” no montante total de 2.000.032 milhares de kwanzas (7.498 milhares de Euros), correspondentes à taxa de câmbio original de 214,829 kwanzas por dólares, com data de maturidade de 12 de abril de 2021, e indexadas ao valor do dólar. Todavia, as referidas obrigações foram integralmente vendidas entre os meses de abril e maio de 2018.

Em novembro de 2018 as “Obrigações do Tesouro de Angola” com maturidade inferior a 3 meses foram transferidas para a rubrica de caixa e seus equivalentes, no montante total de 1.958.321 milhares de kwanzas (10.336 milhares de Euros). Em 31 de dezembro de 2018 este montante ascendia a 10.360 milhares de Euros (Nota 15).

O montante apresentado relativo a SITA Group Foundation refere-se, essencialmente, a 519.778 certificados (títulos de capital não cotados) daquela empresa, entidade fundada pela Société International de Télécommunications A ronautiques.

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios de 2018 e 2017 foi como segue:

	2018		2017	
	Corrente	N�o corrente	Corrente	N�o corrente
Saldo inicial	34.853	46.805	-	40.560
Aumentos	7.498	-	-	47.273
Diminui�es	(66.543)	-	-	(48)
Transfer�ncias	47.273	(47.273)	39.654	(39.654)
Variac�o cambial	480	1.314	(4.801)	(1.326)
Outros movimentos	(10.336)	-	-	-
Saldo final	13.225	846	34.853	46.805

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades de outros ativos financeiros, nos exercícios de 2018 e 2017,   como segue:

	2018	2017
A 1 de janeiro	1.698	1.827
Variac�o cambial	44	(129)
A 31 de dezembro	1.742	1.698

10 - Ativos e passivos por impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota 2.15., o Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos ativos e passivos, bem como com os prejuízos fiscais reportáveis existentes   data da demonstra o da posi o financeira consolidada.

O Grupo TAP entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos na demonstra o da posi o financeira consolidada são recuperáveis, quer seja através da sua utiliza o na redu o do resultado tributável futuro, tendo por base o resultado da TAP S.A. previsto no orçamento para o ano de 2019 e

projeções de resultados para os anos subsequentes, ajustadas de diferenças entre os resultados contábilísticos e fiscais, quer seja através da reversão de passivos por impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 21%. No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 29,5%, quando se entendeu como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se, ainda, dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registrados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017, são como segue:

	2018			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 34)	Variações com efeitos no rendimento integral	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	20.750	20.793	-	41.543
Responsabilidades com benefícios de reforma	16.324	4.509	5.012	25.845
Perdas de imparidade em inventários	9.473	(1.260)	-	8.213
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	3.300	1.397	-	4.697
Perdas de imparidade de contas a receber	7.082	185	-	7.267
Instrumentos financeiros derivados (Nota 16)	-	-	12.190	12.190
Benefícios fiscais	-	442	-	442
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	138	(10)	-	128
	57.067	26.056	17.202	100.325
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	19.942	(918)	-	19.024
	19.942	(918)	-	19.024
		26.974	17.202	
	2017			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 34)	Variações com efeitos no rendimento integral	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	35.461	(14.711)	-	20.750
Responsabilidades com benefícios de reforma	15.153	(890)	2.061	16.324
Perdas de imparidade em inventários	8.460	1.013	-	9.473
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	1.091	2.209	-	3.300
Perdas de imparidade de contas a receber	6.962	120	-	7.082
Instrumentos financeiros derivados (Nota 16)	175	-	(175)	-
Benefícios fiscais	136	(136)	-	-
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	133	5	-	138
	67.571	(12.390)	1.886	57.067
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	19.422	520	-	19.942
	19.422	520	-	19.942
		(12.910)	1.886	

→ Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados em 2014 e 2015 são reportáveis durante um período de doze anos, e os prejuízos fiscais gerados em 2018 são reportáveis durante um período de cinco anos, após a sua ocorrência, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 70% do lucro tributável.

No caso do Brasil, a respetiva legislação fiscal em vigor não prevê um limite de reporte para os prejuízos fiscais, contudo, a dedução dos mesmos encontra-se limitada a 30% do lucro tributável dos exercícios seguintes.

O Grupo TAP considera que são recuperáveis parte dos prejuízos fiscais reportáveis, através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente. De referir que, apesar do Grupo ter vindo a proceder ao exercício do seu legítimo direito de contestação, não foram registados impostos diferidos ativos relacionados com os prejuízos fiscais reportáveis que resultaram da operação de securitização nos anos de 2014 e 2015, no montante de 99 milhões de Euros, atualmente em discussão em tribunal tributário.

Os prejuízos fiscais reportáveis em 31 de dezembro de 2018 e utilizados em 2017 detalham-se conforme segue:

1 de janeiro de 2018	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
TAP SGPS	-	-	3.549	2.138	1.016	-	n/a	6.703
TAP S.A.	-	-	31.072	169.239	-	-	n/a	200.311
UCS	-	95	-	-	-	-	n/a	95
TAP M&E Brasil	18.402	15.370	39.543	7.305	8.886	25.998	n/a	115.504
	18.402	15.465	74.164	178.682	9.902	25.998	n/a	322.613

Caducados não utilizados em 2018	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
UCS	-	(95)	-	-	-	-	n/a	(95)
	-	(95)	-	-	-	-	n/a	(95)

31 de dezembro de 2018	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 Estimativa	Total
TAP SGPS	-	-	3.549	2.138	1.016	-	19.737	26.440
TAP S.A.	-	-	31.072	169.239	-	-	79.971	280.282
TAP M&E Brasil	18.402	15.370	39.543	7.305	8.886	25.998	11.893	127.397
Portugália	-	-	-	-	-	-	773	773
TAPGER	-	-	-	-	-	-	348	348
	18.402	15.370	74.164	178.682	9.902	25.998	112.722	435.240

Ano limite de dedução em Portugal	2018	2026	2027	2028	2022	2023
------------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

A partir de 2017, a maioria das subsidiárias do Grupo com sede em Portugal, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

11 – Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a decomposição da rubrica de outras contas a receber é como se segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes	238.902	-	353.446	-
Depósitos de garantia	6.031	55.168	-	46.940
Acréscimos de ganhos	20.866	-	10.767	-
Adiantamentos a fornecedores	20.418	-	23.540	-
Outros devedores	113.554	52.690	64.738	50.226
Perdas de imparidade de contas a receber	(78.357)	(1.921)	(78.400)	(1.921)
	321.414	105.937	374.091	95.245

Para os exercícios apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

→ Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de clientes detalha-se como se segue:

	2018	2017
Clientes, conta corrente	184.846	299.882
Clientes de cobrança duvidosa	54.056	53.564
	238.902	353.446
Perdas de imparidade de clientes	(73.671)	(73.701)
	165.231	279.745

A decomposição desta rubrica, por tipo de cliente, é conforme segue:

	2018	2017
Entidades privadas	72.936	176.225
Agências de viagem	49.501	65.615
Companhias de aviação	31.322	33.452
Entidades relacionadas (Nota 36)	4.584	786
Outros	6.888	3.667
	165.231	279.745

A diminuição ocorrida no saldo de clientes decorre, essencialmente, do efeito da operação, efetuada em dezembro de 2018, de venda sem recurso de recebíveis de vendas parceladas de cartões de crédito, no montante de 66.381 milhares de Euros.

Os saldos a receber de agências de viagens e de companhias de aviação são regularizados, essencialmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* (“BSP”) e *IATA Clearing House*.

→ Depósitos de garantia de contratos de locação

Os depósitos de garantia são constituídos no âmbito dos contratos de locação operacional para aviões e reatores que serão devolvidos, sem juros, à medida que esses aviões e reatores forem sendo restituídos aos locadores. O aumento verificado nesta rubrica está relacionado com os depósitos de garantia associados a novos contratos de locação operacional realizados no exercício de 2018, para aeronaves e reatores que entraram em operação no presente exercício e para aeronaves que entrarão em operação no futuro. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de entidades relacionadas, no montante de 3.828 milhares de Euros e 3.298 milhares de Euros, respetivamente refere-se, também, a depósitos de garantia prestados, essencialmente, à Azul S.A. (Nota 36).

→ Acréscimos de ganhos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o valor registado na rubrica de acréscimos de ganhos decompõe-se do seguinte modo:

	2018	2017
Trabalhos para companhias de aviação	9.894	2.872
Facilidades de aeroporto - Incentivos	3.797	-
Entidades relacionadas (Nota 36)	2.759	-
Combustíveis	-	3.201
Outros	4.416	4.694
	20.866	10.767

A rubrica de trabalhos para companhias de aviação corresponde aos ativos de contratos de clientes, conforme previsto pela IFRS 15.

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de combustíveis é composta pelo ganho efetivo dos instrumentos financeiros derivados terminados em 31 de dezembro de 2017, cujo recebimento ocorreu no início de 2018.

→ Adiantamentos a fornecedores

Os montantes registados em adiantamentos a fornecedores resultam, essencialmente, de adiantamentos a fornecedores de serviços de manutenção.

→ **Outros devedores – Não corrente**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o valor registado na rubrica “Outros devedores – Não corrente” corresponde a:

	2018	2017
Depósitos judiciais - Brasil	39.927	37.936
Entidades relacionadas (Nota 36)	3.828	3.298
SITA - Soci�t� International Telecommunications Aeronautiques	247	254
Outros	8.688	8.738
	52.690	50.226
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(1.921)	(1.921)
	50.769	48.305

Os depósitos judiciais no Brasil constituem depósitos de garantia associados aos diversos processos em que a subsidiária TAP M&E Brasil   parte envolvida, nomeadamente laborais, fiscais e cíveis (Nota 18).

A rubrica de entidades relacionadas diz respeito a depósitos de garantia prestados   Azul S.A. e   Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien (Nota 36).

→ **Outros devedores – Corrente**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de “Outros devedores – Corrente” corresponde a:

	2018	2017
Adiantamentos relacionados com contratos de loca�o	45.367	-
Valores a receber de fornecedores	18.531	9.105
Pessoal	15.458	13.424
Fatura�o Interline e outros	8.829	10.925
IVA das Representa�es	2.738	2.469
Cau�es e garantias	2.679	1.781
Entidades relacionadas (Nota 36)	1.014	824
Airbus	-	5.063
Pasogal, SGPS, S.A. (Nota 8)	-	3.000
Outros	18.938	18.147
	113.554	64.738
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(4.686)	(4.699)
	108.868	60.039

A rubrica de adiantamentos relacionados com contratos de loca o corresponde a montantes antecipados ao *lessor*, recuperáveis na data de entrega da aeronave.

A rubrica “Outros”, no montante de 18.938 milhares de Euros, inclui 405 milhares de Euros relativo ao excesso de financiamento (2017: 594 milhares de Euros), registado em 31 de dezembro de 2018, do Fundo de Pensões Horizonte Valoriza o da subsidiária UCS. Este excesso de financiamento   reembolsável nos termos da lei e/ou dispensa de contribui es futuras (Nota 20).

→ **Perdas por imparidade de contas a receber**

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios de 2018 e 2017, é como segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	85.244
Reforços (Nota 28)	3.511
Reversões (Nota 28)	(2.257)
Utilizações	(4.296)
Ajustamento cambial	-
Transferência para ativos não correntes detidos para venda	(1.881)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	80.321
Reforços (Nota 28)	4.467
Reversões (Nota 28)	(1.410)
Utilizações	(1.916)
Ajustamento cambial	(1.184)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	80.278

12 - Inventários

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Mercadorias	73	68
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	132.846	135.087
Perdas por imparidade de inventários	(41.767)	(48.099)
	91.152	87.056

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se, essencialmente, a material técnico para utilização na reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

Durante o exercício de 2018, os inventários vendidos ou consumidos foram reconhecidos nas rubricas “Gastos com manutenção de aeronaves” e “Custo dos materiais consumidos” da demonstração consolidada dos resultados nos montantes 65.916 milhares de Euros e 180.193 milhares de Euros, respetivamente (2017: 60.481 milhares de Euros e 126.596 milhares de Euros, respetivamente) (Nota 26).

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade de inventários, nos exercícios de 2018 e 2017, é conforme segue:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2017	49.096
Reforços (Nota 28)	2.517
Reversões (Nota 28)	(980)
Utilizações	(90)
Ajustamento cambial	(2.444)
Saldo final a 31 de dezembro de 2017	48.099
Reforços (Nota 28)	2.730
Reversões (Nota 28)	(1.566)
Utilizações	(6.263)
Ajustamento cambial	(1.233)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	41.767

As utilizações de imparidade de inventários decorrem, essencialmente, da alienação de um conjunto de bens, que se encontravam obsoletos e integralmente provisionados, pelo montante de 289 milhares de Euros.

O ajustamento cambial verificado em 2018 e 2017 decorre da conversão cambial das demonstrações financeiras da subsidiária brasileira.

13 – Imposto sobre o rendimento a receber/pagar

A partir de 2017, a maioria das subsidiárias do Grupo com sede em Portugal, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos relacionados com imposto sobre o rendimento a receber ou a pagar detalham-se como segue:

	2018		2017	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar				
Pagamentos por conta	9.306	-	-	1.801
Retenções na fonte	640	-	-	3.144
Estimativa de IRC (Nota 34)	(1.518)	-	-	(15.444)
Outros	36	(19)	1.411	20
	8.464	(19)	1.411	(10.479)

14 – Outros ativos correntes

Os outros ativos correntes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalham-se conforme segue:

	2018	2017
Diferimentos de gastos	54.669	22.982
Estado	10.307	13.707
	64.976	36.689

→ Diferimento de gastos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de diferimento de gastos detalha-se como segue:

	2018	2017
Locação de aeronaves e reatores	34.228	10.219
Rendas e alugueres	4.955	4.190
Comissões	1.872	2.753
Entidades relacionadas (Nota 36)	4.708	598
Outros custos diferidos	8.906	5.222
	54.669	22.982

O aumento de gastos diferidos relacionados com locações de aeronaves e reatores decorre do aumento do número de aeronaves em regime de locação operacional. Adicionalmente, esta rubrica inclui o montante de 5.336 milhares de Euros relativo a despesas incorridas com contratos já firmados de locação de aeronaves, que ainda não se encontram em operação.

As comissões respeitam a valores pagos a agentes por bilhetes vendidos, mas ainda não voados e não caducados, até 31 de dezembro de 2018 e 2017.

→ Estado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos desta rubrica detalham-se como segue:

	2018	2017
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	5.163	8.516
Estado - Brasil	4.432	4.768
Outros	712	423
	10.307	13.707

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo devedor do IVA refere-se aos pedidos de reembolsos, ainda não recebidos, relativos aos meses de novembro e dezembro de 2018.

15 - Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta os seguintes valores:

	2018	2017
Depósitos a prazo	158.475	104.178
Depósitos à ordem	64.178	63.305
Outros depósitos e títulos	10.488	133
Numerário	63	118
Caixa e depósitos bancários na demonstração da posição financeira	233.204	167.734
Depósitos bancários restritos	-	83
Outros depósitos	(10.360)	-
Caixa e seus equivalentes da demonstração dos fluxos de caixa	222.844	167.817

A rubrica de outros depósitos e títulos inclui "Obrigações do Tesouro de Angola" que têm uma maturidade inferior a 3 meses no montante de 10.360 milhares de Euros (Nota 9).

Os excedentes de tesouraria são, normalmente, investidos em aplicações financeiras de curto prazo, vencendo juros a taxas normais de mercado.

Depósitos bancários restritos

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a continuação da deterioração da situação económica da Venezuela gerou uma desvalorização da taxa SIMADI bastante significativa. Apesar de se manterem as dificuldades de repatriamento das disponibilidades retidas na Venezuela, atendendo ao facto das disponibilidades serem utilizadas para fazer face aos gastos locais e à imaterialidade do montante, estas disponibilidades encontram-se classificadas, em 31 de dezembro de 2018, na rubrica “Caixa e seus equivalentes”, no montante de 14 milhares de Euros.

16 - Capital próprio

O capital nominal do Grupo TAP, no valor de 15.000 milhares de Euros, é composto por 1.500.000 ações nominativas de 10 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, foram transmitidas à Atlantic Gateway 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Em 30 de junho de 2017 foi formalizado o final do processo de renegociação da participação do Estado Português no Grupo TAP, o qual foi precedido da oferta pública de venda de ações representativas de 5% do capital social da TAP SGPS, destinada aos trabalhadores do Grupo, conforme referido na Nota 1. Neste âmbito, a TAP SGPS passou a ser detida em 50% pela Parpública, em 45% pela Atlantic Gateway e em 5% pelos trabalhadores do Grupo TAP.

→ Prestações suplementares

Por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, datada de 12 de novembro de 2015, a acionista Atlantic Gateway procedeu a uma entrada em dinheiro, totalmente realizada, no montante de 154.353 milhares de Euros sob a forma de prestações suplementares, compostas por duas tranches, uma de 15.000 milhares de Euros e outra de 150.000 milhares de dólares. Estas prestações suplementares não são remuneradas e não poderão ser restituídas antes de decorrido o prazo de 30 anos, não se encontrando definido o seu reembolso posterior a essa data. No caso de ocorrência de reembolso após essa data, a respetiva deliberação deverá ser tomada em Assembleia Geral por, pelo menos, 76% dos votos correspondente ao capital social com direito de voto.

Em 2016, e na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas de 29 de março de 2016, a acionista Atlantic Gateway procedeu a entradas em dinheiro em quatro tranches de 19.188 milhares de dólares, totalmente realizadas, no montante total de 76.750 milhares de dólares (69.740 milhares de Euros), cujas características são similares às prestações ocorridas em 2015 acima descritas.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

→ **Outros instrumentos de capital próprio**

Em 8 de março de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, sujeito a uma taxa de juro fixa, convertível em ações da TAP SGPS, no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul S.A. e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública (Nota 1).

Em 28 de dezembro de 2018, a Parpública comunicou, através de carta, à TAP SGPS a sua decisão irrevogável de converter as obrigações convertíveis de que é titular, no montante de 30 milhões de Euros e respetivos juros vencidos até aquela data, no montante de 6.297 milhares de Euros, em ações especiais de conteúdo patrimonial representativas do capital social da TAP SGPS, na última data permitida para efetuar a referida conversão, conforme definido nos documentos contratuais da emissão obrigacionista, ou em data anterior se tal vier a ser requerido pela Parpública. Para efeitos contabilísticos estas obrigações qualificam como um valor mobiliário obrigatoriamente convertível (“VMOC”).

→ **Reservas legais**

A reserva legal foi constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do exercício até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2018 e 2017 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

→ Reservas de conversão cambial

As diferenças de câmbio, resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira, são registadas no capital próprio nesta rubrica:

	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	106.538	26.954	-	133.492
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(165.187)	-	(42.800)	(207.987)
	(58.649)	26.954	(42.800)	(74.495)
			(15.846)	
	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	66.322	40.216	-	106.538
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(103.191)	-	(61.996)	(165.187)
	(36.869)	40.216	(61.996)	(58.649)
			(21.780)	

O aumento de 26.954 milhares de Euros respeita à apropriação, pelo Grupo, das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam no Brasil, no montante favorável de 34.596 milhares de Euros, e do respetivo *goodwill*, no montante desfavorável de 7.642 milhares de Euros (Nota 6).

A diminuição de 42.800 milhares de Euros, ocorrida em 2018, respeita às diferenças de câmbio desfavoráveis, provenientes dos financiamentos concedidos, a médio e longo prazo, à TAP M&E Brasil, cuja liquidação não é provável que ocorra num futuro previsível, sendo, em substância, uma extensão do investimento líquido do Grupo naquela entidade estrangeira.

A diferença entre o montante líquido da diminuição da rubrica de reservas de conversão cambial, no montante de 15.846 milhares de Euros, e o valor registado na demonstração consolidada do rendimento integral no montante de 15.357 milhares de Euros, resulta dos valores afetos a interesses não controlados.

→ Reservas de justo valor

Em 31 de dezembro de 2018, o montante negativo de 29.132 milhares de Euros, apresentado na rubrica “Reservas de justo valor”, corresponde ao justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura (41.322 milhares de Euros), da subsidiária TAP S.A., contabilizado em conformidade com a política descrita na Nota 2.13., líquido do imposto, no montante de 12.190 milhares de Euros (Nota 10). Em 31 de dezembro de 2017 não existiam instrumentos financeiros derivados em aberto.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados decompõe-se como segue:

	2018	2017
<i>Swaps de jet fuel</i> (Nota 21)	(41.322)	-
	(41.322)	-

Os instrumentos financeiros derivados em carteira sobre o *jet fuel*, classificados como instrumentos de cobertura, apresentam durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as seguintes evoluções:

	Passivo	
	Corrente	Não Corrente
Justo valor em 1 de janeiro de 2017	-	(636)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	9.523	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	609
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	(9.523)	(609)
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	-	636
Justo valor em 31 de dezembro de 2017	-	-
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	(4.109)	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	-
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	4.109	-
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	(41.322)	-
Justo valor em 31 de dezembro de 2018	(41.322)	-

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo TAP tinha contratado derivados sobre 618.000 toneladas de jet fuel, cujo valor de mercado a essa data era de 41.322 milhares de Euros e com maturidades entre janeiro e dezembro de 2019, cobrindo aproximadamente 50% do consumo estimado mensal.

→ Resultados transitados

A rubrica “Resultados transitados” corresponde aos resultados líquidos dos exercícios anteriores, conforme deliberações efetuadas nas Assembleias Gerais. Encontram-se, ainda, registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação, pela primeira vez, das Normas Internacionais de Relato Financeiro, bem como os ganhos ou perdas com remensurações dos benefícios pós-emprego, líquidos de imposto.

→ Resultado por ação

Tendo em consideração os instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP SGPS, nomeadamente no que diz respeito à conversão das obrigações, o Grupo apresenta o seguinte resultado diluído por ação em 2018 e 2017:

	2018	2017
Resultado líquido do exercício das atividades em continuação atribuível aos acionistas da TAP SGPS	(118.039)	9.518
Resultado atribuível aos acionistas da TAP SGPS	(118.039)	21.224
Número médio ponderado de ações	1.500.000	1.500.000
Resultado básico por ação das atividades em continuação (valor em Euros)	(78,7)	6,3
Resultado diluído por ação das atividades em continuação (valor em Euros)	(72,4)	5,8
Resultado básico por ação da unidade operacional descontinuada (valor em Euros)	-	7,8
Resultado diluído por ação da unidade operacional descontinuada (valor em Euros)	-	7,2
Resultado básico por ação (valor em Euros)	(78,7)	14,1
Resultado diluído por ação (valor em Euros)	(72,4)	13,0

17 - Interesses não controlados

Os interesses não controlados que figuram na demonstração da posição financeira consolidada decompõem-se como segue:

	%	2018	2017
Interesses não controlados de capital próprio			
TAP M&E Brasil	1,36%	(5.502)	(5.229)
Cateringpor	49%	4.053	3.359
		(1.449)	(1.870)

Os interesses não controlados, presentes na demonstração consolidada dos resultados, a 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalham-se como segue:

	2018	2017
Interesses não controlados de resultado líquido		
TAP M&E Brasil	(674)	(682)
Cateringpor	1.487	884
LFP	-	1.852
	813	2.054

18 - Provisões

No decurso dos exercícios de 2018 e 2017 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	2018						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	
Provisões							
Provisão para processos judiciais em curso	19.075	6.930	(3.046)	(1.539)	(1.087)	592	20.925
Outras provisões	1.570	-	-	(34)	(118)	38	1.456
	20.645	6.930	(3.046)	(1.573)	(1.205)	630	22.381

	2017						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	
Provisões							
Provisão para processos judiciais em curso	23.243	654	-	(3.972)	(1.657)	807	19.075
Provisão para investimentos financeiros (Nota 8)	1.277	-	-	-	-	(1.277)	-
Outras provisões	1.921	-	-	(210)	(153)	12	1.570
	26.441	654	-	(4.182)	(1.810)	(458)	20.645

Destes movimentos, resultaram perdas de 5.357 milhares de Euros em 2018 e ganhos de 3.528 milhares de Euros em 2017, registados na rubrica de imparidade de contas a receber, inventários e provisões da demonstração consolidada dos resultados (Nota 28).

→ Provisão para processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas, por natureza

de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo. Em 31 de dezembro de 2018 a provisão existente, no montante de 20.925 milhares de Euros, destina-se a fazer face a diversos processos judiciais intentados contra o Grupo, no país e no estrangeiro.

O detalhe da provisão para processos judiciais em curso é conforme segue:

	2018	2017
Grupo TAP (sem a subsidiária TAP M&E Brasil)	11.798	8.779
Subsidiária TAP M&E Brasil	9.127	10.296
	20.925	19.075

Em 31 de dezembro de 2018 a subsidiária TAP M&E Brasil possuía cerca de 1.735 ações laborais (1.802 ações em 31 de dezembro de 2017). A subsidiária é devedora solidária do passivo laboral pela migração de funcionários da VARIG para a TAP M&E Brasil em 2001 e 2002. Há ações laborais propostas por ex-funcionários da VARIG, contra a subsidiária e contra a TAP S.A., que não migraram em 2001 e 2002 e nunca foram funcionários da VEM (atual TAP M&E Brasil). Estas ações laborais podem ser divididas em 4 categorias: (i) ações sindicais; (ii) ações propostas por aeronautas; (iii) ações propostas por ex-funcionários da VARIG contra esta e contra o Grupo, reclamando a sucessão do vínculo laboral e (iv) ações propostas por prestadores de serviços solicitando a responsabilidade do Grupo face aos débitos laborais eventualmente deferidos.

Em maio de 2017, a subsidiária TAP M&E Brasil obteve uma importante e definitiva decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que determinou que a Empresa não é responsável pelas dívidas a ex-funcionários da VARIG. Neste momento, a subsidiária pretende efetivar esta decisão para os cerca de 602 casos que ainda se encontram pendentes.

Relativamente às ações impostas pelos seus próprios ex-empregados, a subsidiária obteve uma importante decisão através de Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, embora não definitiva, que reconhece que a transmissão da atual TAP M&E Brasil ocorreu livre de encargos e contingências, o que tem impacto nas ações laborais/fiscais, nomeadamente por processos com factos geradores anteriores à compra.

→ Outras provisões

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

	2018	2017
Subsidiária TAP M&E Brasil:		
Provisão para contingências tributárias	732	790
Provisão para contingências cíveis	287	307
Restantes subsidiárias:		
Outras provisões	437	473
	1.456	1.570

Provisão para contingências tributárias e cíveis

A subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida em processos tributários que se encontram a decorrer, tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais e/ou penhora de bens.

A subsidiária TAP M&E Brasil aderiu, em 2009, ao Programa de Recuperação Fiscal, denominado REFIS, e parcelou a totalidade das contingências federais, cuja probabilidade de êxito se encontrava classificada como remota, compensando parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), tendo, naquela data, reduzido à sua dívida o montante de 49.448 milhares de Euros.

Em 9 de julho de 2014 foi promulgada a Medida Provisória nº 651/2014 (MP 651, convertida na Lei 13.043/14) que, entre outros temas, permitia ao contribuinte a possibilidade de pagamento antecipado das dívidas de natureza fiscal, desde que parcelados, com uso de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de CSLL.

Neste sentido, a TAP M&E Brasil, mediante parecer legal do referido advogado sobre as condições legais para o benefício das medidas regulamentadas pelo artigo 33º da Medida Provisória, concluiu sobre o cumprimento desses critérios. Consequentemente, a Empresa liquidou 30% da dívida no montante de 71.234 milhares de reais e compensou o restante com os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de 166.214 milhares de reais (51.594 milhares de Euros). Este ganho foi registado, em 2014, na rubrica de outros rendimentos e ganhos, tendo em consideração que o mesmo decorre, essencialmente, de contribuições previdenciárias que foram registadas nos gastos operacionais.

Adicionalmente, decorrente do critério contabilístico adotado, a subsidiária solicitou um parecer legal sobre o tratamento fiscal relativamente aos efeitos decorrentes da regularização do REFIS com base nos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, onde se verifica que se trata de uma alteração na forma de utilização de um direito já existente, não havendo lugar a interpretação de que tenha sido criado um novo direito, independentemente da sua classificação contabilística. Neste sentido, o ganho operacional originado pela compensação do parcelamento não foi sujeito à tributação de Imposto de Renda, Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Segurança Social (“COFINS”).

Ver ainda Nota 38 – Contingências.

A movimentação ocorrida na provisão para contingências tributárias e cíveis foi conforme segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.437
Reversão por revisão de estimativa	(197)
Variação cambial	(153)
Outros movimentos	10
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.097
Reversão por revisão de estimativa	-
Variação cambial	(118)
Outros movimentos	40
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.019

19 – Passivos remunerados

→ Dívida remunerada corrente e não corrente

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a dívida remunerada detalha-se como segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	151.085	499.856	7.500	580.940
Acréscimo de gastos com juros	3.630	-	3.943	-
Encargos iniciais	(3.953)	(4.812)	(3.217)	(6.775)
Dívida bancária remunerada	150.762	495.044	8.226	574.165
Empréstimo obrigacionista	-	90.000	-	120.000
Acréscimo de gastos com juros	-	20.161	-	15.845
Empréstimo obrigacionista	-	110.161	-	135.845
Locação financeira	30.169	102.441	106.628	46.331
Acréscimo de gastos com juros	563	-	480	-
Encargos iniciais	(258)	(431)	(582)	(219)
Locações financeiras	30.474	102.010	106.526	46.112
Total passivos remunerados	181.236	707.215	114.752	756.122

→ Dívida líquida remunerada

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	2018	2017
Dívida a terceiros remunerada		
Não corrente	707.215	756.122
Corrente	181.236	114.752
	888.451	870.874
Caixa e seus equivalentes (Nota 15)		
Numerário	63	118
Outros depósitos e títulos	10.488	133
Depósitos à ordem	64.178	63.305
Depósitos a prazo	158.475	104.178
	233.204	167.734
Dívida líquida remunerada	655.247	703.140

→ Empréstimos bancários

No âmbito do Acordo de Compra e Venda de Ações da TAP SGPS, em complemento com o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP”, referidos na Nota 1, em 30 de junho de 2017 foi realizada a reestruturação da dívida bancária do Grupo TAP, estando as principais alterações relacionadas com as maturidades e condições financeiras dos empréstimos, nomeadamente indexante e *spread* aplicável.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os empréstimos bancários (acrescidos de gastos com juros e deduzidos de encargos iniciais), por maturidade e por tipo de taxa de juro, decompõem-se como segue:

	2018	2017
Até 1 ano	150.762	8.226
De 1 ano até 2 anos	168.736	128.744
De 2 anos até 3 anos	147.813	135.795
De 3 anos até 4 anos	131.822	131.122
De 4 anos até 5 anos	9.455	131.831
Superior a 5 anos	37.218	46.673
	645.806	582.391

	2018	2017
Taxa variável		
Expira num ano	142.667	9
Expira entre 1 e 2 anos	155.076	121.434
Expira entre 2 e 3 anos	139.527	122.136
Mais de 3 anos	168.099	290.945
	605.369	534.524
Taxa fixa		
Expira num ano	8.095	8.217
Expira entre 1 e 2 anos	13.660	7.310
Expira entre 2 e 3 anos	8.286	13.659
Mais de 3 anos	10.396	18.681
	40.437	47.867
	645.806	582.391

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 todos os empréstimos estão denominados em Euros.

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vincendos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de liquidez (Nota 3).

→ Empréstimo obrigacionista

Em 8 de março de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, sujeito a uma taxa de juro fixa, convertível em ações da TAP SGPS, no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul S.A. e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parública (Nota 1). A 31 de dezembro de 2017, ao montante do referido empréstimo de 120 milhões de Euros, acrescem juros a pagar no montante de 15.845 milhares de Euros.

Em 28 de dezembro de 2018, a Parpública comunicou, através de carta, à TAP SGPS a sua decisão irrevogável de converter as obrigações convertíveis de que é titular, no montante de 30 milhões de Euros e respetivos juros vencidos até aquela data, no montante de 6.297 milhares de Euros, em ações especiais de conteúdo patrimonial representativas do capital social da TAP SGPS, na última data permitida para efetuar a referida conversão, conforme definido nos documentos contratuais da emissão obrigacionista, ou em data anterior se tal vier a ser requerido pela Parpública (Nota 16). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de empréstimo obrigacionista compreende apenas a série A do referido empréstimo no montante de 90.000 milhares de Euros subscritos pela Azul S.A., ao qual acrescem juros a pagar no montante de 20.161 milhares de Euros.

→ **Locação financeira**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a decomposição dos passivos por locação financeira (acrescidos de gastos com juros e deduzidos de encargos iniciais), por maturidade e por tipo de taxa de juro, é como segue:

	2018	2017
Até 1 ano	30.474	106.526
1 a 2 anos	24.694	34.101
2 a 3 anos	12.989	11.748
3 a 4 anos	13.487	127
4 a 5 anos	13.891	125
Mais 5 anos	36.949	11
	132.484	152.638
	2018	2017
Taxa variável		
Até 1 ano	24.662	102.907
1 a 2 anos	18.607	30.339
2 a 3 anos	10.890	7.823
Mais de 3 anos	32.117	263
	86.276	141.332
Taxa fixa		
Até 1 ano	5.812	3.619
1 a 2 anos	6.087	3.762
2 a 3 anos	2.099	3.925
Mais de 3 anos	32.210	-
	46.208	11.306
	132.484	152.638

As locações financeiras estão denominadas nas seguintes moedas:

	2018	2017
Locação financeira em EUR	70.037	31.372
Locação financeira em USD	62.447	121.266
	132.484	152.638

O montante global de responsabilidades, acrescido dos juros vincendos, encontra-se apresentado no capítulo referente ao risco de liquidez (Nota 3).

→ **Locação operacional**

Conforme referido na Nota 2.26., estas responsabilidades não se encontram registadas na demonstração da posição financeira consolidada do Grupo. Os contratos de locação operacional do Grupo têm durações variáveis que podem ir até aos 12 anos, podendo ser prorrogados por vontade expressa das partes contraentes.

Em 31 de dezembro de 2018 existiam em regime de locação operacional 65 aeronaves e 16 reatores e em regime de ACMI 8 aeronaves, conforme detalhe na Nota 4.

Os pagamentos mínimos dos contratos de locação operacional e em regime de ACMI, não canceláveis, da frota em operação detalham-se como segue:

	2018	2017
Até 1 ano	218.110	170.371
De 1 a 2 anos	179.668	142.631
De 2 a 3 anos	156.909	109.308
De 3 a 4 anos	127.929	86.104
Mais de 4 anos	487.595	116.178
	1.170.211	624.592

Estes contratos obrigam à constituição de depósitos de garantia que em 31 de dezembro de 2018 totalizavam 65.027 milhares de Euros e em 31 de dezembro de 2017 totalizavam 50.238 milhares de Euros (Nota 11). Estes depósitos serão devolvidos, ao Grupo, à medida que os aviões são restituídos aos locadores.

Nos termos da IFRS 16 e conforme mencionado na Nota 2.3. os pagamentos mínimos não canceláveis dos contratos de locação operacional e em regime de ACMI, serão registados em 1 de janeiro de 2019 pelo seu valor descontado no ativo e no passivo.

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de *leasing* e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de *leasings* operacionais, obrigações de caráter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em *leasing*, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

Adicionalmente, na sequência da reestruturação da dívida financeira acima referida e emissão do empréstimo obrigacionista, foram assumidos compromissos de acompanhamento da *performance* financeira do Grupo TAP, através da análise e cumprimento de determinados rácios relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, nomeadamente, com os capitais próprios, EBITDAR, Net Debt/EBITDAR e dívida financeira líquida não garantida e valor mínimo de caixa e seus equivalentes não

restritos. Estes rácios pretendem acompanhar a situação financeira do Grupo TAP e aferir a sua capacidade para garantir o serviço da dívida.

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo TAP está a cumprir com os *financial covenants* a que estava sujeito.

→ Reconciliação dos fluxos de caixa dos passivos remunerados

A evolução dos passivos remunerados, e sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa, apresenta-se como segue:

	Dívida bancária remunerada	Locações financeiras
Passivos remunerados em 1 de janeiro de 2017	642.815	226.017
Recebimentos	-	55.429
Pagamentos	(55.567)	(128.100)
Varição dos descobertos bancários	(280)	-
Varição cambial	-	(91)
Outros	(4.577)	(617)
Passivos remunerados em 31 de dezembro de 2017	582.391	152.638
Recebimentos	70.000	96.397
Pagamentos	(7.500)	(53.995)
Cedência contratual de contratos de locação	-	(65.796)
Varição cambial	-	3.044
Outros	915	196
Passivos remunerados em 31 de dezembro de 2018	645.806	132.484

Os recebimentos, no montante de 70 milhões de Euros, referem-se ao financiamento celebrado em 2018 com a sucursal portuguesa de uma instituição financeira estrangeira com taxa variável.

A cedência contratual de contratos de locação decorre de contratos celebrados relativamente à nova frota, nos quais a TAP S.A. cedeu a sua posição contratual integralmente ao locador, pelo que não existirá exfluxo financeiro no futuro.

Alguns passivos remunerados apresentam garantias reais, nomeadamente as locações financeiras, um dos empréstimos obtidos junto de uma instituição nacional e o empréstimo obrigacionista (Nota 4). O financiamento celebrado em 2018 tem uma garantia parcial, do montante que estiver em dívida, de recebíveis.

20 – Pensões e outros benefícios pós-emprego

O Grupo TAP é responsável pelo pagamento de benefícios pós-emprego a empregados aposentados, pré-reformados e ainda no ativo.

→ Complementos de pensões de reforma e prestações de pré-reforma – TAP S.A. (VIVA)

De acordo com as normas vigentes na TAP S.A., esta assegura aos empregados, admitidos até 31 de maio de 1993, a diferença entre a pensão de reforma, por limite de idade ou invalidez, atribuída pela Segurança Social, e um montante mínimo garantido pela TAP S.A. Este montante corresponde a uma percentagem fixa de parte do vencimento pensionável (remuneração de base + anuidades), à data da reforma, por cada ano de serviço na empresa, até um máximo de 20 anos, conforme segue:

- Pessoal navegante (pilotos e técnicos de voo) - 3,2% por ano de serviço;
- Pessoal de terra e pessoal navegante de cabine - 4% por ano de serviço.

Adicionalmente, a TAP S.A. assumiu responsabilidades pelo pagamento de prestações de pré-reforma, cujo montante é fixado, de modo a que o respetivo valor líquido a receber em situação de pré-reforma, se situe entre 75% e 100% do valor líquido que o empregado auferia no ativo na data da passagem à pré-reforma.

Em outubro de 2008 foi alterado o Acordo de Empresa com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil ("SPAC"), o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o plano de pensões pressupõe a bonificação do tempo de serviço garantida pelo Estado (de 15% ou 10%, conforme a data de início da carreira contributiva) e a possibilidade de bonificação adicional (até 25% ou 30%) por opção do beneficiário na data da passagem à reforma (esta bonificação adicional será encargo da TAP S.A.);
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: o plano de pensões é constituído por um regime de contribuição definida, no montante de 7,5% da remuneração de base efetivamente auferida (14 vezes por ano), do qual 80% é encargo da TAP S.A. Este plano está garantido por contratos de adesão a fundos abertos de pensões, sendo gerido pelo Banco Português de Investimento ("BPI"). Os contratos de adesão e a gestão são opção do SPAC, conforme previsto na regulamentação coletiva.

A TAP S.A. tem registado, a totalidade das suas responsabilidades com serviços passados pelo pagamento de complementos de pensões e prestações de pré-reforma, referente ao plano de benefícios definidos.

A quantificação das responsabilidades teve em devida consideração que, nos termos expressos da regulamentação coletiva que consagra o plano de pensões referido, a pensão total garantida pela TAP S.A., ou seja, pensão da segurança social e complemento de reforma, nunca será superior ao valor da remuneração base mensal líquida de IRS e Segurança Social no ativo. Esta premissa não é aplicável, por não estar consagrada na regulamentação coletiva referente ao pessoal navegante técnico, para o qual aquele limite não existe e o salário pensionável é constituído pelo vencimento base da tabela de remunerações, adicionado do vencimento do exercício e das senioridades.

Para cobrir as responsabilidades com o plano de benefícios definidos, a TAP S.A. celebrou um contrato de adesão ao Fundo aberto de Pensões VIVA. A partir de 2011, o encargo com complementos de reforma, constituídos desde 1998, é assumido pela adesão. O gasto anual com pensões é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente, em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante. Os encargos com complementos de reforma, constituídos até dezembro de 1997, com prestações de pré-reforma e com a parte dos complementos de reforma dos pilotos, que excede o limite referido no parágrafo anterior, são assumidos diretamente pela TAP S.A. e estão cobertos por provisão própria.

→ **Pensões - TAP M&E Brasil**

A partir de 1 de janeiro de 2002, a subsidiária TAP M&E Brasil tornou-se uma das patrocinadoras do Instituto AERUS de Segurança Social (“AERUS”), por meio de um plano de reforma complementar assegurado aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios II - VEM.

Em 2008, a subsidiária solicitou a transferência do administrador do fundo de benefícios dos seus empregados da entidade AERUS. Este processo foi, inicialmente, recusado pela sociedade gestora do fundo AERUS, que alegou que a TAP M&E Brasil possuía dívidas não reconhecidas na transferência de responsabilidades com benefícios pós-emprego, por ser co-responsável pelo *deficit* dos fundos de pensões de outros patrocinadores. A TAP M&E Brasil questionou a validade jurídica da referida dívida e foi declarado pelos órgãos competentes não haver razão para a oposição à transferência acima referida, pelo que, em 15 de junho de 2012 foi efetuada a transferência, com sucesso, para o Plano de Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social (“PETROS”), tendo sido renomeado para Plano TAPMEPrev.

Apesar de se tratar de um plano cujo benefício é de “contribuição definida”, o plano também oferece benefícios de invalidez e morte sob o conceito de “benefícios definidos”, além de garantir benefícios especiais a um grupo de empregados oriundos da VARIG, que foram absorvidos no quadro da subsidiária, aquando da cisão das operações desta empresa.

Assim, apenas a componente de benefício definido, referida anteriormente, se encontra registada na rubrica “Pensões e outros benefícios pós-emprego”.

→ **Pensões – Portugal**

A Portugal constituiu, em 1 de janeiro de 2010, um plano de contribuições definidas para o pessoal navegante técnico. Este plano é gerido pelo BPI, para o qual a subsidiária contribui mensalmente com 6% sobre o ordenado, efetivamente auferido, dos pilotos, 14 vezes por ano. Os empregados efetuam contribuições de 1,5%, podendo adicionalmente efetuar contribuições suplementares entre 1% e 5%.

→ Pensões – UCS

A UCS tem a responsabilidade, face ao que se encontra internamente regulamentado, de conceder, através de um plano de benefícios definidos, complementos de pensões de reforma na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social. Para cobrir essa responsabilidade, a Empresa subscreveu o Fundo de Pensões Horizonte Valorização. O gasto anual com pensões, que inclui as contribuições para o fundo, é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante.

→ Prémio de jubilação - PNT – TAP S.A.

O Acordo de Empresa da TAP S.A., celebrado com o SPAC prevê a garantia, por parte da TAP S.A., a favor dos pilotos admitidos até 31 de maio de 2007, para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma por velhice, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- Condições de admissão: pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- Idade normal de reforma: 65 anos;
- Garantias: cada participante terá direito, na data da reforma, a um capital, mínimo, de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O financiamento do Plano de Benefícios é efetuado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela TAP S.A. e pelo rendimento obtido, a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo, que suporta esta modalidade de seguro.

Em outubro de 2008, foi alterado o Acordo de Empresa com o SPAC, o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o prémio de jubilação é mantido, mas apenas será devido no caso de, na data da reforma, estar constituído o direito à pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano completo de prestação de serviço, após a idade de reforma antecipada, sem penalizações e com bonificação;
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: não existe direito ao prémio de jubilação.

→ Cuidados de Saúde – TAP S.A.

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a TAP S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do gasto do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A.

A TAP S.A. entende que, o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores reformados, a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS, não constitui uma obrigação, mas tão-somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente e reformados, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo TAP foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2018			2017		
	Portugal VIVA	Portugal Jubileu	Brasil	Portugal VIVA	Portugal Jubileu	Brasil
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	AT-2000	TV 88/90	TV 88/90	AT-2000
Tábua de invalidez	EKV1980	EKV1980	Mercer	EKV1980	EKV1980	Mercer
Taxa de desconto	2,00%	2,00%	9,06%	2,00%	2,00%	10,60%
Taxa de rendimento do fundo	2,00%	2,00%	9,06%	2,00%	2,00%	10,60%
Taxa de crescimento						
Salários	[1,5%-5%]	2,00%	5,04%	1,50%	1,50%	6,05%
Pensões	1,00%	1,00%	4,00%	1,00%	1,00%	5,00%
Taxa de crescimento dos custos médicos	1,50%	--	7,38%	1,50%	--	8,41%
Idade estimada de reforma	66	65	--	65	65	--

O Grupo procede à revisão anual dos pressupostos atuariais, ou sempre que ocorram eventos relevantes, com base em informação dos mercados financeiros e informação do universo de beneficiários abrangidos pelos planos.

As responsabilidades para os exercícios de 2018 e 2017 detalham-se como segue:

2018									
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	282	1.877	-	83.940	-	2.800	244	-	89.143
- Pré-reformados	38	18.282	438	-	-	-	-	1.677	20.435
- Aposentados	10.637	30.873	2.598	-	16.919	81.578	-	-	142.605
Valor de mercado dos fundos	(15.230)	-	-	(48.943)	(15.498)	(68.745)	(649)	-	(149.065)
Insuficiência(excesso)	(4.273)	51.032	3.036	34.997	1.421	15.633	(405)	1.677	103.118

2017									
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	240	1.655	-	70.211	-	5.977	81	78.164	
- Pré-reformados	60	345	19	-	-	-	-	424	
- Aposentados	10.292	33.020	2.754	-	17.059	70.122	-	133.247	
Valor de mercado dos fundos	(16.399)	-	-	(48.296)	(15.625)	(70.012)	(675)	(151.007)	
Insuficiência(excesso)	(5.807)	35.020	2.773	21.915	1.434	6.087	(594)	60.828	

O excesso de financiamento do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS, no montante de 405 milhares de Euros, encontra-se registado na rubrica de outras contas a receber (2017: 594 milhares de Euros) (Nota 11).

Os outros benefícios de reforma resultam do programa de pré-reformas existente em 2018, ao qual aderiram colaboradores do Grupo TAP que não se encontram abrangidos pelo Fundo VIVA, no montante total de 1.677 milhares de Euros (ver ainda Nota 30).

As responsabilidades para os exercícios de 2014 a 2016 detalham-se como segue:

2016									
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	359	2.313	-	67.777	-	9.545	122	80.116	
- Pré-reformados	61	367	32	-	-	-	-	460	
- Aposentados	9.959	35.424	2.908	-	16.133	68.680	-	133.104	
Valor de mercado dos fundos	(16.280)	-	-	(49.145)	(14.806)	(65.639)	(653)	(146.523)	
Insuficiência(excesso)	(5.901)	38.104	2.940	18.632	1.327	12.586	(531)	67.157	

2015									
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	324	1.841	-	58.921	-	-	9	61.095	
- Pré-reformados	83	456	45	-	-	51.319	-	51.903	
- Aposentados	9.951	37.197	2.957	-	15.859	-	-	65.964	
Valor de mercado dos fundos	(16.792)	-	-	(44.527)	(15.641)	(47.725)	(646)	(125.331)	
Insuficiência(excesso)	(6.434)	39.494	3.002	14.394	218	3.594	(637)	53.631	

2014									
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	646	1.782	-	51.203	-	-	37	53.668	
- Pré-reformados	129	476	87	-	-	9.065	-	9.757	
- Aposentados	10.536	39.836	3.116	-	15.767	58.475	-	127.730	
Valor de mercado dos fundos	(16.954)	-	-	(39.595)	(15.549)	(62.394)	(620)	(135.112)	
Insuficiência(excesso)	(5.643)	42.094	3.203	11.608	218	5.146	(583)	56.043	

De acordo com o estudo atuarial realizado por entidade independente, a melhor estimativa de contribuições para os planos de benefícios de pensões, para o exercício subsequente, é de cerca de 6 milhões de Euros da subsidiária TAP S.A. e de 3.565 milhares de Euros da subsidiária TAP M&E Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os planos de benefício definido do Grupo TAP, em Portugal (excluindo a Representação de Inglaterra e o Brasil), abrangiam 1.980 e 2.063 beneficiários no ativo, respetivamente. O total de reformados com direito a complemento de reforma (ou pré-reforma) era, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, de 689 e 650 beneficiários, respetivamente.

Relativamente ao Brasil, encontram-se abrangidos pelo fundo de pensões 1.256 beneficiários ativos (2017: 2.958) e 2.219 beneficiários reformados (2017: 1.601).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido "Fundo VIVA" é de 10 anos e 12 anos, respectivamente, e para o plano "Prémios Jubileu" é de 12 anos.

Análises de sensibilidade

→ Taxa de desconto anual

O aumento (diminuição) de 0,25% na taxa de desconto anual dos planos de benefícios definidos "Plano VIVA", "Prémios Jubileu" e "Pensões Horizonte Valorização", bem como o aumento (diminuição) de 1% na taxa de desconto anual do plano de benefício definido "TAPMEPrev - Brasil", corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme segue:

2018	Taxa	Prémios		Pensões
		Plano VIVA*	Jubileu	Horizonte Valorização
Taxa de desconto anual das pens	2,00%	61.987	83.940	244
Aumento de 0,25% na taxa de descor	2,25%	60.912	80.916	236
Decréscimo de 0,25% na taxa de des	1,75%	63.102	87.108	252

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

2018	Taxa	Brasil
Taxa de desconto anual das pens	9,06%	84.378
Aumento de 1% na taxa de desconto	10,06%	76.082
Decréscimo de 1% na taxa de descor	8,06%	92.515

2017	Taxa	Plano VIVA*	Pensões	
			Prémios Jubileu	Horizonte Valorização
Taxa de desconto anual das pensões	2,00%	45.612	70.211	81
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	2,25%	44.664	67.693	78
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	1,75%	46.599	72.849	83

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

2017	Taxa	Brasil
Taxa de desconto anual das pensões	10,60%	76.099
Aumento de 1% na taxa de desconto	11,60%	69.334
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	9,60%	84.197

→ Taxa de crescimento dos custos médicos

Caso a taxa de crescimento dos custos com cuidados médicos registre um aumento ou decréscimo de um ponto percentual, o respetivo impacto nas responsabilidades da TAP S.A., a 31 de dezembro de 2018 e 2017, é o seguinte:

	Taxa	2018	2017
Taxa de crescimento anual dos custos médicos	1,50%	3.036	2.773
Aumento de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos	2,50%	3.264	3.001
Decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	2.834	2.571

Evolução das responsabilidades por serviços passados

O movimento ocorrido nas responsabilidades projetadas por serviços passados, refletidas na demonstração da posição financeira consolidada, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é conforme segue:

	2018								
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Outros	Total
Responsabilidades no início do exercício	10.592	35.020	2.773	70.211	17.059	76.099	81	-	211.835
Variação cambial	-	-	-	-	(457)	(8.017)	-	-	(8.474)
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	23	-	-	4.437	-	111	24	-	4.595
Juro líquido	212	700	55	1.536	317	6.938	2	-	9.760
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 30)	-	17.306	-	-	-	8.016	-	1.771	27.093
Remensurações	867	1.968	208	13.823	-	7.163	137	-	24.166
Benefícios pagos	(737)	(3.962)	-	(6.067)	-	(5.932)	-	(94)	(16.792)
Responsabilidades no fim do exercício	10.957	51.032	3.036	83.940	16.919	84.378	244	1.677	252.183

	2017							
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Responsabilidades no início do exercício	10.379	38.104	2.940	67.777	16.133	78.225	122	213.680
Variação cambial	-	-	-	-	(602)	(10.151)	-	(10.753)
Valores registados nos resultados do exercício:								
Serviços correntes	31	-	-	3.740	-	146	31	3.948
Juro líquido	208	762	59	1.364	934	8.183	3	11.513
Remensurações	722	(259)	(226)	3.092	1.779	7.118	(75)	12.151
Benefícios pagos	(748)	(3.587)	-	(5.762)	(1.185)	(7.422)	-	(18.704)
Responsabilidades no fim do exercício	10.592	35.020	2.773	70.211	17.059	76.099	81	211.835

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios pós-emprego

Nos exercícios de 2018 e 2017 a evolução do patrimônio dos fundos foi conforme segue:

	2018					
	Fundo VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.399	48.296	15.625	70.012	675	151.007
Variação cambial	-	-	(456)	(7.492)	-	(7.948)
Contribuição efetuada no exercício	-	5.871	329	2.072	-	8.272
Juro líquido	(432)	966	-	6.516	11	7.061
Remensurações	-	(123)	-	3.569	(37)	3.409
Benefícios pagos	(737)	(6.067)	-	(5.932)	-	(12.736)
Saldo final	15.230	48.943	15.498	68.745	649	149.065

	2017					
	Fundo VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.280	49.145	14.806	65.639	653	146.523
Variação cambial	-	-	(517)	(8.197)	-	(8.714)
Contribuição efetuada no exercício	-	4.200	223	3.385	-	7.808
Juro líquido	867	983	2.297	7.105	22	11.274
Remensurações	-	(269)	-	9.502	-	9.233
Benefícios pagos	(748)	(5.763)	(1.184)	(7.422)	-	(15.117)
Saldo final	16.399	48.296	15.625	70.012	675	151.007

A composição dos fundos e respetiva categoria das quantias incluídas no justo valor dos ativos do plano, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é conforme segue:

	Nível de Justo Valor	2018					
		Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.376	-	13.618	19.930	162	38.086
Obrigações	1	5.925	47.886	1.668	48.815	455	104.749
Dívida Pública	1	3.729	-	-	-	-	3.729
Imobiliário	2	474	-	-	-	32	506
Liquidez	1	726	1.057	-	-	-	1.783
Outras aplicações correntes	1	-	-	212	-	-	212
		15.230	48.943	15.498	68.745	649	149.065

	Nível de Justo Valor	2017					
		Pensões VIVA	Prêmios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	5.515	-	9.896	20.475	169	36.055
Obrigações	1	5.854	47.910	4.241	49.537	472	108.014
Dívida Pública	1	4.018	-	-	-	-	4.018
Imobiliário	2	483	309	-	-	34	826
Liquidez	1	529	77	-	-	-	606
Outras aplicações correntes	1	-	-	1.488	-	-	1.488
		16.399	48.296	15.625	70.012	675	151.007

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego o detalhe é conforme segue:

	2018								
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Outros	Total
Serviços correntes	23	-	-	4.437	-	111	24	-	4.595
Juro líquido	644	700	55	570	317	422	(9)	-	2.699
Sub-total (Nota 27)	667	700	55	5.007	317	533	15	-	7.294
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 30)	-	17.306	-	-	-	8.016	-	1.771	27.093
Total	667	18.006	55	5.007	317	8.549	15	1.771	34.387

	2017							
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Serviços correntes	31	-	-	3.740	-	146	31	3.948
Juro líquido	(659)	762	59	381	(1.363)	1.078	(19)	239
Total (Nota 27)	(628)	762	59	4.121	(1.363)	1.224	12	4.187

Conforme mencionado, os pilotos da TAP S.A., admitidos após 1 de junho de 2007, e os pilotos da Portugalá beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o exercício de 2018, um gasto na rubrica de gastos com benefícios pós-emprego no montante de 2.460 milhares de Euros (2017: 2.146 milhares de Euros), relativo às contribuições efetuadas, no ano, a favor dos seus empregados (Nota 27).

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego, dos exercícios de 2018 e 2017, encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal (Nota 27).

Ganhos/perdas com remensurações

Os ganhos/perdas com remensurações, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	2018							
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Remensurações								
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	123	-	(3.569)	37	(3.409)
	-	-	-	123	-	(3.569)	37	(3.409)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	12.820	-	-	-	12.820
(Ganhos)/perdas de experiência	867	1.968	208	1.003	-	7.163	137	11.346
	867	1.968	208	13.823	-	7.163	137	24.166
Total das remensurações	867	1.968	208	13.946	-	3.594	174	20.757

	2017							Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	
Remensurações								
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	269	-	(9.502)	-	(9.233)
	-	-	-	269	-	(9.502)	-	(9.233)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	69	-	69
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	-	-	4.963	-	4.963
(Ganhos)/perdas de experiência	722	(259)	(226)	3.092	1.779	2.086	(75)	7.119
	722	(259)	(226)	3.092	1.779	7.118	(75)	12.151
Total das remensurações	722	(259)	(226)	3.361	1.779	(2.384)	(75)	2.918

As perdas atuariais por alteração dos pressupostos financeiros reconhecidos em 2018, no montante de 12.820 milhares de Euros, decorre da revisão salarial e acordos estabelecidos em 2018 com o pessoal de navegação técnico.

Os ganhos/perdas com remensurações foram reconhecidos diretamente no rendimento integral do Grupo. A diferença para o montante registado na demonstração consolidada do rendimento integral respeita às remensurações da associada SPdH, consolidada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 8), no montante de 17 milhares de Euros (2017: 33 milhares de Euros).

21 – Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe da rubrica de outras contas a pagar é como segue:

	2018		2017	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Fornecedores	210.555	-	177.596	-
Acréscimos de gastos	325.022	49.742	219.923	112.354
Adiantamentos de clientes	948	-	1.043	-
Outros	129.094	218	130.144	262
	665.619	49.960	528.706	112.616

→ Fornecedores

O saldo da rubrica de fornecedores apresenta a seguinte composição em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Fornecedores - conta corrente	112.156	108.475
Fornecedores - Entidades relacionadas (Nota 36)	12.327	9.016
Fornecedores - faturas em receção e conferência	86.072	60.105
	210.555	177.596

→ Acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de acréscimos de gastos detalha-se do seguinte modo:

	2018		2017	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Remunerações a liquidar	103.029	-	91.237	-
Manutenção - locação operacional	56.010	49.742	17.016	112.354
Combustíveis de avião e licenças e emissão CO2	49.429	-	25.696	-
<i>Swaps jet fuel</i> (Nota 16)	41.322	-	-	-
Remunerações - pessoal navegante	20.646	-	16.512	-
Encargos especiais da atividade de venda	10.002	-	15.054	-
Trabalhos especializados	5.532	-	2.755	-
Taxas de navegação	5.057	-	14.305	-
Partes relacionadas (Nota 36)	2.334	-	1.485	-
Outros	25.968	-	30.992	-
	325.022	49.742	219.923	112.354

O incremento dos acréscimos de gastos decorre, essencialmente, do justo valor dos *swaps* de *jet fuel* e do aumento geral dos gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos diretamente associados ao incremento da atividade do Grupo.

O aumento verificado na rubrica de remunerações a liquidar está associado ao aumento médio salarial verificado em 2018 bem como ao aumento do número de trabalhadores (Nota 27).

A rubrica manutenção - locação operacional corresponde à estimativa de encargos com manutenção estrutural das aeronaves em regime de locação operacional, atendendo à responsabilidade contratual existente com os locadores (Nota 2.35.), deduzida das reservas de manutenção pagas que se estima serem recuperáveis considerando as atuais condições contratuais estabelecidas com os locadores e a estimativa dos respetivos encargos com a manutenção estrutural destas aeronaves.

O incremento da rubrica de combustíveis de avião e licenças e emissão de CO2 resulta maioritariamente do efeito do incremento das cotações internacionais de *fuel* e CO2.

Os encargos especiais da atividade de venda referem-se a comissões atribuídas a agentes em função da receita voada do exercício obtida por este canal.

→ **Outros – contas a pagar correntes**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de outras contas a pagar correntes decompõe-se como segue:

	2018	2017
Taxas e impostos a pagar	88.733	90.619
Fornecedores de imobilizado	18.959	14.741
Pessoal	3.647	3.208
Partes relacionadas (Nota 36)	323	-
Outras contas a pagar	17.432	21.576
	129.094	130.144

A rubrica de taxas e impostos a pagar refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos.

22 - Documentos pendentes de voo

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a responsabilidade do Grupo, relativamente a bilhetes emitidos e não utilizados, era a seguinte:

	2018	2017
Passageiros	393.261	411.131
Carga	205	600
	393.466	411.731

23 – Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de outros passivos correntes respeita, essencialmente, a:

	2018	2017
Ganhos diferidos	59.576	57.505
Estado	43.349	36.122
	102.925	93.627

→ **Ganhos diferidos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de ganhos diferidos decompõe-se como segue:

	2018	2017
Programa de fidelização de clientes	52.036	50.399
Ganhos com locações de aeronaves	3.230	-
Subsídios ao investimento	2.883	2.626
Partes relacionadas (Nota 36)	103	103
Trabalhos para companhias de aviação	-	1.864
Outros ganhos diferidos	1.324	2.513
	59.576	57.505

No âmbito da aplicação da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes, na atribuição de milhas aos clientes aderentes ao programa de fidelização denominado “TAP Miles&Go”, é reconhecida uma obrigação contratual com base no valor unitário da milha (Nota 2.28.).

A rubrica de trabalhos para companhias de aviação corresponde aos passivos de contratos de clientes, conforme previsto pela IFRS 15.

→ Estado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos desta rubrica detalham-se como segue:

	2018	2017
Segurança Social	20.913	17.172
IRS - Retenções efetuadas a terceiros	18.357	14.861
Estado - Brasil	3.076	2.891
IVA	726	920
Outros	277	278
	43.349	36.122

24 – Ganhos operacionais

Durante os exercícios de 2018 e 2017 verificam-se as seguintes naturezas de ganhos operacionais:

	2018				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Vendas	-	18.483	-	8.851	27.334
Serviços prestados	2.782.292	262.211	134.684	15.892	3.195.079
Outros rendimentos	-	-	-	24.676	24.676
	2.782.292	280.694	134.684	49.419	3.247.089

	2017				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Vendas	-	32.198	-	6.714	38.912
Serviços prestados	2.569.621	190.348	127.227	10.081	2.897.277
Outros rendimentos	-	-	-	39.035	39.035
	2.569.621	222.546	127.227	55.830	2.975.224

→ **Vendas e serviços prestados**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as vendas e serviços prestados, por mercado externo e interno, apresentam-se como segue:

	2018	2017
Vendas		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	560	641
Catering	8.774	6.457
Cuidados de saúde	38	39
Outras	39	-
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	17.923	31.680
	27.334	38.817
Serviços prestados		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	193.473	183.689
Catering	2.579	1.908
Cuidados de saúde	3.940	3.324
Tecnologias de informação	4.372	929
Outras	2.128	2.778
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	2.988.587	2.704.744
	3.195.079	2.897.372
	3.222.413	2.936.189

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são como segue:

2018	Manutenção			Carga e Correio	Catering	Holdings e outros	Consolidado
	Passagens	Portugal	Brasil				
Vendas e serviços prestados:							
Continente e ilhas	182.473	3.285	-	7.555	11.353	11.093	215.759
Europa	1.097.242	200.498	-	13.464	-	1.636	1.312.840
Atlântico Sul	851.746	34	53.082	76.946	-	297	982.105
Atlântico Norte	318.149	2.301	-	20.119	-	136	340.705
Atlântico Médio	21.972	-	-	1.332	-	8	23.312
África	310.710	12.401	-	15.268	-	190	338.569
Outros	-	9.093	-	-	-	30	9.123
	2.782.292	227.612	53.082	134.684	11.353	13.390	3.222.413

2017	Manutenção			Carga e Correio	Catering	Holdings e outros	Consolidado
	Passagens	Portugal	Brasil				
Vendas e serviços prestados:							
Continente e ilhas	157.628	17.424	-	8.793	8.365	7.557	199.767
Europa	980.584	99.147	-	11.571	-	628	1.091.930
Atlântico Sul	816.806	9.497	76.094	71.585	-	115	974.097
Atlântico Norte	275.160	12.834	-	17.100	-	53	305.147
Atlântico Médio	26.328	-	-	1.742	-	4	28.074
África	313.104	2.086	-	16.436	-	73	331.699
Outros	11	5.464	-	-	-	-	5.475
	2.569.621	146.452	76.094	127.227	8.365	8.430	2.936.189

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são definidas com base no país destino dos bens e serviços vendidos pelo Grupo, o qual no caso do transporte aéreo se entende como o país de destino do voo.

→ Outros rendimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de outros rendimentos detalha-se como segue:

	2018	2017
Material de armazém recuperado	6.343	4.582
Rendas e sublocações	2.438	2.767
Publicidade	2.402	2.105
Ganhos em ativos fixos tangíveis	1.990	18.395
Subsídios à exploração	1.582	2.234
Aumentos/reduções de justo valor (Nota 5)	1.353	-
Comissão de vendas a bordo	1.288	1.876
Outros rendimentos e ganhos	7.280	7.076
	24.676	39.035

Os ganhos verificados em 2017 na rubrica de ganhos em ativos fixos tangíveis, referem-se, essencialmente, à mais-valia originada pela alinação de cinco aeronaves A330 numa operação de *sale and leaseback* no montante de 17.856 milhares de Euros (Nota 4).

25 - Ganhos e perdas em associadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de ganhos e perdas em associadas detalha-se do seguinte modo:

	2018	2017
Ganhos		
SPdH (Nota 8)	3.737	3.250
	3.737	3.250

O valor registado nesta rubrica, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nos montantes de 3.737 milhares de Euros e 3.250 milhares de Euros, respetivamente, corresponde à apropriação da participação nos resultados líquidos da empresa associada SPdH (Nota 8).

26 – Gastos por natureza

Durante os exercícios de 2018 e 2017 verificaram-se as seguintes naturezas de gastos:

	2018	2017
Combustível para aeronaves	798.624	580.218
Custos operacionais de tráfego	777.831	693.551
Rendas de aeronaves	177.896	163.507
Gastos com manutenção de aeronaves	111.746	192.339
Custo dos materiais consumidos	207.354	151.831
Custos comerciais, marketing e comunicação	186.622	185.408
	2.260.073	1.966.854

→ **Combustível para aeronaves**

A rubrica de combustível para aeronaves apresenta a seguinte composição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018	2017
Combustíveis de avião	768.911	574.634
Licenças emissão CO2	29.713	5.584
	798.624	580.218

O aumento dos gastos com os combustíveis de avião em 2018 deve-se ao efeito conjunto do aumento das quantidades consumidas e do preço médio do *jet fuel*.

O aumento dos gastos com licenças de emissão de CO2 deve-se, maioritariamente, ao aumento do preço das licenças de CO2, acompanhado de um aumento das quantidades emitidas.

→ **Custos operacionais de tráfego**

A rubrica de custos operacionais de tráfego apresenta a seguinte composição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018	2017
Serviços de <i>handling</i>	200.786	176.767
Taxas de navegação aérea	166.436	153.779
Taxas de aterragem	95.867	89.038
Fretamento de aviões	86.046	67.293
Despesas a bordo	58.310	57.384
Outras despesas com passageiros	57.188	35.998
Deslocações e estadias do pessoal navegante	28.538	26.382
Facilidades nos aeroportos	25.229	29.103
Encargos com bagagem, carga e correio	23.077	17.952
Taxas de controlo de tráfego aéreo	17.085	26.389
Despesas em terra com passageiros da classe executiva	10.700	11.097
Seguros de passageiros, carga e correio	2.352	2.049
Outros custos operacionais de tráfego	6.217	320
	777.831	693.551

O aumento dos custos da operação, nomeadamente *handling*, taxas de navegação aérea, despesas a bordo e taxas de aterragem resulta, essencialmente, do aumento da atividade de transporte aéreo. O aumento em 2018 das irregularidades resulta, maioritariamente, das greves de pessoal navegante que ocorreram no primeiro semestre de 2018.

→ **Rendas de aeronaves**

A rubrica de rendas de aeronaves apresenta a seguinte composição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018	2017
Locação operacional de aeronaves	163.181	152.807
Locação operacional de sobressalentes	14.715	10.700
	177.896	163.507

O aumento dos custos de locação está diretamente relacionado com o aumento da atividade de transporte aéreo, bem como da valorização do dólar.

→ **Gastos com manutenção de aeronaves**

A rubrica de gastos com a manutenção de aeronaves respeita aos gastos de manutenção estrutural e recorrente, incluindo de linha, da frota TAP.

A variação verificada nos gastos com a manutenção de aeronaves deve-se ao efeito da renovação da frota e conseqüente redução da idade média das aeronaves, e da reavaliação das principais variáveis componentes da estimativa de encargos com a manutenção estrutural das aeronaves em regime de locação operacional, nos termos mencionados na Nota 2.35.

→ **Custos dos materiais consumidos**

Os custos dos materiais consumidos, na prestação de serviços de manutenção a terceiros, apresentam a seguinte composição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018	2017
Inventários consumidos e vendidos	180.193	126.596
Subcontratação de manutenção de equipamento de voo a terceiros	27.161	25.235
	207.354	151.831

A variação verificada nos custos dos materiais consumidos em 2018 está diretamente relacionada com o aumento da atividade de manutenção e engenharia para a frota de terceiros (Nota 24).

→ **Custos comerciais, *marketing* e comunicação**

A rubricas de custos comerciais, de *marketing* e comunicação apresenta a seguinte composição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

	2018	2017
<i>Booking fees</i>	69.939	68.002
Comissões	47.158	47.024
Encargos especiais de venda - transporte aéreo	36.753	38.056
Publicidade	21.850	23.108
Trabalhos especializados	10.469	8.792
Outros gastos comercial, <i>marketing</i> e comunicação	453	426
	186.622	185.408

27 - Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se conforme segue:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	530.873	456.891
Encargos sociais	108.974	92.849
Outros gastos com o pessoal	53.194	47.093
Gastos com benefícios pós-emprego (Nota 20)	9.754	6.333
	702.795	603.166

O aumento dos gastos com o pessoal decorre da variação do *headcount* e respetivas despesas de instrução e formação, do aumento médio salarial e do aumento de remunerações variáveis, em resultado do forte crescimento da operação, e dos acordos celebrados com os trabalhadores e seus representantes em 2018.

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais do Grupo TAP, em 2018 e 2017, foram:

	2018	2017
Conselho Administração (Nota 36)	2.375	3.372
Conselho Fiscal / Fiscal Único	92	92
	2.467	3.464

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” detalha-se do seguinte modo:

	2018	2017
Seguros	23.289	21.839
Gastos de ação social	9.381	10.609
Formação	8.815	2.862
Comparticipação de refeições	6.697	6.101
Fardamentos	2.100	1.929
Outros	2.912	3.753
	53.194	47.093

Durante os exercícios de 2018 e 2017 o número médio de trabalhadores ao serviço, da TAP SGPS e de todas as subsidiárias, foi de 10.827 e de 10.881, respetivamente:

2018					
	Transporte Aéreo	Manutenção	Catering	Outros	Total
Portugal	5.106	1.956	470	1.590	9.122
Brasil	21	1.340	-	61	1.422
Outros	78	10	-	195	283
	5.205	3.306	470	1.846	10.827

2017					
	Transporte Aéreo	Manutenção	Catering	Outros	Total
Portugal	4.395	1.949	455	1.549	8.348
Brasil	22	2.090	-	80	2.192
Outros	98	9	-	234	341
	4.515	4.048	455	1.863	10.881

28 – Imparidades de contas a receber, inventários e provisões

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica detalha-se como segue:

	2018		2017	
	Aumento	Reversão	Aumento	Reversão
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 12)	2.730	(1.566)	2.517	(980)
Clientes e outras contas a receber - correntes (Nota 11)	4.467	(1.410)	3.511	(2.257)
Provisões (Nota 18)	6.930	(1.573)	654	(4.182)
	14.127	(4.549)	6.682	(7.419)
		9.578		(737)

29 – Outros gastos

O detalhe da rubrica de outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	2018	2017
Trabalhos especializados	56.996	62.509
Subcontratos	21.911	20.098
Rendas e alugueres	17.044	17.213
Conservação e reparação de outros ativos	15.876	16.969
Comunicação	7.708	8.597
Impostos	6.155	9.473
Transporte de mercadorias	5.491	6.410
Honorários	4.854	4.985
Seguros	4.737	4.965
Vigilância e segurança	4.274	3.923
Eletricidade	3.970	4.133
Deslocações e estadas	3.779	3.752
Limpeza, higiene e conforto	3.501	3.627
Livros e documentação técnica	2.046	1.992
Perdas em inventários	1.297	1.176
Reduções de justo valor (Nota 5)	-	122
Outros gastos e perdas	10.471	22.960
	170.110	192.904

30 - Reestruturação

O detalhe da rubrica de gastos com reestruturação é apresentado no quadro seguinte:

	2018	2017
Pré-reformas e reformas antecipadas (Nota 20)	27.093	-
Indemnizações pagas ao pessoal - Brasil	19.537	6.248
Indemnizações pagas ao pessoal - Portugal	7.820	9.855
	54.450	16.103

Em 2017, o Grupo implementou um programa de redução de efetivos. A este programa, aderiram em Portugal 133 colaboradores em 2018 (2017: 245 colaboradores), o que originou um custo com indemnizações no total de 7.820 milhares de Euros (2017: 9.855 milhares de Euros).

Adicionalmente, na sequência do processo de transformação em curso no Grupo, em Portugal, em julho de 2018 teve início um programa de Pré-Reformas, ao qual tiveram acesso os tripulantes de cabine e os trabalhadores de terra e/ou situações devidamente aprovadas pela Comissão Executiva. Foram celebrados 83 acordos de pré-reforma a que corresponde uma responsabilidade total de 19.077 milhares de Euros, conforme apresentado na Nota 20.

A subsidiária TAP M&E Brasil iniciou em 2017 um programa de reestruturação organizacional e operacional, por forma a adequar o número de funcionários às necessidades operacionais. Em 2017 a subsidiária iniciou um programa de demissão voluntário ao qual 237 funcionários aderiram. Ainda em setembro de 2017, verificou-se um ajustamento do quadro de funcionários administrativos, que originou 200 demissões.

Em 2018 a subsidiária brasileira anunciou em outubro o encerramento da base de Porto Alegre (POA), onde desenvolveu um plano de demissão de funcionários através de acordo extrajudicial com o sindicato dos trabalhadores e acordos judiciais individuais com homologação judicial, com o objetivo de salvaguardar os direitos de todos os funcionários e evitar futuras contingências laborais. No âmbito destes programas, verificou-se a redução de 942 funcionários em Porto Alegre e 313 funcionários no Rio de Janeiro.

No âmbito da reestruturação da subsidiária brasileira, foi igualmente incrementada a responsabilidade atuarial em 8.016 milhares de Euros, referente maioritariamente ao plano de assistência médica (Nota 20).

31 - Outros itens não recorrentes

O detalhe da rubrica de outros itens não recorrentes, para além dos gastos com reestruturação (Nota 30), decorre, essencialmente, dos vários acordos realizados com sindicatos conforme segue:

	2018	2017
Prestação Extraordinária PNT 2017 e 2018 - RRCE	12.716	-
Anuidades - Prestações compensatórias PN	4.878	5.288
Negociação SNPVAC - Complemento de Gravidez	2.687	-
	20.281	5.288

Na sequência do Regulamento de Recurso à Contratação Externa (“RRCE”) celebrado em 14 de maio de 2018 com o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (“SPAC”), que revogou o Regulamento de Efetivos e de Recurso à Contratação Externa (“RERCE”), celebrado em 30 de julho de 1998, fixando novas condições para a contratação externa, foi acordado, a título excecional, o pagamento de prestações extraordinárias referente aos anos de 2017 e 2018 no montante total de 12.716 milhares de Euros.

Em 17 de maio de 2016 foi celebrado um memorando de entendimento sobre o modelo de atribuição de senioridades dos pilotos da TAP. No âmbito deste memorando, foi definido que iria ser reposto até 2019, sem quaisquer efeitos retroativos, as senioridades referentes aos anos de 2011 a 2016, incluídas no âmbito da proibição de valorizações remuneratórias, impostas pelos regimes orçamentais vigentes à data. Esta medida gerou um custo total de 4.878 milhares de Euros em 2018 e de 5.288 milhares de Euros em 2017.

No âmbito do acordo celebrado em 30 de janeiro de 2018 com o Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (“SNPVAC”) foi acordado o pagamento de complemento de gravidez em situações anteriormente não abrangidas, referente a anos anteriores, no montante total de 2.687 milhares de Euros.

Dado o seu enquadramento e natureza, as referidas situações foram consideradas pelo Conselho de Administração como não recorrentes no contexto das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

32 – Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 esta rubrica decompõe-se como segue:

	2018	2017
Depreciação de ativos fixos tangíveis (Nota 4)		
Edifícios e outras construções	5.818	5.744
Equipamento básico	58.264	46.302
Equipamento de transporte	328	320
Ferramentas e utensílios	1.446	1.530
Equipamento administrativo	1.154	1.400
Outros ativos fixos tangíveis	367	425
	67.377	55.721
Amortização de ativos intangíveis (Nota 7)		
Programas de computador	2.593	426
Perdas por imparidade em ativos tangíveis (Nota 4)		
Equipamento básico	7.543	9.910
	77.513	66.057

Em 2017 foi reconhecida uma perda por imparidade na subsidiária Portugalía referente às suas aeronaves, no montante de 9.910 milhares de Euros, tendo em consideração as avaliações obtidas àquela data.

Em 2018 foram reconhecidas imparidades no montante de 7.543 milhares de Euros, referentes, essencialmente, a: (i) equipamentos sobressalentes e outros da subsidiária TAP S.A., relacionados com *phase-in* e *phase-out* de aeronaves no montante de 4.186 milhares de Euros e (ii) aeronaves e sobressalentes

das frotas Fokker e Embraer da subsidiária Portugália, que já não são operadas pelo Grupo, tendo em consideração as avaliações obtidas àquela data, no montante de 3.322 milhares de Euros.

33 – Resultados financeiros

O detalhe dos resultados financeiros dos exercícios de 2018 e 2017 é conforme segue:

	2018	2017
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos de investimentos	6.007	6.654
	6.007	6.654
Gastos e perdas		
Juros suportados de financiamentos	(41.768)	(39.462)
Outros gastos e perdas financeiros	(16.108)	(5.844)
	(57.876)	(45.306)
Diferenças de câmbio	(49.427)	(29.748)

As diferenças cambiais desfavoráveis ocorridas no exercício de 2018 decorreram, essencialmente, da desvalorização do real e do kwanza, assim como da valorização do dólar tendo em consideração o volume de dívida nesta moeda.

A variação da rubrica de outros gastos e perdas financeiros decorre, maioritariamente, do efeito do desconto financeiro das reservas de manutenção que se estimam como recuperáveis no futuro, no montante de 8 milhões de Euros, o qual não se verificava em 2017, dada a imaterialidade do impacto líquido do desconto financeiro no contexto nas demonstrações financeiras consolidadas comparativas.

34 - Imposto sobre o rendimento

A partir de 2017, a maioria das subsidiárias do Grupo com sede em Portugal, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 9% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 31,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo nº 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo, com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração do Grupo entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Imposto sobre o rendimento” apresenta o seguinte detalhe:

	2018	2017
Imposto corrente (Nota 13)	1.518	15.444
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos	(2.588)	(1.487)
Imposto diferido (Nota 10)	(26.974)	12.910
	(28.044)	26.867

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2018 e 2017 é evidenciada como segue:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	(145.270)	38.439
Taxa nominal de imposto	21,0%	29,5%
	(30.507)	11.340
Diferenças permanentes	2.119	10.513
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos do exercício anterior	(2.588)	(1.487)
Utilização prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores sem IDA	-	(13)
Prejuízos fiscais reportáveis do período sem IDA	2.498	6.107
Tributação autónoma e outras formas de tributação	434	407
Imposto sobre o rendimento	(28.044)	26.867
Taxa efetiva de imposto	19%	70%

35 - Relato por segmentos

Foram identificados os seguintes segmentos de negócio: transporte aéreo, manutenção e *catering*. Os resultados de cada segmento correspondem àqueles que lhes são diretamente atribuíveis, bem como os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos. As atividades agregadas em “Outros” não qualificam para relatar separadamente.

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2018, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil				
Rendimentos e ganhos operacionais	3.040.170	234.241	63.913	56.837	83.103	(227.438)	3.250.826
Resultados operacionais	(33.262)	29.136	(31.174)	4.069	(12.743)	-	(43.974)
Resultados financeiros líquidos externos	(61.486)	353	(18.377)	(28)	(21.757)	-	(101.296)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	3.737	-	3.737
Imposto sobre o rendimento	28.724	(8.677)	(37)	(1.005)	9.039	-	28.044
Interesses não controlados	-	-	(674)	1.487	-	-	813
Resultado do exercício das atividades em continuação	(66.024)	20.812	(49.588)	3.036	(25.461)	-	(117.226)

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2017, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil				
Rendimentos e ganhos operacionais	2.808.112	151.031	87.645	49.437	95.009	(212.760)	2.978.474
Resultados operacionais	156.546	17.471	(28.772)	2.245	(40.651)	-	106.839
Resultados financeiros líquidos externos	(24.479)	2.126	(21.538)	(17)	(24.492)	-	(68.400)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	3.250	-	3.250
Imposto sobre o rendimento	(30.098)	(4.585)	-	(539)	8.355	-	(26.867)
Interesses não controlados	-	-	(682)	884	1.852	-	2.054
Resultado do exercício das atividades em continuação	101.969	15.012	(50.310)	1.689	(56.788)	-	11.572

36 - Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as partes relacionadas encontram-se discriminados nos quadros abaixo. Os termos ou condições praticadas entre o Grupo e as partes relacionadas são, substancialmente, idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os elementos do Conselho de Administração do Grupo foram considerados, de acordo com a IAS 24, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração ascenderam a 2.375 milhares de Euros (2017: 3.372 milhares de Euros), conforme Nota 27.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os **saldos** com entidades relacionadas decompõem-se como segue:

	2018 - Ativos			
	Outras contas a receber não correntes (Nota 11)	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber correntes (Nota 11)	Diferimentos (Nota 14)
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	1.174	3.416	-
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	3.455	3.344	357	627
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	373	64	-	4.081
Grupo Barraqueiro	-	2	-	-
	3.828	4.584	3.773	4.708

	2018 - Passivos			
	Empréstimos obrigacionistas (Nota 19)	Fornecedores (Nota 21)	Outras contas a pagar correntes (Nota 21)	Diferimentos (Nota 23)
Acionistas				
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	(93)	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	(11.108)	(1.572)	(103)
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	(110.161)	(620)	(1.085)	-
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	-	(502)	-	-
Grupo Barraqueiro	-	(2)	-	-
	(110.161)	(12.325)	(2.657)	(103)

	2017 - Ativos			
	Outras contas a receber não correntes (Nota 11)	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber correntes (Nota 11)	Diferimentos (Nota 14)
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	327	617	-
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	3.298	458	207	598
Grupo Barraqueiro	-	1	-	-
	3.298	786	824	598

	2017 - Passivos			
	Empréstimos obrigacionistas (Nota 19)	Fornecedores (Nota 21)	Outras contas a pagar correntes (Nota 21)	Diferimentos (Nota 23)
Acionistas				
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	(153)	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	(33.677)	-	-	-
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	(8.310)	(634)	(103)
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	(102.168)	(35)	(851)	-
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	-	(502)	-	-
Grupo Barraqueiro	-	(14)	-	-
	(135.845)	(9.014)	(1.485)	(103)

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as **transações** ocorridas entre partes relacionadas decompõem-se como segue:

	2018									
	Passagens	Manutenção	Outros rendimentos	Custos operacionais de Tráfego	Gastos com o pessoal	Rendas de aeronaves	Gastos com manutenção de aeronaves	Custos comerciais, marketing e comunicação	Outros gastos	Juros e gastos similares
Acionistas										
Atlantic Gateway ay, SGPS, Lda.	-	-	913	-	-	-	-	-	(1.331)	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.620)
Empresas associadas										
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	900	96	6.862	(103.745)	(5)	-	(35)	(70)	(787)	-
Outras entidades relacionadas										
Azul S.A.	(248)	22.090	368	-	(588)	(13.909)	(9.725)	(241)	(180)	(7.993)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	-	-	-	-	-	(3.194)	(3.481)	-	-	-
Grupo Barraqueiro	-	-	-	(75)	-	-	-	(2)	(7)	-
	652	22.186	8.143	(103.820)	(593)	(17.103)	(13.241)	(313)	(2.305)	(10.613)
	2017									
	Passagens	Manutenção	Outros rendimentos	Custos operacionais de Tráfego	Gastos com o pessoal	Rendas de aeronaves	Gastos com manutenção de aeronaves	Custos comerciais, marketing e comunicação	Outros gastos	Juros e gastos similares
Acionistas										
Atlantic Gateway ay, SGPS, Lda.	-	-	723	-	-	-	-	-	(961)	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.429)
Empresas associadas										
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	950	62	6.697	(90.323)	-	-	(32)	(71)	(1.464)	-
Outras entidades relacionadas										
Azul S.A.	(448)	22.509	22	3	(640)	(21.877)	(9.953)	(483)	(532)	(7.413)
Grupo Barraqueiro	-	-	-	(20)	-	-	-	-	(24)	-
	502	22.571	7.442	(90.340)	(640)	(21.877)	(9.985)	(554)	(2.981)	(9.842)

As transações, no montante de 103.745 milhares de Euros (2017: 90.323 milhares de Euros), registadas em custos operacionais de tráfego, são referentes a serviços prestados, em terra, pela SPdH, de apoio a aeronaves, passageiros, bagagem, carga e correio.

Adicionalmente às operações acima mencionadas, o Grupo, no âmbito do normal desenvolvimento da sua atividade de transporte aéreo, mantém relações comerciais, essencialmente de *code-share*, com a Azul e Aigle Azur. Estas transações são realizadas em termos e condições semelhantes aos praticados nos acordos comerciais habitualmente celebrados com outras companhias aéreas.

37 – Ativos e passivos não correntes detidos para venda e unidade operacional descontinuada

Em 2016, na sequência da decisão de alienação dos 51% do capital detido na subsidiária LFP, que se materializou em 11 de julho de 2017, o Grupo TAP procedeu à reclassificação dos seus ativos e passivos, na demonstração da posição financeira consolidada, os quais foram classificados como ativos e passivos não correntes detidos para venda, tendo em consideração a sua classificação como unidade operacional descontinuada.

→ Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas

O resultado atribuível a unidades operacionais descontinuadas a 31 de dezembro de 2017 detalha-se como segue:

Valores em milhares de Euros	2017
Resultado líquido do exercício da unidade operacional descontinuada	3.780
Mais-valia da alienação de partes de capital	1.426
Ganhos decorrentes da alienação de partes de capital	6.500
Resultados atribuíveis a unidades operacionais descontinuadas	11.706

O resultado líquido do exercício da unidade operacional descontinuada é referente aos resultados da LFP até à data da alienação. Os rendimentos e gastos da LFP a essa data detalham-se da seguinte forma:

Valores em milhares de Euros	2017
Vendas e serviços prestados	106.038
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(63.856)
Fornecimentos e serviços externos	(33.465)
Gastos com o pessoal	(5.937)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	(26)
Outros rendimentos e ganhos	3.621
Outros gastos e perdas	(156)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	6.219
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.209)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.010
Juros e gastos similares suportados	(2)
Resultado antes de impostos	5.008
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.228)
Resultado líquido do período da unidade operacional descontinuada	3.780

38 - Contingências

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o Grupo não possuía ativos contingentes passíveis de divulgação.

Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, cível e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão. A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

→ **Ações laborais**

(i) Periculosidade/Insalubridade e Outras

Valor: 69.291 milhares de Euros

A principal ação laboral refere-se, ao requerimento de pagamento adicional de insalubridade e periculosidade, para todos os funcionários que exercem a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. Após análise da prova pericial, foi concluído que as atividades exercidas não se caracterizam como perigosas ou insalubres. O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho (“TST”) de Brasília com recurso do Sindicato para ser julgado. Em maio de 2017, o TST proferiu, em relação a alguns funcionários a favor da subsidiária.

As outras ações dizem respeito a processos individuais, relativos a reclamações de diversas naturezas, tais como, horas extra, danos morais, entre outros.

→ **Ações fiscais**

(ii) Auto de infração de imposto de importação (“II”), imposto sobre produtos industrializados (“IPI”), programa de integração social (“PIS”) e contribuição para financiamento da segurança social (“COFINS”)

Valor: 21.445 milhares de Euros

A subsidiária foi notificada pela Reserva Federal, em 26 de abril de 2010, que entendeu não serem aplicáveis às operações de importação da subsidiária a isenção de II e IPI e a alíquota 0% de PIS e COFINS. O processo estava no Conselho Administrativo de Recursos fiscais (“CARF”) a aguardar julgamento do Recurso de Ofício da Fazenda Nacional, o qual foi negado. O processo encontra-se a aguardar intimação das partes para eventual Recurso Especial da Fazenda à 3ª Instância.

(iii) Execução fiscal/Mandado de Segurança (REFIS)

Valor: 9.852 milhares de Euros

A subsidiária foi notificada pela Fazenda Nacional relativamente a uma dívida cuja sentença do Mandado de Segurança a vinculou a parcelamento federal especial. Em agosto de 2017, o Tribunal Regional Federal anulou a sentença mas a Procuradoria da Fazenda Nacional, em novembro de 2017, requereu a continuidade da execução fiscal, que estava suspensa até então, determinando a penhora de 4% da faturação. O processo aguarda decisão sobre o Mandado de Segurança, havendo ainda hipótese de recurso para o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

(iv) Execução fiscal de obrigações acessórias de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")

Valor: 8.055 milhares de Euros

Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária continua a depositar a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Nos autos da falência da VARIG, constava a informação de que a dívida no período anterior à aquisição das ações pela TAP SGPS, não seria da responsabilidade da TAP M&E Brasil, e sim da antiga controladora VARIG. Assim, foi apresentada petição ao juízo da Fazenda Pública para a suspensão da penhora com a consequente extinção deste processo e a devolução dos valores depositados até agora. A subsidiária aguarda a decisão do juízo da Vara de Fazenda Pública.

(v) Auto de infração de PIS e COFINS - 2006

Valor: 3.101 milhares de Euros

O fisco entendeu haver diferenças entre o livro de razão analítico e a declaração de débitos e créditos tributários federais ("DCTF"), referente ao ano de 2006. Em julgamento, o CARF não considerou as alegações da subsidiária, tendo sido apresentados novos embargos de declaração, estando a aguardar julgamento do recurso. Em junho de 2017, os embargos de declaração foram negados, tendo saído despacho para ciência do acórdão respetivo e em dezembro de 2017 o processo administrativo transitou em julgado. A subsidiária, por ser mais célere, optou pela via judicial tendo iniciado a devida cobrança através de execução fiscal, em dezembro de 2018.

(vi) Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária (aeronave Bavária)

Valor: 2.491 milhares de Euros

Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Aguardam julgamento do recurso interposto junto do CARF. Em setembro de 2016 foi julgado o Recurso Voluntário da subsidiária onde o CARF aceitou desconsiderar parte do Auto de Infração. Em 2017 o CARF decidiu, a favor da subsidiária, tendo sido reduzido o Auto. O processo administrativo transitou em julgado, encontrando-se a aguardar a fase seguinte, a cobrança judicial. A subsidiária encontra-se a avaliar a opção por via judicial.

(vii) Auto de infração de PIS e COFINS - 2007

Valor: 1.441 milhares de Euros

O fisco federal apurou diferenças entre as declarações apresentadas pela subsidiária, relativas às contribuições PIS e COFINS. Foi apresentada manifestação de inconformidade em 2012. O processo aguarda julgamento em 1ª instância.

(viii) Auto de Infração Previdenciária (Aposentadoria Especial)

Valor: 1.417 milhares de Euros

A TAP M&E Brasil apresentou impugnação administrativa contra auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em virtude de suposto recolhimento a menor a título da contribuição previdenciária, destinada ao custeio do benefício da aposentadoria especial.

(ix) Auto de infração de ICMS

Valor: 1.155 milhares de Euros

A TAP M&E Brasil foi notificada, em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, pelo aproveitamento de crédito de ICMS de energia elétrica na filial de Porto Alegre. Em 2016 a impugnação apresentada pela subsidiária foi julgada, mantendo o auto de lançamento em julgamento. Em 2017 a subsidiária apresentou Recurso ao Tribunal Administrativo dos Recursos Fiscais/Rio Sul (“TARF/RS”). Em dezembro de 2018, o processo administrativo foi encerrado e dado início ao processo de compensação de créditos da TAP M&E Brasil com o valor devido à Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (“SEFAZ RS”).

→ **Ações cíveis**

(x) Execução de honorários de advogados

Valor: 2.736 milhares de Euros

Execução de honorários por parte de um escritório de advogados contra a subsidiária, no âmbito da desistência de ação e adesão ao programa de parcelamento do REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), encontrando-se em fase de julgamento do recurso. Em 2017, um dos processos transitou em julgado do Acórdão proferido pela 7ª Câmara Cível.

→ **Outras**

(xi) Ativos penhorados

Valor: 11.047 milhares de Euros

A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 11.047 milhares de Euros que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.

A TAP SGPS e a TAP S.A. foram notificadas a 10 de novembro de 2016 de uma “Comunicação de Objeções” emitida pela Comissão Europeia - Direção Geral da Concorrência, relacionada com as tarifas praticadas pela TAP S.A. e a SN Brussels na rota Lisboa-Bruxelas, tendo em consideração os acordos de “code-share” existentes. Por carta datada de 30 de outubro de 2018, a Comissão Europeia comunicou ter decidido arquivar este processo, não tendo sido aplicada qualquer sanção.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as garantias prestadas pelo Grupo decompõem-se como segue:

	2018	2017
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Aeronaves	57.092	41.616
INEA - Projeto "Spice"	2.626	2.626
Combustíveis	1.523	1.734
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1.654	1.654
Clean Sky - Projeto de Investigação e Desenvolvimento	1.612	1.612
Tribunal do Trabalho	375	681
Outras	8.433	10.528
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	397	397
	73.712	60.848

O reforço efetuado, durante o corrente exercício, nas garantias bancárias prestadas referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação operacional.

As garantias prestadas no âmbito de contratos de financiamento encontram-se divulgadas na Nota 19.

Conforme mencionado na Nota Introdutória, foi deliberado pela Assembleia Geral da TAP SGPS, em 8 de março de 2016, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L.

39 - Detalhe dos ativos e passivos financeiros

As políticas contábilísticas apresentadas nas Nota 2.12 foram aplicadas de acordo com as classes abaixo indicadas:

	2018			Total
	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	Ativos e passivos financeiros fora de âmbito da IFRS 9	
Ativos				
Outros ativos financeiros	14.071	-	-	14.071
Outras contas a receber	406.485	-	20.866	427.351
Caixa e seus equivalentes	233.204	-	-	233.204
Total Ativos	653.760	-	20.866	674.626
Passivos				
Passivos remunerados	(888.451)	-	-	(888.451)
Outras contas a pagar	(673.309)	(41.322)	(948)	(715.579)
Total Passivos	(1.561.760)	(41.322)	(948)	(1.604.030)

	2017			Total
	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	Ativos e passivos financeiros fora de âmbito da IFRS 9	
Ativos				
Outros ativos financeiros	81.658	-	-	81.658
Outras contas a receber	458.569	-	10.767	469.336
Depósitos bancários restritos	83	-	-	83
Caixa e seus equivalentes	167.734	-	-	167.734
Total Ativos	708.044	-	10.767	718.811
Passivos				
Passivos remunerados	(870.874)	-	-	(870.874)
Outras contas a pagar	(640.279)	-	(1.043)	(641.322)
Total Passivos	(1.511.153)	-	(1.043)	(1.512.196)

Na tabela que se segue, apresentam-se os ativos e passivos, mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 13:

	2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	3.228	-
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivados	-	(41.322)	-
	2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.126	-
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-

Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da posição financeira consolidada;

Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado; e

Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído na rubrica de valores a pagar, quando negativo, e na rubrica de valores a receber, quando positivo.

No decurso de 2018 e 2017, a variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, foi registada em capitais próprios.

A decomposição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se detalhada na Nota 16.

40 – Compromissos

→ **Compromissos de compra**

Está contratada com a Airbus S.A.S. (“Airbus”) a aquisição de 53 aeronaves (39 A320 NEO Family e 14 A330 NEO) a receber entre 2018 e 2025. Esta encomenda decorre da novação à TAP S.A. do contrato de aquisição

previamente negociado e assinado entre a Airbus e a DGN Corporation. Destas, foram celebrados até ao presente, contratos de cedência de posição contratual com subsequente *leaseback* e contratos de *sale and leaseback* para 17 aeronaves (8 A320 NEO Family e 9 A330 NEO), dos quais foram recebidos em 2018 dois A321 NEO e dois A330 NEO.

Está igualmente em vigor um contrato com a CFM International Inc., S.A. relativo à aquisição de 83 reatores LEAP-A1, incluindo 5 reatores de reserva, que equiparão e servirão a nova frota de aeronaves A320 NEO Family. De referir, que estes reatores serão adquiridos diretamente pela Airbus, com exceção dos reatores de reserva.

Foram ainda firmados contratos com a Rolls-Royce, que englobam o suporte de manutenção à totalidade dos reatores TRENT 7000, que equipam as aeronaves A330 NEO, bem como a aquisição de 3 reatores de reserva.

→ **Outros compromissos**

Em 31 de dezembro de 2018 existiam compromissos financeiros, assumidos pelo Grupo, relativos a rendas de locação operacional de aviões e reatores e em regime de ACMI, conforme referido na Nota 19.

Adicionalmente, encontram-se ainda firmados contratos de locação operacional referentes a aeronaves cuja entrada em operação apenas irá ocorrer entre 2019 e 2020, cujo valor mínimo das rendas futuras não canceláveis ascende a, aproximadamente, 2.368.969 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018.

41 - Eventos subsequentes

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes à data de relato que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

CONTABILISTA CERTIFICADO

Sandra Candeias Matos da Luz

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Presidente

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal da Comissão Executiva

Raffael Guarita Quintas Alves
Vogal da Comissão Executiva

Ana Maria Almeida Leite de Pinho Macedo Silva
Vogal

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
Vogal

Bernardo Luís Amador Trindade
Vogal

David Gary Neeleman
Vogal

Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
Vogal

Esmeralda da Silva Santos Dourado
Vogal

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal

Maximilian Otto Urbahn
Vogal



Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.627.509 milhares de euros e um total de capital próprio negativo atribuível aos acionistas do Grupo de 616.410 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 118.039 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20171485*

- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,

modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

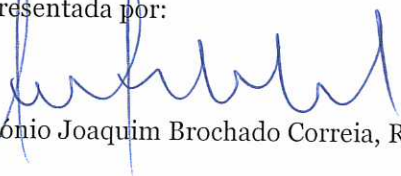
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

21 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.